

FABRICIA SANTINA DE OLIVEIRA CARISSIMI

**VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES DO CAMPO:
(DES)CAMINHOS NAS TRAJETÓRIAS DE LUTAS E DE VIDAS**

DOURADOS – 2014

FABRICIA SANTINA DE OLIVEIRA CARISSIMI

**VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES DO CAMPO:
(DES)CAMINHOS NAS TRAJETÓRIAS DE LUTAS E DE VIDAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. **Marisa de Fátima Lomba de Farias**.

DOURADOS – 2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da UFGD, Dourados, MS, Brasil

C277v Carissimi, Fabricia Santina de Oliveira.
Violências contra as mulheres do campo :
(des)caminhos nas trajetórias de lutas e de vidas /
Fabricia Santina de Oliveira Carissimi – Dourados, MS :
UFGD, 2014.
164 f.

Orientadora Profa. Dra. Marisa de Fátima Lomba de
Farias.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade
Federal da Grande Dourados.

1. Mulheres – Sidrolândia. 2. Violência contra
mulheres. I. Farias, Marisa de Fátima Lomba de. II.
Título.

CDD: 305.40981

FABRICIA SANTINA DE OLIVEIRA CARISSIMI

**VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES DO CAMPO:
(DES)CAMINHOS NAS TRAJETÓRIAS DE LUTAS E DE VIDAS**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientadora:

Marisa de Fátima Lomba de Farias (Dr^a., UFGD) _____

2º Examinador:

Losandro Antônio Tedeschi (Dr., UFGD) _____

3º Examinador:

André Luiz Faisting (Dr., UFGD) _____

A minha mãe *Eudócia* e ao meu pai *Antenor* que, mesmo não tendo a oportunidade de ter uma educação formal, me ensinaram os valores e princípios mais importantes de minha vida.

A todos e todas que lutam para o enfrentamento das violências contra as mulheres.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, no âmbito espiritual, às *forças simbólicas do feminino e do masculino* sem as quais seria impossível ter energia, forças e coragem para enfrentar a luta cotidiana.

A toda minha família, minha mãe *Eudócia*, meu pai *Antenor*, meus irmãos *Hudson Eduardo* e *Afonso*, minha irmã *Fabiana*, minhas cunhadas *Evanize* e *Aline*, meu cunhado *Junior* e minhas/meu filhas/o do coração *Maria Eduarda*, *Naiany Vitória*, *Mariany* e *Pedro Arthur*.

A minha irmã *Fabiana*, meu agradecimento especial, pois com a “análise matemática” me auxiliou de maneira singular durante a pesquisa.

A minha querida orientadora, Prof.^a Dr.^a *Marisa de Fátima Lomba de Farias*, que além de ter compartilhado todo seu conhecimento e sabedoria, foi amiga nos momentos necessários.

A Prof.^a Dr.^a *Alzira Salete Menegat* e ao Prof.^o Dr.^o *Losandro Antonio Tedeschi* pelas valiosas contribuições no Exame de Qualificação.

A todo *corpo docente* do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD), em especial àqueles/as que ministraram disciplinas que subsidiaram meu crescimento acadêmico: Prof.^o Dr.^o *Eudes Fernando Leite*, Prof.^o Dr.^o *Losandro Antônio Tedeschi*, Prof.^o Dr.^o *Eliazar João da Silva*, Prof.^o Dr.^o *João Carlos de Souza*, Prof.^o Dr.^o *Linderval Augusto Monteiro* e Prof.^a Dr.^a *Marisa de Fátima Lomba de Farias*.

Ao *Cleber Paulino de Castro*, Secretário do PPGH/UFGD, sempre gentil e disposto a auxiliar os/as pós-graduandos/as.

A todo *corpo discente* do PPGH/UFGD do ano de 2012, pelos momentos compartilhados, tanto os de descontração quanto os de reflexões e construção do conhecimento.

A todas as *Instituições e Movimentos Sociais* que colaboraram para a realização da pesquisa, em especial, a *Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul* que, gentilmente, nos forneceu material riquíssimo para a realização da pesquisa.

As *pessoas* que vivem no *Assentamento Geraldo Garcia em Sidrolândia/MS*, *lócus* da “pesquisa em campo”, cujos ensinamentos e vivência foram fundamentais para o amadurecimento pessoal e acadêmico.

Aos *colegas de trabalho* do Núcleo de Hospital Universitário “Maria Aparecida Pedrossian” da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (NHU/UFMS) que, em nome da “Chefe” e amiga *Julia Sezara Almeida*, expresso minha eterna gratidão.

Aos *meus amigos e minhas amigas*, Adais Helena Alves, Agna dos Santos Anicésio, Marizete Borges, Prof.^a Maria Inês Borges, José Conceição Vilela, Rafael López de Ávila, Silmar de Fátima Lima Ramos e Vera Lúcia, em nome dos quais, agradeço a todos/as que sempre estiveram ao meu lado, compartilhando angústias, sonhos e conquistas ...

*“Que nada nos defina.
Que nada nos sujeite.
Que a liberdade seja a nossa própria substância”.*

Simone de Beauvoir

RESUMO

As violências contra as mulheres têm sido “objeto” de pesquisa em vários domínios do saber, o que demonstra a amplitude e a complexidade dessa problemática na sociedade brasileira. Para as mulheres do campo, que vivem em diferentes contextos rurais, como, Acampamentos, Assentamentos, Quilombos e outros, é uma realidade pouco explorada pelos/as pesquisadores/as. Diante disso, esta investigação tem por objetivo estudar o fenômeno das violências contra as mulheres nos espaços rurais para, assim, refletir sobre as relações de gênero, além de discutir sobre as políticas públicas direcionadas a esse grupo social, bem como a participação dos movimentos sociais no contexto de efetivação de estratégias ante as situações de violências no campo, considerando suas especificidades e particularidades. O recorte temporal delimitado situa-se entre os anos 2006 e 2012, caracterizando o que se denomina como História do Tempo Presente, partindo de uma realidade social: o Assentamento Geraldo Garcia, localizado, no município de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul. As análises de abordagem quantitativa e qualitativa centraram-se na perspectiva de gênero, do patriarcado e feminista, com a utilização de diferentes técnicas e fontes de pesquisa, quais sejam: a observação participante, aspectos inerentes à etnografia; as fontes escritas mediante os documentos governamentais e os documentos administrativos institucionais, com destaque para os registros policiais ou boletins de ocorrências (BO), lançados no Sistema Integrado de Gerenciamento Operacional (SIGO), da Polícia Militar e Civil do Estado de Mato Grosso Sul; e as fontes orais com a realização de entrevistas temáticas, pautadas na Metodologia da História Oral. As violências podem ocorrer tanto nos espaços públicos quanto na vida privada, doméstica e familiar, cuja natureza também é indicadora de múltiplas expressões, de ordem física, psicológica, sexual, que envolve negligência, abandono ou privação de cuidados. Traz, então, consequências em todos os âmbitos da vida social, tanto em níveis individuais quanto coletivos. As violências contra as mulheres estão ligadas a aspectos históricos, sociais e culturais e são, por vezes, invisibilizadas e naturalizadas. Para as mulheres do campo, coibir e/ou romper com situações de violências é um processo complexo, diante de vulnerabilidades desses espaços sociais, expressos, sobretudo, pelo alcance limitado de políticas públicas, e de outros mecanismos e estratégias frágeis, como as oriundas dos movimentos sociais. Contudo, registramos elementos cotidianos de busca por autonomia, empoderamento e resistências. As mulheres, paulatinamente, vivenciam experiências questionadoras da ordem patriarcal, de hierarquias de gênero e poderes, protestam contra as violências e desejam conquistar qualidade de vida e construir novas relações com equidade de gênero.

Palavras-chave: Mulheres; Violências; Assentamentos.

ABSTRACT

Violence against women has been "object" of research in various fields of knowledge, which demonstrates the breadth and complexity of this issue in the Brazilian society. For rural women, who live in different rural contexts, as encampments, settlements, Quilombos and others, it is a reality little explored by the researchers. In view of that, this research aims to study the phenomenon of violence against women in rural areas in order to reflect on gender relations, and discuss public policies directed to this social group as well as the participation of social movements in the establishment context of strategies in situations of violence in the countryside, considering its specificities and particularities. The bounded temporal cut is between the years 2006 and 2012, characterizing what is called the History of the Present Time, from social reality: Geraldo Garcia settlement, located in the municipality of Sidrolândia, State of Mato Grosso do Sul. The quantitative and qualitative approaches focused on the perspective of gender, of patriarchy and feminist, with the use of different techniques and research sources, which are: the participant observation, inherent aspects in ethnography, written sources by government documents and institutional administrative documents, especially the police records, police reports or Bulletin of Police Occurrence, launched in the Operational Management Integrated System of the Military and Civil Police of the State of Mato Grosso do Sul, and oral sources with the achievement of thematic interviews, guided by the Oral History Methodology. The violence can occur either in public spaces or in private, domestic and family life, whose nature is also indicative of multiple expressions, of physical, psychological, sexual, which involves negligence, abandonment or withdrawal of care. Then, it has consequences in all spheres of social life, both individual and collective levels. Violence against women is linked to historical, social and cultural aspects and is sometimes made invisible and naturalized. For rural women, curb and / or break situations of violence is a complex process on the vulnerabilities of these social spaces, expressed, mainly by the limited reach of public policies, and other fragile mechanisms and strategies, such as those arising from social movements. However, we recorded the everyday elements of search for autonomy, empowerment and resistance. Women, gradually experience questioning experiences of patriarchal order, hierarchies of gender and power, protest against violence and wish to gain quality of life and build new relationships with gender equity.

Keywords: Women, Violence; Settlements.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Local das ocorrências	55
Gráfico 2 – Local de maior incidência	56
Gráfico 3 – Tipos de ocorrências (fato principal)	57
Gráfico 4 – Tipos de ocorrências (outros fatos)	60
Gráfico 5 – Relação com os autores de violências	61
Gráfico 6 – Idade dos autores de violências	62
Gráfico 7 – Idade das mulheres em situações de violências	63
Gráfico 8 – Uso de álcool	64
Gráfico 9 – Comunicante das ocorrências	65
Gráfico 10 – Número de ocorrências por ano	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AESCA** – Associação Estadual de Cooperação Agrícola
- AGM-MS** – Associação de Grupos de Mulheres de Mato Grosso do Sul
- AGRAER** – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
- AIDS** – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
- BO** – Boletim de Ocorrência
- CEDM** – Conselho Estadual de Direitos da Mulher
- CEPPM** – Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher
- CFMEA** – Centro Feminista de Estudos e Assessoria
- CNMTR** – Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
- CNS** – Conselho Nacional dos Seringueiros
- CONTAG** – Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
- CP** – Código Penal
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- CRAS** – Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- DEAM** – Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher
- EPT** – Educação Profissional Tecnológica
- FETRAF** – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDATERRA** – Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MAMA** – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia
- MAPA** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- MIQCB** – Movimento de Mulheres Quebradeira de Côco
- MJ** – Ministério da Justiça
- MMA** – Ministério do Meio Ambiente
- MMC** – Movimento de Mulheres Camponesas
- MMM** – Marcha Mundial das Mulheres
- MMTR/NE** – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
- MPF** – Ministério Público Federal

MS – Ministério da Saúde

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NMS's – Novos Movimentos Sociais

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONG's – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher

PDA – Plano de Desenvolvimento Agrário

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PPGH – Programa de Pós-Graduação em História

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos

SEJUSP – Secretaria de Justiça e Segurança Pública

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial

SG/PR – Secretaria Geral da Presidência da República

SIGO – Sistema Integrado de Gerenciamento Operacional

SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SINARM – Sistema Nacional de Armas

SPA's – Substâncias Psicoativas

SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

SUMÁRIO

Lista de gráficos	11
Lista de abreviaturas e siglas	12
Introdução	15
Capítulo 1 AS MÚLTIPLAS FACES DAS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES DO CAMPO	
1.1. As Violências	35
1.2. Violências doméstica e familiar, gênero e patriarcado	43
1.3. Retratos das violências contra as mulheres	51
Capítulo 2 HISTÓRIAS CONTADAS, VIOLÊNCIAS VIVIDAS: A NARRATIVA DE MULHERES E HOMENS DO ASSENTAMENTO GERALDO GARCIA, EM SIDROLÂNDIA/MS	
2.1. Trajetórias de lutas e trajetórias de vidas no Assentamento Geraldo Garcia, em Sidrolândia/MS	68
2.2. As relações sociais cotidianas que envolvem homens e mulheres no Assentamento Geraldo Garcia	74
2.3. Sem máscaras: As nuances das violências contra as mulheres a partir da ótica de homens e mulheres do Assentamento Geraldo Garcia.....	83
Capítulo 3 POLÍTICAS PÚBLICAS, MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTRATÉGIAS PARA AS MULHERES DO CAMPO	
3.1. As políticas públicas e as violências contra as mulheres do campo	97
3.2. A atuação dos movimentos sociais frente ao fenômeno das violências acometidas às mulheres do campo	117
3.3. Outras estratégias das mulheres do campo para coibir e/ou romper as situações de violências: autonomia, empoderamento e resistências	131
Considerações finais	142
Fontes históricas utilizadas	148
Referenciais bibliográficos	153

INTRODUÇÃO

Trajetória acadêmica e da pesquisa

A sociedade brasileira sempre fomentou discussões sobre as questões sociais que assolam a população, tanto no âmbito acadêmico e profissional quanto no empírico. São problemáticas como a pobreza, a desigualdade social, a falta de emprego, a desvalorização no mundo do trabalho, a prostituição infantil, o tráfico de seres humanos, e inúmeras outras. Associados a essas mazelas sociais, temas ligados a diferentes formas de violências também constituíram objeto de preocupação. Mesmo considerando as dimensões territoriais do nosso País e as complexas e distintas realidades, percebemos que as violências estiveram e estão presentes na história brasileira, embora isso não signifique que ela tenha sido visibilizada, mas naturalizada em nosso cotidiano.

Durante a nossa trajetória acadêmica, ao realizar a graduação em Serviço Social (2006) e em Ciências Sociais (2010), em especial, nessa última, além de especialização em Políticas Sociais (2009), essas questões se fizeram presentes nas problemáticas de pesquisa. Ao mesmo tempo, a experiência, enquanto trabalhadora social, atuando com situações as mais diversas possíveis, sobretudo as de violências, elas também contribuíram para a construção da temática.

Foi nesse contexto que surgiu o interesse em discutir as violências contra as mulheres¹, ao lado da inquietação e da necessidade de refletir sobre um “objeto” que envolvesse a abordagem acerca dos novos paradigmas impostos à sociedade pelo mundo moderno e as tradições históricas e culturais que ainda estão no bojo das nossas relações sociais, das Instituições sociais, enfim, da sociedade como um todo, com elementos do patriarcado, do machismo, das relações sociais hierárquicas e de poderes entre os gêneros.

Utilizamos, todavia, um recorte mais específico, o retrato sobre a realidade de mulheres que, nesse aspecto, convivem cotidianamente com violências, porém, com pouca visibilidade, seja pelo viés acadêmico, seja pela esfera pública. Certamente, o recorte também

¹ Utilizaremos a expressão “violências contra as mulheres”, para referir-nos às múltiplas expressões das violências que acometem as mulheres, e que não têm a conotação de passividade ou de que as mulheres estejam estáticas diante das violências, mas “vivenciam” permanentes processos de lutas e de resistências. Igualmente, a palavra “mulheres”, no plural, a fim de contemplar as mulheres, em suas diversidades raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de contexto histórico, cultural, social, econômico, regional e territorial. O contrário ocorrerá, caso ocorra alguma referência bibliográfica que enuncie outro termo.

foi motivado pela vivência pessoal em áreas rurais², nas quais percebemos que as mulheres do campo³ têm suas trajetórias de lutas e vidas marcadas pelos descaminhos impostos pelas relações de violências e que precisam ser problematizados.

Para tanto, definimos como *lôcus* de pesquisa: o Assentamento da Reforma Agrária “Geraldo Garcia”, situado na região de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul, escolha que ocorreu devido à ausência de estudos específicos e produção teórica sobre essa região, na qual se concentra o maior número de Assentamentos Rurais do Estado⁴ e também por fazer parte do chamado Território da Reforma.⁵

Convém esclarecer que o Assentamento Geraldo Garcia, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), existe há onze anos e é constituído por 181 famílias distribuídas e organizadas em 18 grupos. Sua produção concentra-se em atividades relacionadas à agricultura familiar, como, por exemplo, plantio de feijão, mandioca, milho; produção leiteira; criação de animais de grande e pequeno porte, como, porco, galinha e gado; além das manuais e artesanais que também são realizadas pela população local.

Considerando que as mulheres do campo vivenciam situações de violências em seu dia a dia e partindo de determinado espaço social, procuramos discutir: como ocorre o fenômeno das violências contra as mulheres nos espaços rurais; como as relações de gênero e as violências dirigidas às mulheres no campo são constituídas social, cultural e historicamente; a atuação e a relação do Movimento de Mulheres, Feminista e dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no cotidiano de mulheres em situações de violências; a existência de políticas públicas que abordam as violências contra as mulheres do campo e

² Referimo-nos aos locais de nascimento, infância, parte da adolescência e juventude, portanto, locais de vivências familiares e sociais.

³ Utilizaremos o termo “mulheres do campo” para nos referirmos às mulheres da pesquisa, que vivem no contexto de Assentamentos Rurais, pois se trata de uma autorreferência e da forma pela qual elas se identificam e são reconhecidas pelos homens. Difere do termo “campo de pesquisa e/ou campo epistemológico” também presente na narrativa.

⁴ Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2012), no município, há 20 projetos de reforma agrária, numa área de 76.540,5385 hectares, com um total de 3.828 famílias assentadas.

⁵ O Território da Reforma é composto por 11 municípios: Anastácio, Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Dois Irmãos do Buriti, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Maracaju, Nioaque, Sidrolândia e Terenos, abrangendo uma extensão territorial de 38.394 km², o que representa 10,75% da área do Estado de Mato Grosso do Sul. O relatório analítico do Território da reforma elaborado pela UFMS/CNPQ/SDT/MDA (2012) se baseia em dados do IBGE de 2010, e afirma que a área representa 9,42% dos habitantes do Estado, sendo que, do total, 25,84% na área rural. No território, há 63 Assentamentos, e o município de Sidrolândia concentra 33% dos Assentamentos, ou seja, a maior abrangência.

qual o seu alcance no mundo rural; as experiências e estratégias vividas pelas mulheres face ao fenômeno das violências.

Diante dessa realidade, objetivamos estudar o fenômeno das violências contra as mulheres nos espaços rurais para, dessa forma, refletir sobre as relações de gênero⁶. Também discutir sobre as estratégias existentes para as mulheres do campo frente às situações de violências, tais como, as políticas públicas e os movimentos sociais, suas especificidades e particularidades. Constitui nossa intenção contribuir para a visibilidade das violências acometidas às mulheres do campo e para pesquisas na área que ainda carecem de referenciais e estudos específicos.

As fontes históricas e os referenciais teórico-metodológicos

As fontes históricas, segundo Aróstegui (2006, p. 07), são entendidas como todo aquele “[...] material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual, que procede da criatividade humana, através do qual se pode inferir algo sobre uma determinada situação social no tempo”.

De acordo com Pinsk (2005, p. 07), elas caracterizadas como o material do qual os historiadores se apropriam por meio de abordagens específicas, métodos diferentes, técnicas variadas para construir seus discursos históricos, constituindo-se em muitas variações, com interpretação e compreensão do cotidiano, das tradições, do imaginário, das crenças, da cultura e diversos outros elementos.

[...] As fontes históricas, além de permitirem que o historiador concretize o seu acesso a determinadas realidades ou representações que já não temos diante de nós, permitindo que se realize este “estudo do homem no Tempo” que coincide com a própria História, também contribui para que o historiador aprenda novas maneiras de enxergar a história e formas de expressão que poderá empregar em seu texto historiográfico. [...] (BARROS, 2010, p. 02-03).

Entende-se, assim, que trabalhar com as fontes para construção e produção da História pressupõe recortes, intencionalidades, subjetividades e representações, oriundas da

⁶ Embora a referência esteja pautada nas relações de gênero e de poderes, não poderíamos deixar de registrar as críticas a essa teorização, que consideram relações além do binômio homem x mulher, em especial de Judith Butler (2002; 2003), bem como as discussões sobre as relações homoeróticas, teoria queer e outras.

dinamicidade do tempo e do/a historiador/a⁷, pois “[...] tudo que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca, pode e deve informar sobre ele.” (BLOCH, 2001, p. 79).

Esse cenário indica duas discussões essenciais quando se trabalha com “objetos” (e também sujeitos) que envolvem mulheres e estudos de gênero. O primeiro nos remete à reflexão dos motivos pelos quais as mulheres estiveram “ausentes da História”, ou seja, a História também é um discurso, resulta das relações de poder que podem legitimar ou silenciar tanto sujeitos quanto fatos históricos (FOUCAULT, 2006), como ocorreram e, ainda, ocorrem com as mulheres, já que é um campo de domínio quase exclusivo dos homens.

A teorização, a partir da categoria de gênero, tem sido utilizada nas análises das fontes e na produção das narrativas, evidenciando uma nova perspectiva. Tedeschi (2009) concordou com essa afirmativa ao explicitar que a categoria gênero, na narrativa histórica, permite não só focalizar as relações entre os gêneros, mas apresentar uma análise de como, em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos, produziram gênero, e como tais fatos marcaram a escrita e a validade da história, constituindo-se num saber e em condições de poder especificamente masculinas.

A segunda questão, e não menos relevante, refere-se às dificuldades dos/as historiadores/as em encontrar fontes que revelem a presença das mulheres. É interessante comentar que muitas fontes históricas sobre mulheres foram apagadas, com seus vestígios desfeitos e arquivos destruídos. (PERROT, 2008, p. 21).

Tais fatos associados às mudanças surgidas paulatinamente depois da segunda metade do século XX podem justificar abordagens a determinados temas, conjugadas, sobretudo, na História do Tempo Presente. Os autores Bloch (2001) e Febvre (1989) representaram um marco quando, juntamente com o Grupo dos Annales, propuseram um novo modelo historiográfico, questionando a historiografia tradicional oitocentista, apenas narrativa, descritiva e desproblematizada.

A partir de então, instituiu-se a base para a chamada Nova História, em que as prerrogativas do grupo voltavam-se para a história como problema e/ou reflexiva, a noção de fato histórico enquanto construção, ampliação das fontes históricas, ênfase na produção voltada para todas as atividades humanas e o caráter da interdisciplinaridade.

⁷ Todas as vezes em que apresentamos nossas discussões sem fazer referência específica ao pensamento de algum/a autor/a, utilizaremos a expressão que representa os gêneros feminino e masculino (o/a), motivo pelo qual encontram-se no texto essa representação e também a masculina universal.

Bloch (2001), por um lado, afirmou que a História é a ciência dos homens no tempo; ao passo que Febvre (1989) enfatizou os estudos das sociedades humanas. Nesse sentido, para Bloch (2001), a verdadeira História interessa-se pelo homem integral, com seu corpo, sua sensibilidade, sua mentalidade, assim como por suas ideias e atos. Deve-se, então, utilizar uma multiplicidade de documentos e técnicas, interrogando-as e submetendo-as à crítica, num processo constante de reflexão e crítica, de questionamento e compreensão. (BLOCH, 2001, p. 20-27).

Tais características designam parte do que veio a constituir esse novo modelo de “fazer o conhecimento histórico”, passando a discutir, ainda que de maneira incipiente, nesse universo, as mulheres, que nunca estiveram ausentes da história, mas foram, porém, negligenciadas pela historiografia tradicional.

Nesse sentido, Soihet (1997, p. 98) afirmou que Michelet, no século XIX, já assinalava estudos sobre as mulheres. Reflexo do pensamento hegemônico do seu tempo, ele associou a mulher com a esfera privada. A posição respeitada era aquela que identificava mulher/natureza, ao contrário do homem/cultura, em que a concepção de Michelet evidenciava a relação dos sexos como um dos motores da história.

Com o grupo dos Annales, nos anos 1930, representados por Marc Bloch e Lucien Febvre, embora as mulheres não fossem “objeto explícito”, o fato de desvencilhar a historiografia de idealidades abstratas e da racionalidade universal e, então, passar a problematizar a história dos seres vivos concretos, seu cotidiano, contribuiu para a História das mulheres, nas décadas subsequentes. (SOIHET, 1997).

Mesmo com a contribuição oriunda a partir dos Annales, Pedro (2011, p. 270) posicionou-se sobre a existência de uma historiografia majoritariamente masculina, que não considerava as questões de gênero. Igualmente, utilizou a expressão “confraria masculina” ao se referir à Escola dos Annales, no âmbito da historiografia francesa.

O fato é que a História das mulheres e, sobretudo, os estudos de gênero, a partir de meados do século XX, representaram, ao mesmo tempo, um questionamento da forma como o conhecimento histórico estava sendo produzido, isto é, antropocêntrico e universal, como também a afirmação do caráter incompleto e parcial do passado no seio da disciplina e, ainda, um alargamento dentro do próprio campo.

Revelou não só a presença feminina e suas relações nos acontecimentos históricos e, portanto, nas narrativas e nos relatos e/ou fatos históricos, que haviam sido historicamente silenciadas e invisibilizadas, como também outros aspectos do discurso historiográfico, com

vistas ao “oxigenar da História”, num processo que envolve a desestabilização epistemológica.

Assim, conjugadas pela História do Tempo Presente, muitos estudos sobre mulheres encontraram espaços para se afirmarem na historiografia e nas ciências sociais. Para Aróstegui (2006, p. 241), ao trabalhar no limite da disciplina histórica, a História do Tempo Presente revela uma necessária inclinação à interdisciplinaridade, com métodos novos e na ausência de alguns determinantes básicos da visão histórica vigente, como o da determinação cronológica. Exige, por conseguinte, o olhar diacrônico e crítico do/a pesquisador/a. Por outro lado, com o interesse preponderante pela chamada “história vivida”, a História do Tempo Presente traz algumas dificuldades, como, por exemplo, a delimitação de enfoques (ARÓSTEGUI, 2006, p. 243), que pode, contudo, ser superada no próprio “trato” com as fontes e com a “leitura” realizadas pelo/a historiador/a, conforme considerações de Chartier.

[...] o historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto e, portanto, partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais. Ele é, pois, o único que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e o dos homens e mulheres cuja história ele escreve. [...] Para o historiador do tempo presente, parece infinitamente menor a distância entre a compreensão que ele tem de si mesmo e a dos atores históricos, modestos ou ilustres, cujas maneiras de sentir e de pensar ele reconstrói. (1996, p. 216).

Em nossa pesquisa, inserida no contexto da História do Tempo Presente e nas transformações oriundas da historiografia e dos processos históricos, ressalta-se que problemáticas e contradições foram e ainda são encontradas, especialmente no que tange às fontes históricas; contudo, é parte indiscutível do trabalho minucioso do/a historiador/a, que envolve constante (auto)reflexão.

Convém destacar que investigar a temática sobre as violências contra as mulheres do campo, mediante a utilização de diversas fontes históricas, teve referências fundamentais nos aportes da História Cultural, em autores/as, como, Roger Chartier (1990; 1995; 1996; 2002) e das discussões de Scott (1995), Foucault (2003; 2006), Bourdieu (1983; 2001; 2010), dentre outros/as.

É importante esclarecer, também, que a História Cultural identifica as maneiras em que se verificam, em lugares e momentos distintos, os processos de elaboração de uma nova representação. O processo produtor das representações pressupõe refletir na maneira pela qual

a realidade é pensada, construída, dada a conhecer, e que envolve conflitos, disputas, já que dependem do acúmulo de capitais simbólicos de seus agentes. (CHARTIER, 1990, p. 16-17).

Assim, as práticas e as representações constituem as relações que os discursos e as práticas sociais mantêm na apreensão do mundo social, constituindo-se, portanto, conceitos fundamentais para a História Cultural que, associadas às discussões dos/as autores/as mencionados/as e da História do Tempo Presente, problematizam as construções sociais, o cotidiano, as relações de gênero e de poderes, enfim, um conjunto de diretrizes que apontam elementos para a compreensão da realidade⁸.

É nesse aspecto que a História Cultural, conceitualizada por Chartier (1990), representou especial discussão e aproximação para as relações de gênero, destacando as configurações discursivas e de poderes que se relacionam com a forma pela qual concebemos sujeitos e objetos enquanto práticas culturais e elementos constitutivos da abordagem adotada pelo viés da História do Tempo Presente.

Outro aspecto que conduziu o desenvolvimento da pesquisa foi a utilização de estudos transversais, seja no que se refere ao caráter interdisciplinar, com diálogos construtivos para o campo historiográfico, especialmente da Antropologia e da Sociologia, seja na sua forma de abordagem, tanto quantitativa quanto qualitativa. No que se refere aos estudos quanti e qualitativos, convém mencionar que não há uma tradição consolidada nas Ciências Sociais em trabalhá-los de maneira complementar, tampouco, de utilizar os quantitativos, normalmente subjugados.

Minayo e Sanches (1993) afirmaram que as abordagens quantitativas e qualitativas constituem um debate em construção no seio das Ciências Sociais. A abordagem quantitativa demonstra níveis de realidade mensuráveis, numéricos, e tem a pretensão de evidenciar fenômenos, indicadores e tendências observáveis. A qualitativa, por sua vez, engloba valores, crenças, hábitos, atitudes e representações. Para os autores, sob a ótica metodológica, as abordagens não apresentam contradição ou continuidade, contudo, podem elucidar um mesmo fenômeno por vieses de diferentes naturezas.

De acordo com Cano, que analisou o ensino da metodologia das Ciências Sociais no Brasil, há uma falsa oposição entre as técnicas quantitativas e qualitativas, que são elevadas à categoria de metodologias diferentes e contraditórias, que incide, frequentemente, na derrota do suposto método quantitativo. Ressaltou, por conseguinte, que ambas têm enfoques

⁸ Convém mencionar que os conceitos e/ou ideias dos/as autores/as mencionados/as e outros/as serão trabalhados de maneira mais detalhada no decorrer da dissertação.

diferenciados, mas esse diálogo é possível (e necessário). “[...] Em suma, ambas as abordagens podem ser consideradas complementares muito mais do que antagônicas, a despeito do esforço de alguns para enfatizar a dicotomia” (2012, p. 110).

As pesquisas quantitativas privilegiam a tentativa de obter uma mensuração precisa, que permita comparar a frequência dos fenômenos. As qualitativas, por sua vez, pretendem obter uma compreensão mais profunda do contexto e da visão dos próprios atores para poder interpretar a realidade. [...] (CANO, 2012, p. 108-109).

Para o autor, também é possível interpretar as pesquisas quantitativas explorando o significado e o sentido dos seus conteúdos, e não apenas limitar-se a apresentar dados numéricos, sobretudo, associados à metodologia qualitativa. A depender do contexto e problemáticas da pesquisa, as abordagens quantitativas e qualitativas podem ser complementares, cada qual com suas especificidades, mas, igualmente, devem exigir rigor científico.

Uma das vantagens da pesquisa quantitativa é que os procedimentos atingem maior grau de padronização e podem ser prontamente comunicados (tipo e tamanho da amostra, erro amostral, etc.) de forma que possam ser replicados ou contestados com maior facilidade. Em pesquisa qualitativa, o grau de padronização é menor e as estratégias de controle do viés, por exemplo, menos consolidadas. Entretanto, isto significa que o cuidado com o rigor e com os controles (por exemplo, através da busca de casos contrários à hipótese) deve ser inclusive superior ao que existe em pesquisas quantitativas, de forma a garantir a validade das conclusões. [...] (CANO, 2012, p. 109).

Partindo das considerações de Cano (2012), observamos que há uma lacuna, no que concerne à metodologia das Ciências Sociais no Brasil, para as abordagens qualitativas e quantitativas, cujo diálogo, perfeitamente possível, ainda carece não só de reconhecimento, como de referências para pesquisadores/as da área. Por isso, trabalhar com esse viés é sempre um desafio, e os resultados podem destacar sua relevância e necessidade.

Sobre isso, servimo-nos de Ramos (S/D), pois, segundo essa autora, se acreditarmos na existência de uma realidade para ser descoberta, qualquer método que forneça informações novas sobre essa realidade é bem-vindo, tanto os quantitativos como os qualitativos, pois podem contribuir para o conhecimento do mundo social.

Dessa forma, na pesquisa realizada, a abordagem quantitativa possibilitou traçar “retratos” detalhados sobre o “objeto” investigado, que foram pensados e analisados também

mediante a abordagem qualitativa de caráter exploratório, que evidencia aspectos subjetivos, do cotidiano, as motivações não explícitas e/ou não conscientes.

Esse diálogo, entre as diferentes abordagens, tornou-se possível devido à variedade de métodos empregados pela pesquisadora e de fontes encontradas para discussão do “objeto de pesquisa”, quais sejam: a observação, tendo como ferramentas o caderno de campo e a observação participante, aspectos inerentes à etnografia; as fontes documentais, traduzidas pelos registros policiais ou boletins de ocorrências (BO), documentos governamentais e documentos administrativos institucionais; e as fontes orais pautadas na metodologia da História Oral.

A observação é essencial para o/a pesquisador/a inserido/a num determinado espaço social e, nesta pesquisa, ela foi realizada no Assentamento da Reforma Agrária “Geraldo Garcia”, situado na região de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul. A técnica permitiu a aproximação com as pessoas e um conhecimento mais específico da realidade e de sua diversidade, nos mais diferentes aspectos: político, religioso, cultural, social, econômico, de gênero, geracional, e outras. Significou estar presente no dia a dia das pessoas, conviver com suas realidades, problemáticas e perspectivas, em síntese, conhecer a realidade.

A técnica da observação pressupõe o trabalho etnográfico, território de saber da Antropologia, no qual é possível compreender uma dada realidade. (GEERTZ, 1978). Designa, também, uma série de procedimentos e técnicas para o “trabalho em campo”, dentre os quais se destacam a observação participante e a realização de entrevistas, essas últimas pautadas pela metodologia da História Oral.

Nesse sentido, utilizamos o caderno de campo para registrar nossas impressões, os aspectos não ditos e os elementos das conversas informais, fundamentais para o enriquecimento das fontes. Esse diálogo se estabeleceu a partir da observação participante. Por uma escolha pessoal, os registros foram elaborados após nossa saída do espaço social, considerando-se que, no local, utilizamos apenas códigos (rascunhos) para evitar que fossem esquecidos posteriormente. Isso evita constrangimentos para as pessoas, ao ficarmos dispensando boa parte do tempo para registro dos aspectos que levantamos numa roda de conversa, num diálogo no qual as pessoas estão totalmente abertas para fazerem seus desabafos, relatarem suas subjetividades, histórias de vida, experiências e cotidiano. Percebemos que, dessa maneira, elas sentem-se mais à vontade e falam livremente, sem a interferência da pesquisadora que, ao fazer muitos registros no local, pode revelar um estranhamento, “estremecendo” a relação, então, estabelecida.

O “trabalho em campo” também foi composto por visitas a Instituições e/ou órgãos governamentais e não governamentais de Sidrolândia, Campo Grande e do Estado de Mato Grosso do Sul, para coleta de dados, com a intenção de subsidiar, sobretudo, a discussão sobre as políticas públicas, os movimentos sociais e a interface com as violências dirigidas às mulheres do campo. Entre essas, destacam-se: Associação Estadual de Cooperação Agrícola (AESCA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, Secretaria Municipal de Assistência Social de Sidrolândia/MS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Sidrolândia/MS, Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres de Sidrolândia/MS, Hospital Beneficente “Dona Elmiria Silvério Barbosa” de Sidrolândia/MS, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Cascatinha de Sidrolândia/MS, Secretaria Municipal de Saúde de Sidrolândia/MS, Vigilância Epidemiológica de Sidrolândia/MS, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sidrolândia/MS, Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER).

Com exceção da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul e da Secretaria Municipal de Saúde de Sidrolândia/MS, por meio da Vigilância Epidemiológica de Sidrolândia/MS, que disponibilizaram dados formalizados sobre as violências contras as mulheres do campo, nas demais Instituições houve apenas conversação e coleta de dados de maneira considerada informal, ou seja, sem documentação específica. Essas visitas também se constituíram como “trabalho em campo”, cujos registros das observações locais e das conversas informais foram realizados, igualmente, no caderno de campo.

De maneira semelhante às visitas ao Assentamento Rural, utilizamos os mesmos procedimentos para registro, tanto quanto ao seu conteúdo (aspectos subjetivos, não ditos e outros), quanto à forma de fazê-los (após a saída do local). A maioria das visitas Institucionais foi realizada com êxito, uma vez que a apresentação da temática de pesquisa gerava expectativas, embora, muitas vezes, a burocracia e a rotina Institucional impediam uma “conversa mais franca”. Por outro lado, observar cada detalhe e otimizar a presença no local colaboraram com a leitura da realidade e, conseqüentemente, com a coleta de informações e subsídios para a pesquisa.

Para as fontes documentais escritas, utilizamos registros policiais de 2006, ano da promulgação da Lei nº 11.340⁹ (Lei Maria da Penha), que veio coibir a violência doméstica e

⁹ Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226, da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as

familiar contra as mulheres, considerada um marco para o enfrentamento das violências, a 2012. São os denominados “documentos de polícia”, ou seja, registros policiais ou boletins de ocorrências (BO) sobre as violências na região estudada.

É interessante comentar que a documentação policial é bastante rica e ainda pouco explorada pelos historiadores (BACELLAR, 2010, p. 31-32). Os documentos policiais e judiciários têm função importante no que se refere às mulheres, sobretudo, a sua contribuição no processo histórico, bem como o de nos aproximar do cotidiano de homens e mulheres das classes populares (SOIHET, 2006).

A exploração dos registros policiais para esta pesquisa foi facilitada por eles estarem lançados (e, portanto, compilados) num sistema informatizado da Polícia Militar e Civil do Estado de Mato Grosso Sul, denominado “Sistema Integrado de Gerenciamento Operacional (SIGO)”. Solicitamos à Instituição, na condição de discente e com a orientadora docente do PPGH/UFGD, autorização para a consulta e a pesquisa, obtendo retorno positivo para fazê-lo. O SIGO é um sistema de gestão que foi implantado no Estado, em 2004, inicialmente, na Polícia Civil da capital do Estado e, posteriormente, expandiu-se para o interior e está presente, hoje, em todas as unidades da Polícia Civil e Militar de Mato Grosso do Sul.

[...] um Sistema de gestão para a área de Defesa Social e está subdividido em subáreas de soluções que garantem sucesso na gestão, possibilitando aos organismos de Segurança Pública, seja qual for a Força (Polícia Militar, Polícia Judiciária, Corpo de Bombeiro, Polícia Ambiental, Coordenadoria Geral de Perícias e Áreas Especiais). Ele deve ser visto como uma ferramenta que integra procedimentos e banco de dados usado em conjunto com os demais métodos policiais, auxiliando o processo decisório e buscando a excelência em extração inteligente de resultados, para a análise dos fatos e formação da convicção sobre a autoria. (SEJUSP, 2009, p. 370).

Ainda assim, é sabido que temos dificuldades para encontrar registros de violências contra as mulheres do campo¹⁰. Entretanto, por meio desse sistema, conseguimos levantar

Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

¹⁰ No decorrer da pesquisa, observamos a existência de outra fonte: o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde, implantado em 2009, no qual se realizam de forma universal, contínua e compulsória, as notificações em situações de suspeita de violências envolvendo crianças, adolescentes, mulheres e idosos. Foram registrados, no período de 2009 a 2012, um total de vinte e oito (28) situações de violências contra as mulheres do campo, no município de Sidrolândia, cujos dados foram disponibilizados para pesquisa, após solicitarmos acesso à Secretaria de Saúde de Sidrolândia/MS, na condição de discente e com a orientadora docente do PPGH/UFGD. Pretendemos analisar os referidos dados em trabalhos

um total de sessenta e uma (61) ocorrências de toda a região de Acampamentos e Assentamentos Rurais de Sidrolândia, com maior incidência (proporcionalmente ao número de famílias) no Assentamento “Geraldo Garcia” – outro motivo para a realização da pesquisa em campo nesse Assentamento.

Convém esclarecer que o Assentamento Geraldo Garcia tem registros significativos de violências contra as mulheres, mas que outros locais certamente vivenciam essas realidades, embora muitas vezes não apareçam nas estatísticas e em dados oficiais. Com essa “publicização”, não pretendemos gerar estigmas sobre esses locais e seus sujeitos, sim contribuir para a visibilização do fenômeno, que ocorre em todos os espaços sociais, e das denúncias, cumprindo um dos objetivos de pesquisas como esta, que é o de debater academicamente sobre essa temática e, inclusive, colaborar para intervenções e mudanças nessas realidades.

Explorar esse tipo de fonte possibilitou fazer “retratos” das violências dirigidas às mulheres do campo desse município, como tipos de ocorrência, local, frequência, perfil de mulheres em situações de violências¹¹ e seus respectivos autores¹², enfim, aspectos quantitativos, ainda desconhecidos, no Estado, embora seja evidente que há limitações, pelo baixo número de ocorrências registradas. Os dados do SIGO, portanto, foram selecionados e distribuídos em gráficos do Programa Microsoft Office Excel, cujo procedimento facilitou a leitura e análise deles.

Houve limitações no trabalho com essa fonte devido a pouca tradição em Ciências Sociais para explorar dados quantitativos, conforme já assinalado, e por não haver referências conhecidas no Estado para explorá-los. Por outro lado, o trabalho com fontes consideradas, de certa forma, “inéditas”, pode contribuir para o enriquecimento desta pesquisa, e na execução

posteriores, já que, no momento, avaliamos que os dados do SIGO contemplaram as problemáticas da pesquisa desenvolvida.

¹¹ Utilizaremos o termo “mulheres em situação de violências” ao invés de “vítimas de violências”, por compartilhar do pensamento de Mirin (2006) que afirma que a condição de vítima pode denotar um caráter paralisante e reforçar a representação das mulheres como passivas, dependentes e, portanto, vitimistas. Estar numa situação de violência, revela uma condição, uma passagem, uma possível mudança, ressaltando a mulher enquanto sujeito (que é). Lembramos que o termo “vítima” poderá aparecer na narrativa quando for uma referência bibliográfica que enuncie esse termo.

¹² Utilizaremos a expressão “homens autores de violências” ao invés de “agressores”, vez que o último termo denota um caráter patologizante e uma condição *sine qua non* do homem, enquanto que, “autor de violências” permite problematizar o contexto ao qual o homem está inserido. Igualmente ao caso anterior, o termo “agressor” poderá aparecer quando se referir ao pensamento específico de algum/a autor/a, que o utilize.

de outras, além de possibilitar o surgimento de novos campos de estudos e/ou novas abordagens técnicas e metodológicas por meio dessa fonte¹³.

A fonte também permitiu explorar aspectos qualitativos, por meio dos relatos registrados, ressaltando a maneira pela qual esses registros têm sido feitos, muitas vezes, permeados pelos discursos produzidos pelos/as profissionais da segurança pública, ou seja, remetendo-nos também à criticidade desse tipo de fonte.

[...] Na documentação policial, como, por exemplo, nas “ocorrências”, deve-se considerar a intervenção do escrivão que anota os depoimentos, mas que nesta operação já os altera eventualmente; e mesmo certo padrão prévio de maneiras de redigir pode estar entre os elementos capazes de distorcer as vozes, menos ou mais levemente. (BARROS, 2010, p. 28).

A utilização desses dados prevê o caráter sigiloso de seus sujeitos, por terem uma especificidade, ou seja, o período recente, com a possibilidade de tramitação de inquéritos policiais e processos judiciais, bem como a não exposição da identidade das mulheres e dos homens envolvidos nas situações de violências, um dos principais motivos pelos quais devemos manter o sigilo e a ética.

Outro aspecto relevante é a existência das diferentes vozes presentes nos documentos, em especial, nos registros policiais, denominada de polifonia. Para Barros (2010, p. 02), isso permite ao pesquisador interagir igualmente com as vozes do passado, dialogando com aspectos que passam a integrar a sua experiência e com vários elementos que o (re)constroem como sujeito de investigação. Assim, a documentação examinada traz uma contribuição a mais para o resultado do trabalho historiográfico, não apenas como objeto que se configura em testemunho ou discurso de sua época, mas também abrindo certos caminhos de compreensão. Assim, “[...] Frequentemente, será necessário pôr as fontes a dialogar em registros de intertextualidade, deixar que uma ilumine a outra, permitir que seus silêncios falem e seus vazios se completem. [...]” (BARROS, 2010, p. 11)¹⁴. Aspectos esses envolvidos nos meandros da polifonia.

Ainda no âmbito das fontes escritas, utilizamos a documentação governamental disponível em sites oficiais do Estado, relacionada às violências contra as mulheres do campo,

¹³ Há a intenção de mapear e analisar esses dados para todo o Estado de Mato Grosso do Sul, subsídios para novas pesquisas.

¹⁴ Referência importante citada pelo autor trata-se de Bakhtin (2010).

tais como, legislações, convenções, tratados e regulamentações diversas. Essa documentação possibilitou conhecer as ações governamentais para a questão dessas violências no campo, observando o quanto são recentes e, conseqüentemente, permitiu fazer um paralelo com a invisibilidade das violências nesses espaços. Pressupôs, portanto, o diálogo com as políticas governamentais e seu alcance para as áreas rurais.

Também utilizamos documentos administrativos institucionais, os quais trazem informações sobre o processo histórico de constituição do Assentamento pesquisado, em especial, o Plano de Desenvolvimento Agrário (PDA), datado de 2002. Vale lembrar que o PDA é um instrumento que tem como principal finalidade nortear as ações que deverão ser implementadas na comunidade, com vistas ao seu desenvolvimento socioeconômico de forma integrada e participativa, além de ser um instrumento facilitador na articulação e captação dos recursos necessários à sua implementação. (IDATERRA, 2002, p. 03). Por meio dele, foi realizado um diagnóstico do Assentamento, com informações históricas, sociais, perspectivas dos/as assentados/as e outras¹⁵, o que o torna importante fonte para colaborar no conhecimento da realidade local.

Outra fonte utilizada, as orais, foi de fundamental importância para mostrar a realidade de mulheres que vivenciam, direta ou indiretamente, situações de violências, no interior do processo histórico, social e cultural, a partir das relações de gênero. Além disso, caracteriza-se como um recurso para que possamos explorar o mesmo fenômeno mediante fontes variadas, em constante diálogo.

As fontes orais foram trabalhadas por meio da metodologia da História Oral, considerando-as essenciais para a pesquisa, já que trazem aspectos da realidade, como as subjetividades, as concepções e vivências cotidianas, que outras fontes não abarcam e/ou apresentam limitações.

[...] é importante precisar que o uso das fontes orais permite não apenas incorporar indivíduos ou coletividades até agora marginalizados ou pouco representados nos documentos arquivísticos, mas também facilita o estudo de atos e situações que a racionalidade de um momento histórico concreto impede que apareçam nos documentos escritos. Assim, portanto, as fontes

¹⁵ O PDA foi elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural (IDATERRA), hoje denominado Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), juntamente com a Associação Estadual de Cooperação Agrícola (AESCA), instituição ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – ambas que prestam assessoria e assistência técnica rural ao Assentamento Geraldo Garcia – e os/as assentados/as.

orais possibilitam incorporar não apenas indivíduos à construção do discurso do historiador, mas nos permite conhecer e compreender situações insuficientemente estudadas até agora. (GARRIDO, 1992-1993, p. 36).

Com o surgimento de novos objetos e diversidade de temas, em especial, os do chamado “Tempo Presente”, a História Oral constituiu-se importante ferramenta para abordagem e análise dos “objetos” de pesquisa. Assim, com a História Oral torna-se possível capturar aspectos silenciados e não visibilizados pelos métodos tradicionais do fazer histórico (ALBERTI, 2010).

Utilizamos as entrevistas denominadas temáticas que, segundo Alberti (2010), são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do/a entrevistado/a no tema escolhido. Com um roteiro previamente elaborado, entrevistamos homens e mulheres, alguns/as deles/as militantes atuantes de movimentos sociais, como no caso estudado, do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esses discursos e representações, tanto do masculino quanto do feminino, no âmbito das violências propriamente ditas, dos movimentos sociais e das políticas públicas, têm revelado inúmeras nuances, inclusive próprias das condições de gênero, motivo pelo qual foi escolhido um público de ambos os sexos.

A escolha desse público foi realizada com o auxílio de uma rede de relações tecidas com a nossa inserção nesse espaço social, sendo selecionado de forma aleatória e a partir da disponibilidade das pessoas em participar e contribuir com a pesquisa. As pessoas se mostraram receptivas para a realização das entrevistas, apesar das dificuldades enfrentadas na vida cotidiana, em especial, pela ausência do poder público para a efetivação de uma reforma agrária digna e condizente com as necessidades concretas das famílias envolvidas na “luta pela (durante o acampamento) e na terra (após constituição do Assentamento)”, momentos esses marcados por constantes desabafos.

Foi um processo de amadurecimento da pesquisadora para o tema desta pesquisa, pois a todo o momento fizemos reflexões sobre processos inerentes ao Estado brasileiro que marcam a reforma agrária. Ao mesmo tempo em que o foco principal da pesquisa foi mantido – as violências contra as mulheres no Assentamento – também pensamos sobre as escolhas e os discursos dessas pessoas em relação ao cotidiano e as dificuldades enfrentadas para a permanência na terra.

Realizamos doze (12) entrevistas, uma delas com um representante Institucional, envolvendo um total de quinze (15) pessoas, pois alguns encontros foram realizados com o

casal. Entretanto, o “trabalho em campo” ocorreu com mais frequência, ou seja, nossa presença não se traduziu em doze (12) encontros, o que nos permitiu obter um conteúdo significativo de informações registradas no caderno de campo, que foram, posteriormente, analisadas.

Quanto às entrevistas, alguns esclarecimentos são necessários. Em primeiro lugar, por frisar aspectos qualitativos, não foi delimitado um número específico de entrevistas e, ao realizar as doze (12), tínhamos material suficiente para explorar a problemática proposta e contemplar os objetivos da pesquisa. Também utilizamos pseudônimos e não os nomes reais dos/as participantes – apesar de termos obtido autorização para fazê-lo – no intuito de lhes garantir o sigilo e a ética profissional, evitando qualquer possibilidade de constrangimento ou comprometimento da população estudada, em especial, no seio de sua própria comunidade. Isso porque, nas entrevistas, diante da relação de proximidade, as pessoas fazem confidências e, às vezes, têm correlação direta com o “objeto de estudo”, outras não, mas, igualmente, podem causar exposição e comprometimento. Assim, optamos por não disponibilizá-las, seja em áudio ou em transcrição, para um centro de documentação ou algo similar, conforme prevê a metodologia da História Oral. Essas entrevistas ficarão sob a responsabilidade da pesquisadora, evitando a exposição da comunidade, e também por questões éticas e sigilosas.

Convém assinalar, ainda, aspectos necessários para a reflexão do processo de realização das entrevistas, sobretudo, no que concerne às dificuldades. Uma delas é a utilização da carta de cessão, devido à complexidade que a caracteriza.

[...] um momento bastante delicado, porque, mesmo tendo sido informado sobre a carta de cessão desde o primeiro encontro, o entrevistado pode sentir o peso da responsabilidade de tudo o que tenha dito e hesitar em permitir que aquilo se torne público. [...] (ALBERTI, 2005, p. 133).

A formalização estabelecida por um excesso de normatização jurídica de nossa sociedade (embora necessário) tem nos colocado em situações difíceis, não só ao/a entrevistado/a, ainda que tenhamos minimizado o incômodo. Parece haver sempre um “tremor” numa relação que se constrói baseada na “confiabilidade de contar coisas”. As pessoas “abrem as portas” de suas casas, de suas vidas, no sentido literal do termo e, com a “formalidade”, parece que desfazemos esse processo. Todavia, os esclarecimentos têm sido o caminho mais contundente para superar esse obstáculo, já que, mesmo assim, utilizamos a carta de cessão. Tal “tremor” é mais comum em pesquisas realizadas em Assentamentos

Rurais, pois há, entre as pessoas, códigos de confiabilidade e de oralidade nem sempre comuns em outros espaços sociais.

Para a realização da entrevista propriamente dita, utilizamos a tecnologia digital para captá-las e, posteriormente, realizamos todo o trabalho de processamento para a passagem da entrevista da forma oral para a escrita. Todo o processo envolvido na realização de uma entrevista implica em tarefas “[...] penosas e requerem dedicação, paciência e sensibilidade. [...]”. (ALBERTI, 2005, p. 173-174).

A transcrição possui uma importância singular, sobretudo, para garantir a qualidade do trabalho produzido. Para Alberti (2010), a qualidade designa fidedignidade ao que foi gravado. Pressupõe explorar toda a oralidade, sem expor a pessoa ou “ridicularizá-la”. Do mesmo modo, temos de ter especial atenção ao não dito, conforme assinala Pollak (1989), representado por mudança de foco, pausas, lágrimas, silêncios, gestos, desvio de olhar, ironias, enfim, aspectos que também têm sido registrados, pois traduzem significados para a compreensão e devem estar presentes nas narrativas. Todavia, a transcrição é um exercício técnico e minucioso o que, a despeito do tempo necessário para fazê-la, se constitui em outra dificuldade.

Após o trabalho técnico da transcrição, previsto na metodologia de História Oral, retornamos ao campo com as entrevistas, para a releitura por parte dos/as entrevistados/as. Em certos momentos, a “apreciação” ocorreu em nossa presença, fizemos a leitura em conjunto, num processo de “revisitar” a memória, normalmente, momentos marcados por emoções; em outros, as pessoas optaram por ficar com a transcrição para uma leitura mais minuciosa.

Em alguns casos, elas sugeriram modificações em termos ou frase, em especial para adequar a linguagem escrita ao significado do discurso oral. Ao término da “apreciação”, o retorno da entrevista à pesquisadora foi considerado como concordância, ratificado pela oralidade presente em toda a pesquisa, por isso, nem sempre pedimos para a pessoa “assinar” novamente a entrevista. Consideramos que o/a entrevistado/a já havia “assinado” a carta de cessão e ratificou sua concordância mediante a oralidade, tanto a registrada com o gravador, em áudio, quanto a informal, registrada no caderno de campo. Insistir para que a pessoa “assinasse” (mais uma vez) poderia significar “estremecimento” das relações.

Um desses momentos, de retorno da entrevista, em especial, foi marcado por uma forte comoção e simbologia que convém ser lembrado. A entrevistada sentou-se próxima para que fizéssemos a leitura, antes, porém, colocou músicas e canções que retratavam a luta do MST e da reforma agrária, num ambiente tomado pela mística. A leitura foi assinalada por

memórias tristes e alegres, de conteúdo emocional relevante. Esse processo nos fez entender que a participação na pesquisa, embora de maneiras diferentes para cada entrevistado/a, retrata desabafos, denúncias, visibilidades e, porque não dizer, em possibilidades de transformação pessoal e social.

Ainda quanto à coleta de fontes orais, a que se refere a outro público previsto no projeto de pesquisa, ou seja, os/as formuladores/as e executores/as de políticas públicas do município, encontramos dificuldades em aspectos diferenciados, pois nem sempre os/as representantes Institucionais estavam dispostos a ceder formalmente uma entrevista. Contudo, os contatos informais, associados aos documentos governamentais e aos documentos administrativos institucionais, minimizaram a problemática, permitindo captar elementos para fomentar a discussão sobre as violências contra as mulheres do campo e a interface com as ações governamentais.

Essas etapas, da captação, utilização e análise dos diferentes tipos de fontes, de uma maneira ou de outra, podem se apresentar de distintas formas para cada pesquisador/a, levando-os/as a refletir sobre a complexidade das fontes. A seleção remete ao “objeto de pesquisa”, que ora define a fonte, ora redefine o próprio “objeto”. Contextualizar e compreender designa o entendimento sobre a produção do documento, suas tensões, suas naturezas e seus discursos. Em contrapartida, se a seleção, definição e captação das fontes incluem elementos de constante reflexão, explorá-las também é muito complexo, visto que não basta tê-las em maior número ou mesmo em natureza diversa, mas, sim, buscar a compreensão pelos seus detalhes.

Uma vez que deseje ou precise empreender uma análise intensiva de suas fontes, o historiador deve estar atento a tudo, sobretudo aos pequenos detalhes. Uma vez que em diversas oportunidades ele estará trabalhando ao nível da realidade cotidiana, das trajetórias individuais, das estratégias que circulam sob uma extensa rede de micro-poderes na qual os atores sociais revelam-se em toda a sua humanidade possível, deve estar preparado concomitantemente para as contradições que irá enfrentar. (BARROS, 2010, p. 07).

Nesse sentido, as premissas da micro-história, conforme assinalado por Ginzburg (1989), são importantes, pois ao mesmo tempo em que questionam o paradigma instituído na modernidade (objetividade, totalidade...) chamam a atenção para a compreensão do conjunto por meio do “paradigma indiciário”. Diante disso, percebe-se a necessidade de decifrar a realidade mediante detalhes, indícios, sinais. A micro-história possibilita, portanto,

compreender grandes questões ou fenômenos sociais, a partir de observações reduzidas, com o olhar minucioso, indiciário.

Dessa maneira, a trajetória da pesquisa foi e permanece marcada em nossa memória, em nossa formação pessoal, profissional e acadêmica, em nossa história; ora por momentos de caráter individual, revestidos pela ansiedade devido às especificidades referentes às escolhas teóricas e metodológicas, ora por um caráter coletivo, de viver com o/a outro/a suas emoções, suas subjetividades, seus anseios, suas preocupações e suas conquistas. Assim, os (des)caminhos não são apenas os que entrelaçam as Histórias das mulheres do campo, em especial, quando vivenciam situações de violências, mas, certamente, o da pesquisa e o da pesquisadora.

Estrutura da dissertação

O *Capítulo I*, intitulado *As múltiplas faces das violências contra as mulheres do campo*, apresenta reflexões estruturadas a partir de conceitos e concepções acerca das diferentes formas de violências, sobre as violências doméstica e familiar, gênero e patriarcado, além do que denominamos de retratos das violências acometidas às mulheres e apresenta uma discussão quantitativa e qualitativamente sobre aspectos dessas violências.

No *Capítulo II: Histórias contadas, violências vividas: a narrativa de mulheres e homens do Assentamento Geraldo Garcia em Sidrolândia/MS*, trazemos aspectos sobre as violências contra as mulheres a partir de um *lócus* de pesquisa, o que permite refletir sobre as trajetórias de lutas e de vidas no Assentamento pesquisado, as relações sociais cotidianas que envolvem homens e mulheres do campo, além de elementos mais específicos e minuciosos acerca das violências acometidas a essas mulheres, tais como, violências na esfera pública e/ou privada.

No *Capítulo III: Políticas públicas, movimentos sociais e estratégias para as mulheres do campo*, discutimos as violências contra as mulheres do campo e a interface com as políticas públicas existentes e seu alcance e impacto social, além da atuação dos movimentos sociais e demais mecanismos encontrados e vivenciados pelas mulheres rurais no que concerne às violências acometidas. Refletimos sobre os elementos cotidianos de busca por autonomia, empoderamento e resistências.

Seguem-se as considerações finais, além da descrição das fontes históricas utilizadas e dos referenciais que subsidiaram o desenvolvimento da pesquisa e a construção da narrativa/conhecimento.

CAPÍTULO I

AS MÚLTIPLAS FACES DAS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES DO CAMPO

1.1. As violências

Discutir violências em todo e qualquer contexto nos remete a uma visão não homogênea do fenômeno. Considerada uma categorial social, ela está associada a aspectos históricos, sociais e culturais e deve, assim, ser entendida no plural, ou seja, como violências, em suas múltiplas expressões. As diversas formas de violências se constituíram como uma das maiores preocupações humanas, visto caracterizar uma violação aos direitos humanos. Traz, portanto, consequências em todas as esferas da vida humana que atinge níveis individuais e sociais.

As violências que se manifestam, hoje, em diferentes contextos sociais, tiveram suas origens na História brasileira, com o Brasil colônia, agrário e patriarcal, conforme acepção de Gilberto Freyre, em sua clássica obra “Casa-Grande & Senzala” (2001), visão, essa, corroborada por autores/as, como Santos.

A violência do tempo presente possui raízes na história do Brasil desde o processo de colonização, na utilização da força física e armas para desapropriar as terras indígenas e escravizar as pessoas negras. A violência acompanhou e acompanha a formação cultural brasileira, na construção do Estado e das suas instituições [...]. (SANTOS, 2008, p. 23).

As violências sobre indígenas, negros/as e crianças, na cultura patriarcal, legitimaram poderes masculinos desde os primórdios da colonização do País. Del Priore destacou que, no Brasil Colônia, havia um sistema normativo para as mulheres, sobretudo o da Igreja, fundado em valores para o uso do corpo, do casamento e da família, por exemplos, que visava um modelo ideal de mulher para implantar a família e a fé católica. (DEL PRIORE, 1992, p. 15-20).

Ao longo da existência, a mulher vem sendo subjulgada nos seus sentimentos, pensamentos interesses e vontades. A mulher passou séculos sendo obrigada a um comportamento que a violava no seu livre arbítrio, sempre a mercê do comando patriarcal, que ditava as regras do jogo, sob a égide de um moralismo civil e religioso. (SANTOS, 2008, p. 123).

Em aspectos que, igualmente, afirmaram os estereótipos femininos, inclusive mediante a literatura historiográfica, Del Priore relatou que clássicos brasileiros, como Gilberto Freyre e Caio Prado Junior, abordaram personalidades femininas diferenciadas, mas convergentes ao reconhecer nas mulheres do Brasil do período colonial o uso luxurioso do corpo. (1992, p. 15).

A autora mencionou, também, que Freyre relatava, no contexto do prazer ou da prole dos homens do Brasil Colônia, uma dupla moral sob os corpos femininos: os corpos nus e quentes das escravas negras na relação constante com seus senhores, bem como os corpos marmóreos, brancos e frios, das sinhás sem prazer. Por sua vez, Caio Prado, também com o olhar dos viajantes do século XIX, relatou a leitura das mulheres licenciosas e dissolutas, as de fora do espaço doméstico ou do leito, porém de “facilidades de costumes”, e as “submissas de raças dominadas”, contudo surdas aos deveres do marido e genitoras de irregularidade moral. Ao reafirmar estereótipos, considerava a prostituição a forma mais frequente de trabalho. Para Del Priore, essa evidência histórica revelou uma velada misoginia ou machismo que a Igreja também utilizou desde o início da dominação colonial. (DEL PRIORE, 1992, p. 15).

A ideologia patriarcal, que estruturava as relações conjugais e familiares desde o tempo em que o Brasil era uma Colônia Portuguesa, conferia aos homens poder sobre as mulheres, justificando, assim, os atos de violência cometidos, recorrendo, com frequência, ao uso da força. Nascido de estilo de vida das minorias dominantes, essa ideologia acabou influenciando todas as camadas da sociedade. (LAGE; NADER, 2012, p. 287).

De acordo com Lage e Nader (2012, p. 287), o Código Filipino que legislou o Brasil do Período Colonial até o século XIX, permitia que o marido assassinasse a esposa que havia cometido adultério, facultando, ainda, aos homens, o enclausuramento forçado de esposas e filhas. Surgiram, nesse contexto, os recolhimentos, instituições criadas para abrigar mulheres com vocação para a vida religiosa, sem que, necessariamente fossem freiras, e se tornavam, por isso, verdadeiras prisões femininas.

A dominação masculina, legitimada pela ideologia patriarcal, institucionalizada e garantida por leis, fez do espaço doméstico um *locus* privilegiado para a violência contra a mulher, necessária para a manutenção da família e o bom funcionamento da sociedade. A honestidade da mulher atrelava-se à sua conduta sexual, mediante uma moral sexual dupla, ou seja, permissiva para os homens e repressiva para as mulheres. Enquanto mecanismo disciplinador, a violência era empregada para o comportamento feminino considerado fora do

padrão estabelecido para as “mulheres honestas” e, ainda, culpava a mulher pelas agressões sofridas. (LAGE; NADER, 2012, p. 287-288).

[...] Esse entendimento a respeito do comportamento ideal da mulher permaneceu até o século XX, como se depreende da leitura dos nossos códigos penais. Todos, desde o Código Criminal do Império, ao definir, por exemplo, os *crimes sexuais*, referem-se ao agravo cometido contra “mulheres honestas”, termo que constou do Código Penal de 1940 (artigos 215 e 216), em vigor até 2003, quando foi finalmente banido da legislação brasileira por ocasião das comemorações do Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, em 25 de novembro. (LAGE; NADER, 2012, p. 288 – grifos das autoras).

Outro exemplo da ingerência da dupla moral sexual na legislação foi a criminalização do adúltero. Nos códigos penais de 1830 e 1890 e na Consolidação das Leis Penais, de 1932, a mulher casada que cometesse adultério seria punida com pena de um a três anos de prisão, diferentemente do marido, que incorria nessa pena quando tivesse concubina “teúda e manteúda”, melhor dizendo, permissão para amantes desde que não as sustentasse. Essa distinção desapareceu no Código Penal de 1940, que reduziu a pena para detenção de 15 dias a 6 meses. Até 2005, quando o adultério deixou de ser crime no País, a condenação da mulher adúltera legitimava, no senso comum, a violência conjugal. (LAGE; NADER, 2012, p. 288).

A ideologia patriarcal, além de refletir-se diretamente na legislação, banalizou e justificou diversas formas de violência cometidas contra as mulheres, fazendo pairar na sociedade um sentimento de tolerância, que dificultava ou mesmo impedia a punição desses atos, mesmo estando tipificados como crimes nos códigos penais. (LAGE; NADER, 2012, p. 288).

O Brasil rural e colonial instituiu a família patriarcal, conforme apontado por Tedeschi, “[...] O patriarcalismo na vida rural brasileira foi responsável pela continuidade do estereótipo das representações sobre o feminino que, na Europa, a cultura familiar tinha na época”. (2012, p. 209). Aspectos misóginos e machistas que contribuíram para legitimar violências sobre as mulheres.

Nesse sentido, as violências contra as mulheres caracterizam formas de violências que têm sido cada vez mais recorrentes e problematizadas em nossa sociedade, com discussões crescentes no campo das Ciências Humanas e Sociais. Na História, enquanto disciplina acadêmica, a temática ainda é pouco explorada; embora a inserção de estudos que

envolvem as mulheres nas últimas décadas, decorrente de uma abertura do campo histórico, tenha possibilitado pensar esses novos objetos e novas abordagens.

Para Izimuno e Santos (2005, p. 01), a literatura sobre violência contra as mulheres teve suas origens no início da década de 1980, constituindo-se uma das principais áreas temáticas dos estudos feministas, no Brasil, oriundos das mudanças sociais e políticas no País, acompanhando o desenvolvimento do Movimento de Mulheres e o processo de redemocratização. Nesse momento, um dos principais objetivos do Movimento foi visibilizar a violência contra as mulheres e combatê-la mediante intervenções sociais, psicológicas e jurídicas, estando, as delegacias da mulher, entre as conquistas mais expressivas. Ainda hoje, elas constituem a principal política pública de combate à violência contra as mulheres e à impunidade.

Acrescenta-se, ainda, que os primeiros estudos centraram-se nas denúncias de violência contra as mulheres nos distritos policiais e as práticas feministas não-governamentais de atendimento às mulheres em situação de violência. Com o surgimento das delegacias da mulher, passaram a privilegiar as ações do Estado nas áreas da segurança pública e da justiça. (IZIMUNO; SANTOS, 2005, p. 02).

Nesse contexto, a utilização da categoria gênero introduziu, nos estudos sobre violência contra as mulheres, uma nova terminologia, a expressão violência de gênero, embora a noção de patriarcado não tenha sido completamente abandonada. Ainda nesse período, novos estudos sobre a violência contra as mulheres passaram a discutir o exercício da cidadania das mulheres e as possibilidades de acesso à Justiça. (IZIMUNO; SANTOS, 2005, p.03).

Na esteira de diferentes abordagens acerca dessas violências, a terminologia ainda provoca inúmeras discussões. Segundo Izimuno e Santos (2005, p.11), influenciados pela perspectiva de gênero, muitos estudos sobre esse tema, no Brasil, passaram a usar a nomenclatura violência de gênero. As primeiras autoras brasileiras que utilizaram esse termo foram Heleieth Saffioti e Sueli Souza de Almeida, com o livro *Violência de Gênero: Poder e Impotência*, publicado em 1995.

Saffioti (2004, p. 69) apontou que há, no Brasil, certa confusão sobre os tipos de violência, daí a utilização da categoria violência contra mulheres como sinônimo de violência de gênero, assim como também se confunde violência doméstica com violência intrafamiliar. E embora haja sobreposições parciais entre os conceitos, existem especificidades importantes.

A autora acrescentou que a violência entre dois homens disputando uma mulher, ou duas mulheres por um único homem, configura-se sob a rubrica de gênero. Trata-se, portanto,

de relações regidas pela gramática sexual, sendo compreendida como violência de gênero. Pode, ainda, caracterizar-se como violência doméstica, dependendo das circunstâncias em que ocorre. Embora a violência de gênero possa ocorrer por um homem contra outro ou por uma mulher contra a outra, a perpetrada pelo homem contra a mulher é a mais comum, “[...] tendo a falocracia como caldo de cultura”. (SAFFIOTI, 2004, p. 71).

Em contrapartida, entende-se a violência familiar como aquela que envolve membros ligados por vínculos consanguíneos ou de afinidade e que extrapola o âmbito doméstico.

[...] que envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consanguinidade e a afinidade. Compreendida na *violência de gênero*, a *violência familiar* pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele, embora seja mais freqüente o primeiro caso. [...] (SAFFIOTI, 2004, p. 71 – grifos da autora).

A violência intrafamiliar, contudo, vai além dos limites do domicílio, quando, por exemplo, “[...] Um avô, cujo domicílio é separado do de seu(sua) neto(a), pode cometer violência, em nome da sagrada família, contra esse(a) pequeno(a) parente(a). [...]”. (SAFFIOTI, 2004, p. 71).¹ Melo e Teles (2003, p. 19-20) criticaram o termo violência intrafamiliar (aquela que pode ocorrer fora do espaço doméstico) como resultado de relações violentas entre membros da própria família, o que esconderia a violência contra as mulheres, já que ela também envolve outras pessoas da família que são vulneráveis, tais como, crianças, pessoas portadoras de deficiências, idosas.

As autoras mencionaram, ainda, que há uma diferença de origem dos conceitos de violência intrafamiliar e doméstica, quando a última nasce com o Movimento Feminista ao denunciar o quanto o lar é perigoso para as mulheres, espaços privados onde a violência ocorre. Ambas, contudo, se entrelaçam, pois a violência doméstica ocorre no espaço familiar e a violência intrafamiliar frequentemente no âmbito doméstico.

Para Saffioti (2004, p.71-72), a violência doméstica possui pontos de sobreposição com a familiar e, embora predominantemente no interior do domicílio, pode extrapolar o território geográfico e simbólico, atingindo outras pessoas que vivem, parcial ou integralmente, no mesmo domicílio que o agressor, como, por exemplo, empregadas(os) domésticas(os).

No caso das mulheres do campo, que compõem o contexto de análise desta pesquisa, percebemos que essas e outras formas de violências estão presentes em seu cotidiano, dessa

¹ A autora refere-se aos gêneros masculino e feminino utilizando parênteses {(o(a);a(o))}, motivo pelo qual aparecem desta forma no corpo do texto, diferentemente do que estamos utilizando que é a barra o/a;a/o.

forma, procuramos fazer referência a diferentes violências que acometem essas mulheres, estendendo a discussão para o contexto público e não apenas para o privado, porém, correlacionados.

Para as mulheres do campo que vivem em diferentes comunidades, como, Acampamentos, Assentamentos, Quilombos e outros, as violências assumem configurações “diferenciadas”. O rural é um espaço social complexo e diversificado e, para muitas mulheres, em especial as assentadas em projetos de reforma agrária, as vulnerabilidades expressam-se no cotidiano, oriundas também da ausência de investimentos e infraestrutura para a produção de serviços de saúde, habitação, educação, lazer, cultura e outros.

Convém frisar que o foco de discussão sobre as violências contra as mulheres do campo tem sido problematizado, principalmente por movimentos sociais ligados a terra, sendo a Campanha Mundial pelo fim da violência contra as mulheres, lançada pela Via Campesina, em 2008, a maior referência.

As prerrogativas da Campanha encontram-se elucidadas na Cartilha *As camponesas e os camponeses da via campesina dizem basta: basta de violência contra as mulheres*, texto que propôs a reflexão e o debate sobre o tema, uma vez que a violência faz parte do cotidiano de mulheres em qualquer parte do mundo. Ela está sistematicamente silenciada, naturalizada e invisibilizada pela sociedade capitalista e patriarcal. A Campanha pretende, ainda, enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres do campo e também as praticadas contra as mulheres da classe trabalhadora e, assim, provocar uma mudança social, cultural e política, além da construção de uma nova cultura na intenção de superar as relações de desigualdades entre mulheres e homens. (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, 2012).

A Cartilha, elaborada por meio da construção coletiva coordenada pelo Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil, faz referência à importância do Movimento Feminista que contribuiu para análise dos fenômenos sociais, como a violência contra as mulheres, desvelando a naturalização da opressão, discriminação, exploração e violência cometidas contra as mulheres. (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, 2012, p. 08).

Desperta a atenção, igualmente, para a dita superioridade masculina face à inferioridade feminina, historicamente construída, produzida e imposta como um modelo natural de vida em sociedade, cujas ideias são conjugadas ao modelo patriarcal e capitalista que vivemos. Esse modelo de sociedade está relacionado às relações de dependência das pessoas, à falta de autonomia, à violência. (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, 2012, p. 08). Nesse sentido, a violência é entendida como oriunda desse processo.

A violência masculina contra a mulher é fruto do modelo patriarcal de sociedade, onde as relações pessoais afetivas estão fundamentadas não nos sentimentos e no afeto, mas no princípio da propriedade, do controle e do domínio sobre a mulher. E, é isso que, em vias de regra, garante ao homem o poder de violentar uma mulher, uma vez que a considera sua propriedade. A violência por parte do sistema capitalista patriarcal e a modernidade se expressam em todas as esferas da vida das mulheres e acaba se reproduzindo no cotidiano como algo natural. Essa naturalização traz consigo o domínio do homem sobre todos os aspectos da vida da mulher e sobre seu corpo, que passa a ser encarado como um objeto que tem que servir e obedecer aos homens. (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS BRASIL, 2012, p. 10-11).

É evidente, porém, que as discussões sobre violências contra as mulheres no campo assumem novas configurações, ao inserirem no interior do debate não só as discussões de gênero, mas também as contradições da sociedade patriarcal e capitalista e as do agronegócio.

Quando se refere às violências que atingem as mulheres, o documento do Movimento de Mulheres Camponesas (2012, p. 23-24) assinala uma concepção bastante difundida entre os movimentos sociais do campo, em que a concentração de terras e riqueza nas mãos de poucas pessoas expulsa uma quantidade inigualável de famílias de suas terras, destrói sua cultura, gerando vazios e isolamentos em seu interior.

As mulheres, assim, são as primeiras a serem afetadas, com dificuldades para inserção em locais alternativos para trabalhar, o que as obriga a permanecer no âmbito doméstico, com seu trabalho invisibilizado e não reconhecido. O agronegócio, como estratégia do capitalismo patriarcal no campo, gera exclusão, exploração e violência, sobretudo, para as mulheres. Concepção, essa, encontrada no pensamento de Saffioti, ao discutir as categorias gênero, raça e classe social, na perspectiva histórica.

Desta sorte, não foi o capitalismo, sistema de dominação-exploração muitíssimo mais jovem que os outros dois, que “inventou” o patriarcado e o racismo. Para não recuar demasiadamente na história, estes já existiam na Grécia e na Roma antigas, sociedades nas quais se fundiram com o sistema escravocrata. Da mesma maneira, também se fundiram com o sistema feudal. Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração [...]. Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo. (SAFFIOTI, 1987, p. 61).

Na análise das categorias gênero, raça e classe social, Saffioti não utilizou as expressões capitalismo patriarcal, patriarcado capitalista, capitalismo racial e racismo capitalista, considerando-se que elas se referem a um desses sistemas de dominação-exploração na forma substantiva e outro na forma adjetiva. Exemplo disso é que, no capitalismo patriarcal, o patriarcado apenas qualifica o substantivo que é o capitalismo, o que significa atribuir maior importância a um, e deixar o outro no plano secundário. Para ela, há uma simbiose entre eles, sendo impossível isolar a responsabilidade de cada um dos sistemas de dominação-exploração, que estão fundidos no patriarcado-racismo-capitalismo frente às discriminações praticadas diariamente contra as mulheres. (SAFFIOTI, 1987, p. 60-63).

Por outro lado, ressalta-se que as mulheres têm vivenciado processos para o enfrentamento dessas violências, como a reelaboração de saberes tradicionais, trânsito em diferentes espaços sociais na interface com a produção e a comercialização, as mudanças sociais, afirmação de novas identidades sociais e coletivas². Entretanto, a existência dessas violências coexiste nesses contextos.

Não se deve esquecer que, na realidade brasileira, as situações de violência constituem produtos das situações socioeconômicas excludentes e também da precariedade dos serviços de saúde, educação e outros direitos garantidos constitucionalmente e que, para a zona rural, chega de forma mais lenta e é pouco discutido. (ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA – AESCA/MS, S/D).

Ao mesmo tempo em que a Cartilha do Movimento de Mulheres Camponesas demonstra as condições impostas e ressignificadas pelo capitalismo e pelo patriarcado, enfatiza violências que podem suplantar a doméstica e familiar que acometem as mulheres. Embora as diferentes formas de violências devam ser, igualmente, problematizadas, a discussão sobre violências doméstica e familiar, muitas vezes, são “encobertas” pelas demais, e os esforços para inseri-las nas reflexões dos movimentos sociais do campo é muito recente.

Outros/as autores/as também têm chamado a atenção para as diferentes formas de violências, como, por exemplo, Chauí (1999), em suas discussões sobre questões éticas e de violência. Ressalta a existência de desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, o autoritarismo que regula todas as relações sociais, a corrupção como forma de funcionamento das instituições, o racismo, o sexismo, as intolerâncias religiosa, sexual e política, que não são consideradas formas de violência pela

² Essa abordagem será explorada no decorrer da Dissertação, sobretudo no último Capítulo (III).

sociedade brasileira. Elas não são percebidas como estruturalmente violentas, fazendo com que apareçam como um fato esporádico superável.

No seio dessas violências, Chauí (1999) advertiu sobre a necessidade de problematizá-las, considerando-se que as mulheres do campo convivem num espaço de assimetrias nas suas mais diferentes expressões. São espaços sociais repletos de contradições, conflitos, ambiguidades e incertezas. Vivem num movimento permanente de liberdade e de dominação, entre dois mundos.

[...] o da *liberdade* para procurar outra condição de vida para si e para os filhos e o da *dominação* por um modo capitalista de produção que gerou exclusão e expropriação e continua a criar, com maior ou menor intensidade, dificuldades de sobrevivência. (FARIAS, 2008, p. 22 – grifos da autora).

Embora existam violências que, no mundo rural, atingem todas as pessoas, as violências vivenciadas pelas mulheres do campo são complexas, múltiplas e específicas face aos (des)caminhos dessa inconstante luta pela e na terra. Além das violências provenientes dos espaços públicos, no seio da sociedade capitalista e patriarcal, que afetam os espaços considerados privados, as que ocorrem no âmbito doméstico e familiar ainda encontram pouca visibilidade face à cultura camponesa, indicando a necessidade de reflexões sobre elas.

1.2. Violências doméstica e familiar, gênero e patriarcado

Mesmo não tendo a pretensão de realizar uma abordagem específica sobre os conceitos das violências, entendemos que elucidá-los em seus variados e complexos sentidos seja importante para a compreensão e análise das violências contra as mulheres em contextos rurais. Dessa forma, a terminologia utilizada neste estudo foi o de violências contra as mulheres, ou seja, aquela perpetrada pelo homem à mulher, porém, compreendendo que ela pode ter múltiplas expressões e é, igualmente, uma violência de gênero. Assim, as violências doméstica e familiar também se constituíram “objetos” deste estudo e, embora não menos importantes, procuramos fazer referência a outras violências que acometem, em especial, a mulheres do campo.

Nesse sentido, o conceito de violência contra as mulheres, utilizado, essencialmente, para a discussão, é o enunciado no Artigo 5º, da Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006,

conhecida como Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências.

Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

(BRASIL, 2006).

Convém frisar, também, que a referida legislação constituiu um avanço no âmbito das violências doméstica e familiar contra as mulheres, já que, anteriormente, os casos eram julgados por meio da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. A aplicabilidade da Lei 9.099/95 legalizava a violência, sobretudo, a doméstica (SAFFIOTI, 2004, p. 91-94), cujas sentenças previam o pagamento de penas pecuniárias, tais como, cestas básicas ou multas irrisórias.

Com a promulgação da Lei Maria da Penha, muitos avanços foram observados: passou-se a tipificar as violências doméstica e familiar e estabelecer suas formas; pressupôs a criação de Juizados Especializados de violências doméstica e familiar, com competência cível e criminal, abrangendo questões como separação, pensão e guarda dos filhos; proibiu a aplicação de penas pecuniárias; passou a prever procedimentos da autoridade policial; proibiu que as mulheres entregassem a intimação ao autor; possibilitou a prisão em flagrante e a prisão preventiva do autor. Embora a pena mínima tenha tido redução de seis para três meses, a máxima aumentou de um para três anos, acrescendo 1/3 no caso de pessoas portadoras de deficiência, entre outras.

A Lei, portanto, criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º, do art. 226, da Constituição Federal de 1988, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994) e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil. Dispõe também sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e

estabeleceu medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (BRASIL, 2006, Artigo 1º).

De maneira semelhante à legislação, outros/as autores/as têm incorporado em suas discussões e/ou reflexões o conceito pautado na perspectiva teórica de gênero, dentre os quais destacamos Cavalcanti et al. que afirmaram que:

[...] qualquer ato que resulte em dano físico ou emocional, perpetrado com abuso de poder de uma pessoa contra outra, numa relação pautada em desigualdade e assimetria entre os gêneros. Pode ocorrer nas relações íntimas entre parceiros, entre colegas de trabalho e em outros espaços relacionais (CAVALCANTI et al., 2009, p.149).

A Lei Maria da Penha também resgata a concepção de que “A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.” (BRASIL, 2006, Artigo 6º). No mesmo sentido, conceitua, no Artigo 7º, as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, destacando, dentre outras, a violência física, a psicológica, a sexual, a patrimonial e a moral.

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006).

Tais formas de violência foram discutidas por Saffioti (2004). Essa estudiosa observou que os conceitos de violência não podem ser vistos como rupturas de diferentes integridades no âmbito da violência de gênero e, mais especificamente, a intrafamiliar e doméstica, pois assim não encontra lugar ontológico.

As violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente. Certamente, se pode afirmar o mesmo para a moral. O que se mostra de difícil utilização é o conceito de violência como ruptura de diferentes tipos de integridade: física, sexual, emocional, moral. [...] Isto posto, a ruptura de integridades como critério de avaliação de um ato como violento situa-se no terreno da individualidade. Isto equivale dizer que a violência, entendida desta forma, não encontra lugar ontológico [...]. (2004, p. 75-76).

Deve, contudo, ser entendida, conforme prevê a Lei Maria da Penha, no contexto dos direitos humanos, ou seja, como uma violência dos direitos inerente à pessoa humana, saindo do plano individual e partindo para uma concepção mais ampla que abrange diferentes áreas, como a saúde, a educação, e violência propriamente dita e outras. (SAFFIOTI, 2004, p. 76-78).

Nessa vertente, Saffioti e Almeida (1995) afirmaram que a violência dirigida à mulher caracteriza-se como um fenômeno considerado democrático, no sentido irônico, por ser transversal às classes sociais, às culturas, às raças, às etnias e outros, constituindo-se, portanto, um fenômeno global.

Na mesma direção, Schraiber et al. (2005) observaram que essa violência pode ser considerada uma questão invisível, devido à sua frequência, tornando-se algo corriqueiro e, conseqüentemente, naturalizando-se.

De acordo com as considerações de Saffioti (2004), a violência contra a mulher está ancorada nas bases do patriarcalismo, forma de organização familiar na qual ocorre o processo de dominação-exploração das mulheres pelos homens, estabelecendo as relações sociais desiguais e a violência de gênero. Os elementos do patriarcado ainda se mantêm, contudo, estão em permanente transformação.

[...] Em geral, pensa-se ter havido primazia masculina no passado remoto, o que significa, e isto é verbalizado oralmente e por escrito, que as desigualdades atuais entre homens e mulheres são resquícios de um *patriarcado* não mais existentes ou em seus últimos estertores. De fato, como os demais fenômenos sociais, também o *patriarcado* está em permanente transformação. [...] (SAFFIOTI, 2004, p. 45-46 – grifos da autora).

Além disso, o patriarcado está presente em outras relações e instâncias, como as Instituições sociais e as ideologias dominantes, e não apenas nas familiares, uma vez que “[...] o *patriarcado* não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo [...]”. (SAFFIOTI, 2004, p. 47 - grifos da autora). Três pontos são fundamentais para a nossa discussão, de acordo com o pensamento de Saffioti sobre o patriarcado, “[...] configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; [...] corporifica-se; [...] representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.” (2004, p. 57-58).

Instalado no poder de marido, namorado, amante, pai, padrasto, o líder masculino mantém comportamentos socialmente idealizados e mistificados de poder, que foram consolidados no processo de ascensão na liderança social. Tal idealização é transferida para o grupo familiar e para as demais instituições que formam a sociedade em geral. (SANTOS, 2008, p. 46).

Na realidade, o patriarcado é entendido não só como forma de organização social centrada na figura do pai e/ou do patriarca, mas também como sinônimo de toda e qualquer estrutura social em que as mulheres se encontram em posições subalternas, sujeitas aos mais variados modos de dominação pelos homens (MACHADO, 2000), sem, no entanto, estarem em posições fixas e intransponíveis. Elas, de diversas maneiras, criam mecanismos de resistências, às vezes velados ou diretos.

É interessante pontuar que o patriarcado constitui-se numa problemática ligada ao poder, seja por meio da dominação masculina, seja de uma ideologia que o sustenta. Esse poder também é ambíguo, pois, por um lado, é distribuído de forma desigual e hierárquica entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição de subalternidade nos ordenamentos da vida social; por outro, porém, designa possibilidades de resistências femininas, exercido com uma multiplicidade de relação de forças.

Convém frisar que o conceito de patriarcado é um dos eixos principais de discussão, associados ao próprio conceito de gênero. Segundo Scott (1995), gênero se refere à organização social da relação entre os sexos, uma rejeição ao determinismo biológico. Gênero representa, ainda, um sistema de relações que pode incluir o sexo, porém, não é determinado por ele. É uma forma de indicar construções culturais, ou seja, a criação social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres.

Compreendo gênero enquanto característica social e relacional, e que não apenas dita normas de masculino e feminino, indo além, sendo fator

constituente da identidade dos sujeitos no processo educacional, seja ele formal ou informal. Nas relações promovidas no cotidiano do lar e da escola, as mulheres vão firmando e modificando suas representações, identificando-se ou não com o grupo ao qual pertencem. (SANTOS, 2008, p. 47).

Scott (1995) acrescentou que o termo gênero rejeita a validade interpretativa da ideia de esferas separadas, sustentando que estudar as mulheres de forma isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha pouco ou nada a ver com o outro.

Partindo das considerações de Scott, Camargo (1998) descreveu a existência de um lugar histórico, social e político do conceito de gênero e o constitui como uma categoria social, partindo do sexo biológico, mas associado a outras articulações. O gênero é construído pela diferenciação social entre homens e mulheres, articulando-se na atribuição de características sobre o sexo biológico. Essa construção ocorre na linguagem e em toda a produção cultural e representações, na política e nas relações de poder, nas relações de produção e mercantis e nas formas ideológicas e filosóficas com as quais a sociedade organiza suas normas e valores.

Seu conteúdo como categoria relacional, uma categoria que contém e integra dois elementos interligados – o feminino e o masculino – é o que nos permite compreender as interações entre um e outro. O que se atribui a um elemento é retirado ao outro, e isto é o que os diferencia. Mas, o mais importante é a forte complementaridade aí estabelecida. *Sem a existência de um o outro não existirá*. E o inteiro seria a fusão de ambos. Esta fusão, no entanto, é ressignificada, em relação aos mitos de complementaridade clássicos, a partir da valorização diferenciada dos dois elementos. Este jogo de sentidos – o que dá *sentido* a um dá *sentido* ao outro, *qualifica* um e *desqualifica* o outro – enfim, essa construção indissociável, está muito presente nas fantasias tanto sociais quanto individuais de casamento, amor, laços conjugais quais sejam. (CAMARGO, 1998, p.04 – grifos da autora).

Percebe-se que as assimetrias presentes nessa categoria relacional constituem, na verdade, marcas das violências nas relações de gêneros:

Na ordem patriarcal, homem e mulher, como gênero, são constituídos e constituintes de uma assimetria, num mundo em que as alteridades estão anuladas. Esse é o conteúdo intrínseco da violência nas relações de gênero em todos os campos da atividade humana. (CAMARGO, 1998, p.04).

Trata-se de violências nas relações de gênero associadas às concepções cristalizadas e naturalizadas do feminino e do masculino, ou seja, das relações desiguais e hierárquicas entre os gêneros. Nesse sentido, para Santos.

Falar de violência nas relações de gênero significa falar de concepções cristalizadas no homem e na mulher que foram produzidas como verdades na sociedade ocidental. Registrar a violência no corpo feminino representa transitar no território da construção de papéis sexuais e da repressão, poder, vergonha, medo, amor, preconceito, interdição do desejo, paixão, prazer, vida e morte. Essas construções sociais não estão fora da educação seja no seio familiar, no espaço escolar ou na sociedade. Representa registrar a história de mulheres e as configurações sociais que giram em torno do gênero na nossa sociedade. (SANTOS, 2008, p. 23).

Na mesma direção, Saffioti e Almeida (1995) ressaltaram que a constituição de sujeitos se faz pelo gênero e também pela identidade de classe social e pela raça/etnia. Gênero é, então, um modo de dar significado às relações de poder e identidade.

O gênero, assim como a classe social e a raça/etnia, condiciona a percepção do mundo circundante e o pensamento. Funciona, assim, como um crivo através do qual o mundo é apreendido pelo sujeito. Logo, a atuação deste sujeito sobre o mundo deriva de sua maneira específica de compreendê-lo. A postura aqui esposada, não consiste em reduzir tudo a gênero, mas em afirmar que ele, como também a raça/etnia e a classe social são fundantes das relações sociais, pois regulam as relações homem-mulher, as relações homem-homem e as relações mulher-mulher. Socialmente construído, o gênero corporifica a sexualidade (não o inverso), que é exercida como uma forma de poder. Logo, as relações de gênero são atravessadas pelo poder. Homens e mulheres são classificados pelo gênero em separados em duas categorias: uma dominante, outra dominada, obedecendo aos requisitos impostos pela heterossexualidade. A sexualidade, portanto, é o ponto de apoio da desigualdade de gênero. (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p. 23).

Ao se referirem à violência e à ideologia de gênero, Saffioti e Almeida afirmaram que “[...] a nova ou contraideologia de gênero traz uma qualidade inédita, qual seja, no limite, a erradicação da supremacia dos homens, responsável pela legitimação da violência por eles perpetrada contra as mulheres. [...]” (1995, p. 24).

As autoras utilizaram tal perspectiva nas questões de gênero e violência, pois, para elas, ao mesmo tempo em que o gênero é constitutivo das relações sociais, a violência é constitutiva da ordem falocrática. Discorreram, também, sobre a existência de uma cultura androcêntrica e falocêntrica. Nesse raciocínio, a ordem social androcêntrica traz embutida a violência em sua normatização.

O gênero constitui uma verdadeira gramática sexual, normatizando condutas masculinas e femininas. Concretamente, na vida cotidiana, são os homens, nesta ordem social androcêntrica, os que fixam os limites da atuação das mulheres e determinam as regras do jogo pela sua disputa. Até mesmo as relações mulher-mulher são normatizadas pela falocracia e a violência faz parte integrante da normatização, pois constitui importante componente de controle social. Nestes termos, a violência masculina contra a mulher inscreve-se nas vísceras da sociedade com supremacia masculina. Disto resulta uma maior facilidade de sua naturalização, outro processo violento, porque manietta a vítima e dissemina a legitimação social da violência. [...]. (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p. 32).

Dessa maneira, a violência masculina é legitimada e “aceita” socialmente. Historicamente, evidenciam-se as relações desiguais e assimétricas entre os gêneros que, por sua vez, são repletas de relações de poder, concebido conforme a acepção foucaultiana.

[...] é uma relação de forças, só pode existir na relação entre seu exercício e a resistência dele, em contínua tensão. O poder constitui, atravessa, produz os sujeitos [...] As relações de poder existem um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e a criança, na família. [...]. (FOUCAULT, 2003, p. 231-232).

Partindo das discussões de Foucault em relação ao poder, Saffioti e Almeida (1995, p. 196) afirmaram que o poder, permeando as relações de gênero, somente é aceito se preencher, pelo menos, duas condições: ser exercido democraticamente, tornando-o positivo e fluir livre do eixo do gênero, do homem para a mulher, e vice-versa. Entretanto, nas situações de violências contra as mulheres, o poder passa a reger as relações, estabelecendo diferenciação hierárquica do homem para a mulher.

As discussões de Saffioti e Almeida (1995) também se situaram no campo da impotência, por enfatizarem que desde o nascimento somos socializados para conviver e coexistir com a impotência, fato esse que justifica porque a mulher é menos violenta que o homem. A impotência masculina se manifesta expressivamente, por meio da violência, contra categorias sociais mais frágeis, tais como, mulheres e crianças. A mulher é considerada, de maneira majoritária e integralmente, inferior nos ordenamentos das relações sociais. Os homens utilizam a força para reafirmar sua condição de superioridade, na hierarquia de gênero.

Corroboram para essa situação os estereótipos de homem e de mulher que estiveram e estão presentes na sociedade, em geral, veiculados pela família, pela mídia, pelas religiões e

demais Instituições Sociais. Dessa maneira, para Schraiber et al. (2005), refletiram sobre a violência.

[...] é uma criação sociocultural, sendo assim, conforma-se como comportamento possível e valorizado em determinadas épocas e sociedades, mas não em todas. E muitos aspectos das dinâmicas das relações, que interferem nos comportamentos e atitudes diferenciais entre homens e mulheres, devem ser examinados. Esses diferenciais apontam para os padrões de identidade, isto é, o que cada um entende por ser homem e ser mulher diante de referências ou imagens coletivas (sociais) e ideais, e como fazemos para viver a identidade idealizada. (SCHRAIBER et al., 2005, p. 66).

Isso posto, a “*Violência de gênero*, inclusive em suas modalidades *familiar e doméstica*, não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma *organização social de gênero*, que privilegia o masculino. [...]”. (SAFFIOTI, 2004, p. 81 – grifos da autora).

Assim, as violências contra as mulheres apresentam variadas nuances e, indiscutivelmente, representa um dos muitos problemas que atingem as mulheres, ancorada nos elementos do patriarcado e na amplitude das questões de gênero e poder.

1.3. Retratos das violências contra as mulheres

Inúmeros são os dados que revelam a existência do fenômeno das violências dirigidas às mulheres, sejam os registros oficiais divulgados por meio de pesquisas, sejam os informais, vivenciados cotidianamente, que demonstram as situações de violências envolvendo mulheres. A pesquisa “Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres”, realizada no primeiro semestre de 2013, pelo Data Popular e pelo Instituto Patrícia Galvão, revelou que a agressão contra mulheres e o estupro estão entre os crimes percebidos como mais recorrentes no Brasil. A população brasileira tem a percepção de que os crimes contra as mulheres têm aumentado nos últimos 5 anos, assim a violência doméstica está na agenda de preocupações da sociedade.

Dados divulgados pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFMEA, S/D) revelaram que, de 2004 a 2006, houve aumento do nível de preocupação com a violência doméstica em todas as regiões do País, exceto nas regiões Norte e Centro-Oeste, que já possuem o patamar mais alto, atingindo um total de 62%. Já nas regiões Sudeste e Sul, o nível de preocupação cresceu, respectivamente, 7 e 6 pontos percentuais.

Em estudo específico sobre homicídios de mulheres, no Brasil, publicizado por meio do Mapa da violência (2012), Waiselfisk demonstrou que, entre 1980 e 2010, período representativo de 30 anos, mais de 92 mil mulheres foram assassinadas, sendo 43,7 mil somente na última década. O número de mortes nesse período saltou de 1.353 para 4.465, representando um aumento percentual de 230% que, por sua vez, designa a triplicação do quantitativo de mulheres assassinadas no País.

É interessante observar que, entre os oitenta e quatro (84) países do mundo, o Brasil ocupa a sétima (7ª) posição quanto à taxa de homicídios (feminino), que é de 4,4, em cada 100 mil mulheres, ficando atrás apenas de El Salvador, Trinidad e Tobago, Guatemala, Rússia e Belize, respectivamente. Os Estados brasileiros com maiores índices de homicídios de mulheres são Espírito Santo, Alagoas, Paraná, Pará e Mato Grosso do Sul. No caso de Mato Grosso do Sul, que ocupa a posição de quinto (5º) lugar, a taxa de homicídios é de 6,1, para cada 100 mil mulheres. Nessa relação dos Estados com os índices de violências, percebemos que Estados como o Paraná, por exemplo, possui desenvolvimento econômico e cultural elevado, fato que nega a ideia de que as violências tenham relação com a pobreza e o analfabetismo. Significa que as violências cometidas às mulheres constituem um fenômeno transversal presente em diferentes locais e contextos.

Matéria publicada por Kawaguti (2013), pela BBC São Paulo, no dia 08 de março de 2013, demonstrou que, desde a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, o número de agressões contra mulheres, registradas por meio do serviço Ligue 180, serviço gratuito para orientação de mulheres que sofreram abusos encaminhados para órgãos da polícia, da Justiça e demais serviços de enfrentamento da violência contra a mulher, aumentou 600%. Esse fato revela a visibilidade das violências quando as mulheres passam a realizar denúncias, já que elas sempre existiram.

Kawaguti (2013) publicou dados da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres e observou que o disque denúncia (180) fechou o ano de 2012 com 88.685 relatos de agressão, contra 12.664, há seis anos. A maioria dos casos descritos, 57%, envolveram agressões físicas, com 50.236 casos, o que representou elevação de 433% em relação ao ano de 2006. Seguiu-se o da violência psicológica, com 24.477 casos, a violência moral, totalizando 10.372, e os abusos sexuais com 1.686 relatos.

No caso das mulheres que vivem em zonas rurais, embora não tenhamos dados concisos e estatísticas precisas, essa também é uma realidade vivenciada por uma parcela significativa dessa população. As mulheres rurais, assim como as negras e as indígenas em

situações de violências, estão submetidas à dupla ou tripla discriminação e maior vulnerabilidade social. (BRASIL, 2007a). Vulnerabilidades diversas também estão associadas à organização política, social e econômica vivenciadas por essas mulheres em seus espaços territoriais, em suas especificidades.

De acordo com apontamentos das Diretrizes e Ações para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta (BRASIL, 2008), essas mulheres têm suas vidas marcadas devido às características dos lugares onde vivem, ou seja, locais isolados, sem acesso rápido a quaisquer recursos oferecidos pela vida urbana, afastados dos serviços e socorros governamentais, propiciando maiores condições de reprodução do machismo e, portanto, altos índices de violência, impunidade dos agressores e dificuldades no acesso aos serviços e políticas de atenção às mulheres.

Embora outros locais estejam geográfica e territorialmente próximos dos recursos governamentais, como é o caso do Assentamento Geraldo Garcia, *lócus* desta pesquisa, pode haver um “isolamento cultural” e contínuo, legitimado social e historicamente, que torna o enfrentamento das violências tão complexo quanto os afastados e isolados. Diante desse “isolamento cultural”, a relação é ambígua, pois a realização de denúncias, por exemplo, também retrata resistências femininas.

Embora se saiba da existência das violências sofridas pelas mulheres rurais, ainda são poucos os dados que elucidam o fenômeno. As Diretrizes e Ações para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta fazem referência a duas pesquisas para demonstrar os dados dessa realidade.

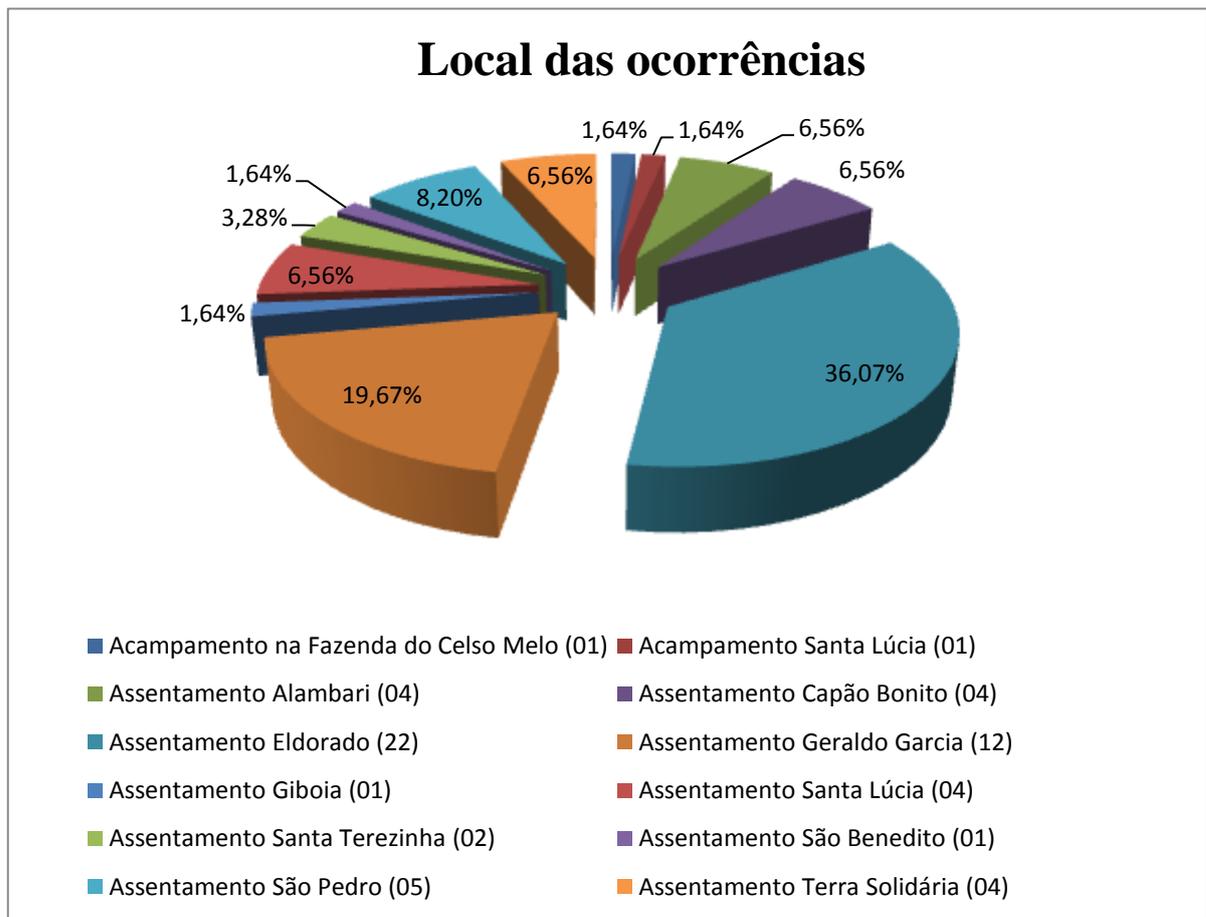
A primeira refere-se à investigação conduzida pela Universidade de São Paulo, conjuntamente com a Organização Mundial de Saúde (2001), que demonstrou que 29% de 4.299 mulheres entrevistadas na Grande São Paulo e 37% na Zona da Mata pernambucana relataram algum episódio de violência física cometido por parceiro ou ex-parceiros. Cerca de 10% das mulheres, em São Paulo, e 14% na Zona da Mata, relataram já terem sido forçadas fisicamente a manter relações quando não queriam ou forçadas a práticas sexuais por medo. Um número equivalente a 12% das mulheres em São Paulo e 9% na Zona da Mata relataram violência sexual antes dos 15 anos. A segunda pesquisa, realizada pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura, CONTAG, (2008), revelou que 55.2% das entrevistadas sofreram algum tipo de violência.

Existe, ainda, uma cifra que pode ser considerada invisível, sobre as violências para as mulheres do campo, ao associar esses casos ao contexto que as envolve. Dentre eles,

podemos citar a vivência contínua de casos de violências, a possível subnotificação, os espaços territoriais, a dificuldade de romper ciclos de violências e de efetivar a denúncia devido à distância de redes de enfrentamento, ou seja, elementos que constituem as vulnerabilidades dessas mulheres.

Para o município de Sidrolândia, no Estado de Mato Grosso do Sul, *lócus* da pesquisa, a realidade sobre os dados de violências contra as mulheres do campo também demonstraram o quanto são baixos os números, quando tomamos registros policiais como referência. Entretanto, com o recorte temporal de 2006 a 2012, ao longo de seis anos, localizamos dados que podem ser considerados altos, quando pensamos no contexto das mulheres do campo e na realidade do município, por ocasião de intervenções estatais ou políticas públicas acerca do enfrentamento das violências que será discutido em capítulo posterior. Selecionamos todas as ocorrências policiais lançados no Sistema Integrado de Gerenciamento Operacional (SIGO), da Polícia Militar e Civil do Estado de Mato Grosso Sul, que perfizeram um universo de sessenta e um (61) registros, apresentados a seguir.

Gráfico 1 – Local das ocorrências



Fonte: SIGO/MS. Organizados por Fabricia Santina de Oliveira Carissimi

Observamos que os registros são de diferentes localidades territoriais rurais, predominantemente de Assentamentos Rurais. Para Acampamentos, observou-se apenas um (01), no Acampamento da Fazenda de Celso Melo e outro (01), no Acampamento Santa Lúcia.

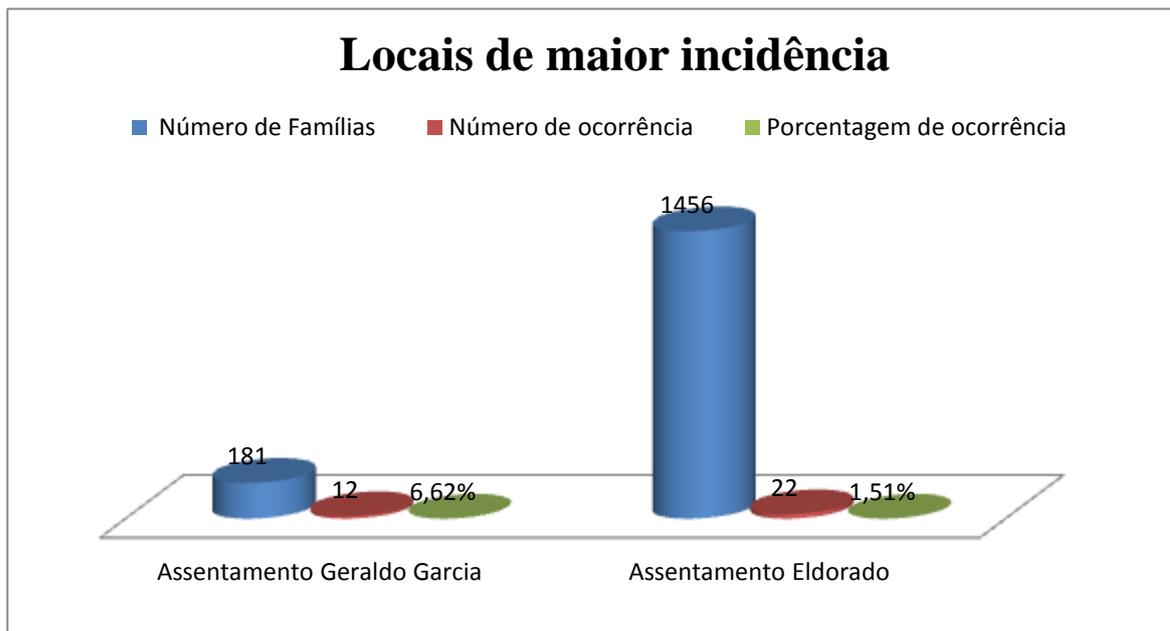
A apresentação dos locais foi computada da mesma forma como registrados pelos/as profissionais da segurança pública, apenas agrupados, quando, por exemplo, se tratava de um Assentamento dividido em partes, mas que formam mais de um Assentamento ou complexo. Há, por exemplo, o Capão Bonito I, o II e o III, e, para facilitar a compilação dos dados e distribuição no gráfico, foi agrupado em Assentamento Capão Bonito, embora, evidentemente, sejam locais distintos, mas próximos geograficamente e territorialmente. Além disso, existem casos em que um Acampamento, na época da ocorrência, pode ter se constituído, hoje, em Assentamento.

Os Assentamentos: Alambari, com quatro (04) casos, Eldorado, com vinte e dois (22); Giboia com um (01); Santa Terezinha com dois (02); São Pedro com cinco (05); Capão Bonito com quatro (04); Geraldo Garcia com doze (12); Santa Lúcia com quatro (04); São Benedito

com um (01) e Terra Solidária com quatro (04), completaram o quadro quanto aos locais de ocorrências.

Observa-se que se destacaram dois locais: o Assentamento Eldorado, que representou 36,07% do universo, e o Assentamento Geraldo Garcia, com 19,67%. Juntos, representaram mais de cinquenta por cento do universo, ou seja, 55,74%.

Gráfico 2 – Local de maior incidência



Fonte: SIGO/MS. Organizados por Fabricia Santina de Oliveira Carissimi

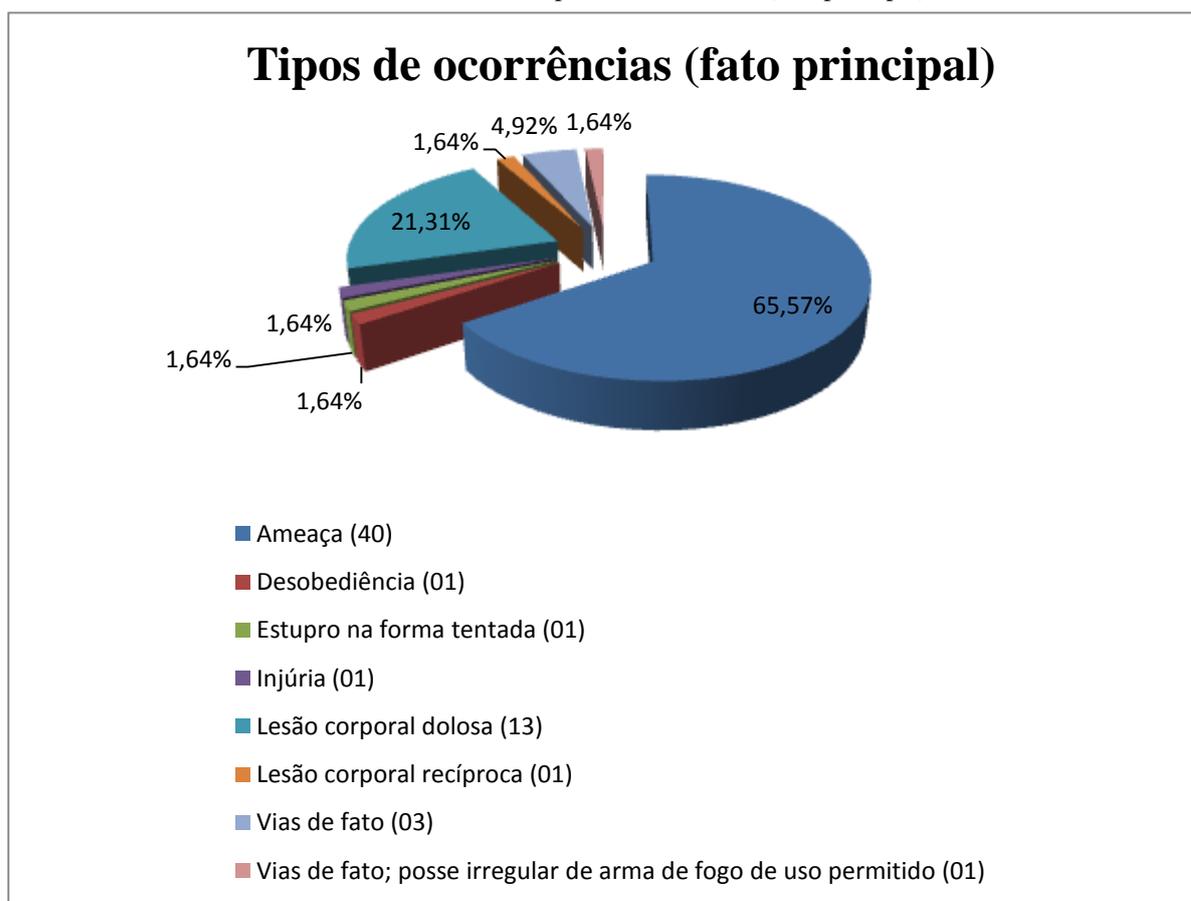
No gráfico 2, lançamos os locais de maior incidência e fizemos a comparação do número de registros de casos com o total geral de famílias³. Observou-se que, no Assentamento Eldorado, ocorreram vinte e dois (22) casos para mil quatrocentas e cinquenta e seis (1.456) famílias, o que representou 1,51% desse pequeno universo. Já o Geraldo Garcia, com doze (12) casos para cento e oitenta e uma (181) famílias, representou 6,62%, também motivando a escolha para o desenvolvimento da pesquisa.

O fato de o Assentamento Geraldo Garcia conter um número elevado de registros policiais pode ter relação com a proximidade de Sidrolândia – em termos espaciais e geográficos – embora o “isolamento cultural” também esteja, contraditoriamente, presente nesses espaços, quando, por exemplo, há conhecimento informal de situações contínuas de

³ O número de famílias teve como referência dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2012), e todas as “partes” do Assentamento Eldorado também foram agrupadas, para facilitar a compilação e distribuição no gráfico.

violências e as denúncias não são realizadas. Também não significa que nos demais locais as violências perpetradas às mulheres sejam menores, pois a visibilidade ainda se constitui numa problemática, sobretudo, para essas mulheres. De acordo com Saffioti, nunca se conhecerá a magnitude da violência dirigida às mulheres, considerando-se que no momento em que todas as mulheres que sofrem desrespeito a seus direitos humanos estiverem dispostas a fazer a denúncia, a falocracia terá sido destruída. (SAFFIOTI, 1994, p. 163).

Gráfico 3 – Tipos de Ocorrências (fato principal)



Fonte: SIGO/MS. Organizados por Fabricia Santana de Oliveira Carissimi

No gráfico 3, demonstramos os tipos de ocorrências denominados nos registros policiais como fato principal. Todas foram registradas como violência doméstica, contudo, há especificações em que ocorreram oito (08) variações.

Antes de detalharmos essas especificações, é interessante observar que as tipificações estão previstas no Código Penal (CP) brasileiro, instituído pelo Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de Dezembro de 1940, que define os crimes existentes em nosso País, assim como na Lei de Contravenções penais em que se aplicam “[...] as contravenções às regras gerais do Código

Penal, sempre que a presente lei não disponha de modo diverso.” (BRASIL, 1941, Art. 1º). E legisla, portanto, sobre as contravenções praticadas no território nacional. (BRASIL, 1941, Art. 2º). Em se tratando de contravenções, isso também significa que “[...] para a existência da contravenção, basta a ação ou omissão voluntária. Deve-se, todavia, ter em conta o dolo ou a culpa, se a lei faz depender, de um ou de outra, qualquer efeito jurídico” (BRASIL, 1941, Art. 3º).

Outras legislações também podem trazer definições mais específicas, como, por exemplo, a Lei nº 10.826/2003, que “dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências”, estando associadas às demais legislações existentes, em matéria de crimes e/ou contravenções.

Nos registros policiais sobre violências contra as mulheres lançados no SIGO, embora todas as tipificações denominadas como fato principal sejam concebidas como violência doméstica, também fazem outras referências baseadas nas legislações, às quais o ato cometido tenha associação. Por isso, foi necessário buscar a interpretação em outras legislações e não só na Lei 11.340/2006.

Por outro lado, acrescentamos que muitas legislações, como é o caso do Código Penal brasileiro, ou mesmo a sua aplicabilidade, também reflete o pensamento patriarcal e sexista da sociedade, conforme expresso por Melo e Teles (2003, p. 81). Por exemplo, a própria concepção de “mulher vítima”, que tem a conotação de passividade, fragilidade, impotência e aceitação.

Convém assinalar também que no momento da ocorrência é lançada a tipificação do crime ou da contravenção, muito embora, após a abertura do inquérito e/ou do processo judicial, ela possa sofrer alterações, de acordo com a interpretação do/a operador/a do direito.

Nesse sentido, os casos registrados foram: ameaça⁴, com quarenta (40) casos; desobediência⁵, com um (01) caso; um (01) estupro na forma tentada⁶; uma (01) injúria⁷; treze

⁴ Descrita no Código Penal, Título I Dos crimes contra a pessoa, Capítulo VI Dos crimes contra a liberdade individual, Seção I Dos crimes contra a liberdade pessoal, define-se ameaça, ou seja, “ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave.” (BRASIL, CP, 1940, Art. 147).

⁵ Descrita no Código Penal, Título XI Dos crimes contra a administração pública, Capítulo II Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral, a desobediência consiste em “desobedecer a ordem legal de funcionário público.” (BRASIL, CP, 1940, Art. 330).

⁶ Descrito no Código Penal, Título VI Dos crimes contra a dignidade sexual, Capítulo I Dos crimes contra a liberdade sexual, estupro consiste em “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. (CP, 1940, Art. 213). O crime na

(13) casos de lesão corporal dolosa⁸; um (01) de lesão corporal recíproca; três (03) de vias de fato⁹; e um (01) de vias de fato, posse irregular de arma de fogo de uso permitido¹⁰.

Os casos de ameaça somaram 65,57% do universo, sendo o tipo de violência, que também está tipificado nos boletins como violência doméstica, o tipo mais expressivo. Seguem-se casos de lesão corporal dolosa, ou seja, 21,31%; e vias de fato com 4,92% do universo. O número elevado de ameaças permite-nos pensar sobre a existência das violências psicológicas, moral e simbólicas nos espaços doméstico e familiar, que atingem e geram consequências inigualáveis para as mulheres.

Na concepção de Bourdieu (2010, p. 49-50), essa força simbólica é uma forma de poder exercida sobre os corpos, sem a existência de coação física. A dominação simbólica se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, porém mediante os esquemas de percepção, de avaliação e de ação.

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser-percebido (percipi), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. [...] (BOURDIEU, 2010, p. 82).

As violências psicológicas, moral e simbólicas expressas por meio dos casos de ameaça estão presentes em outras formas de violências, embora sejam difíceis de serem

forma tentada é aquele “[...] quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.” (BRASIL, CP, 1940, Título II Do crime, Art. 14, inciso II).

⁷ Descrita no Código Penal, Título I Dos crimes contra a pessoa, no Capítulo V Dos crimes contra a honra, a Injúria é definida como “Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro.” (BRASIL, CP, 1940, Art. 140).

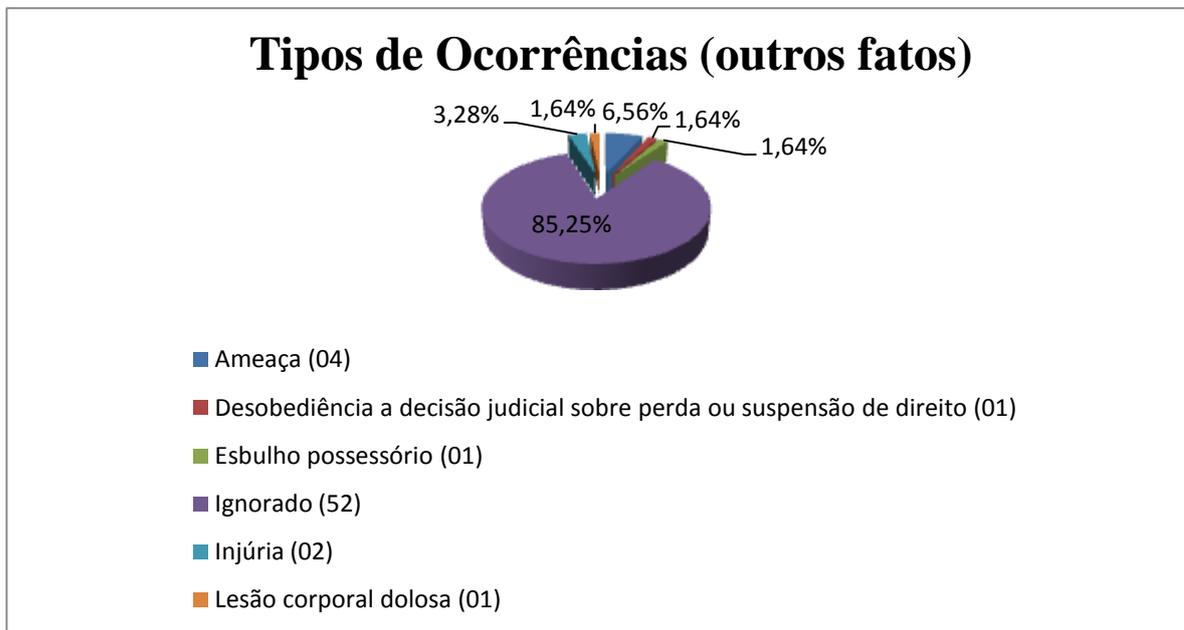
⁸ Descrita Código Penal, no Título I Dos crimes contra a pessoa, Capítulo II Das lesões corporais, a Lesão corporal consiste em “Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem.” (BRASIL, CP, 1940, Art. 129). O crime é considerado doloso “[...] quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo”, (BRASIL, CP, 1940, Título II Do crime, Art. 18) e recíproca quando ambos são envolvidos.

⁹ Descrita na Lei de Contravenções penais, Capítulo I Das contravenções referentes a pessoa, que consiste em “Praticar vias de fato contra alguém.” (BRASIL, 1941, Art. 21).

¹⁰ Descrita a Lei nº 10.826/2003, Capítulo IV Dos crimes e das penas, posse irregular de arma de fogo de uso permitido consiste em “Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa.” (BRASIL, 2003, Art. 12).

percebidas e mensuradas, pois estão envolvidas numa lógica não concreta, mas igualmente produto e produtora de violências.

Gráfico 4 – Tipos de ocorrências (outros fatos)



Fonte: SIGO/MS. Organizados por Fabricia Santina de Oliveira Carissimi

Nas ocorrências, também foram lançados outros fatos, conforme consta no Gráfico 4, mas muitos permaneceram ignorados, ou seja, não foi realizado nenhum registro, num total de cinquenta e dois (52) casos, ou seja, 85,25% deles. Seguiu-se de quatro (04) ameaças (6,56%); duas (02) injúrias (3,28%); uma (01) desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito¹¹ (1,64%); um (01) esbulho possessório¹² (1,64%); e uma (01) lesão corporal dolosa (1,64%), sendo alguns, também tipificados como violência doméstica.

A inexistência de outros fatos, ou que são ignorados, permite-nos questionar a maneira pela qual essas “outras” violências, consideradas fatos secundários, são lançadas

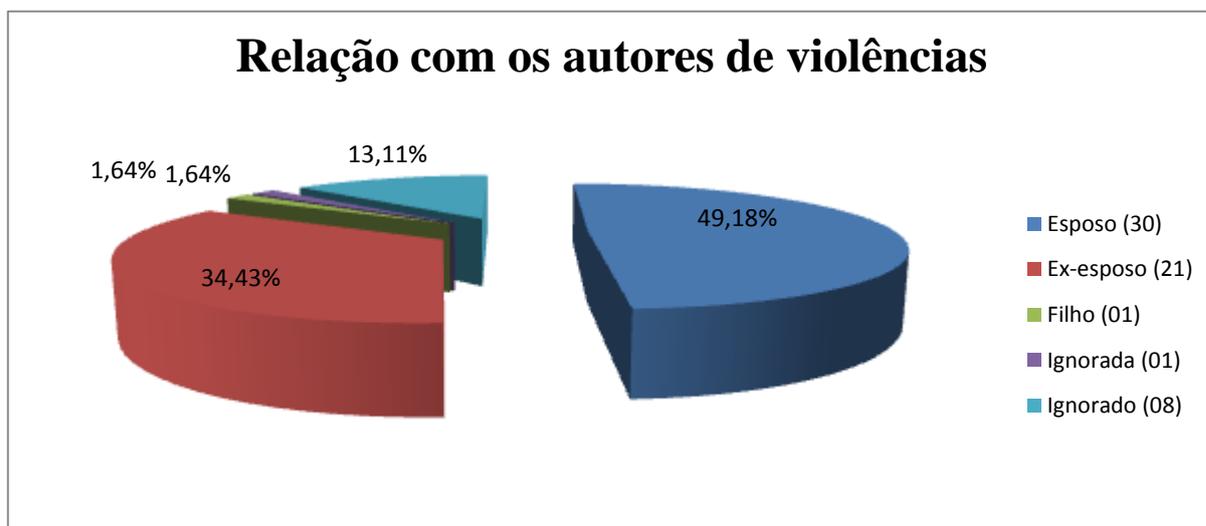
¹¹ Descrita no Código Penal, Capítulo III Dos crimes contra a administração da justiça, Título XI Dos crimes contra a administração pública, desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito é “exercer função, atividade, direito, autoridade ou múnus, de que foi suspenso ou privado por decisão judicial.” (BRASIL, CP, 1940, Art. 359).

¹² Descrito no Código Penal, Título II Dos crimes contra o patrimônio, Capítulo III Da usurpação, consta a Alteração de limites, ou seja, “Suprimir ou deslocar tapume, marco, ou qualquer outro sinal indicativo de linha divisória, para apropriar-se, no todo ou em parte, de coisa imóvel alheia”; e no inciso II do parágrafo 1º “Na mesma pena incorre quem”, o Esbulho possessório para quem “invade, com violência a pessoa ou grave ameaça, ou mediante concurso de mais de duas pessoas, terreno ou edifício alheio, para o fim de esbulho possessório”, e considera o exposto nos demais parágrafos “§ 2º - Se o agente usa de violência, incorre também na pena a esta cominada” e “§ 3º - Se a propriedade é particular, e não há emprego de violência, somente se procede mediante queixa.” (BRASIL, CP, 1940, Art. 161).

pelos/as policiais, ou seja, sem registros, ignorada. Poderia haver uma disparidade nessa realidade, pois, por exemplo, para um caso de ameaça, haveria outros fatos, como as violências psicológica, moral e simbólica, mas que não aparecem nos registros. Isso envolve a “padronização” dos registros, a não compreensão analítica das violências, enfim, elementos característicos dos registros policiais que indicam contradições entre a realidade, parcialmente representada, e a atuação Institucional.

Além disso, não há uma política específica e contínua para a qualificação dos/as profissionais de segurança pública para desempenhar suas funções na perspectiva de gênero. A maioria absoluta mantém o *status quo* e a ideologia dominante, que confere aos homens o poder legitimador de autor de violências contra as mulheres.

Gráfico 5 – Relação com os autores de violências



Fonte: SIGO/MS. Organizados por Fabricia Santina de Oliveira Carissimi

No gráfico 5, selecionamos também a relação das mulheres em situações de violências¹³ com os autores das violências. Observamos que a grande maioria constitui-se de esposos ou ex-esposos, sendo os primeiros um total de trinta (30) casos e os segundo de vinte e um (21). Houve o registro de um (01) filho, oito (08) ignorados, do sexo masculino, ou seja, que não é especificada a relação dos autores com as mulheres em situações de violências, e um

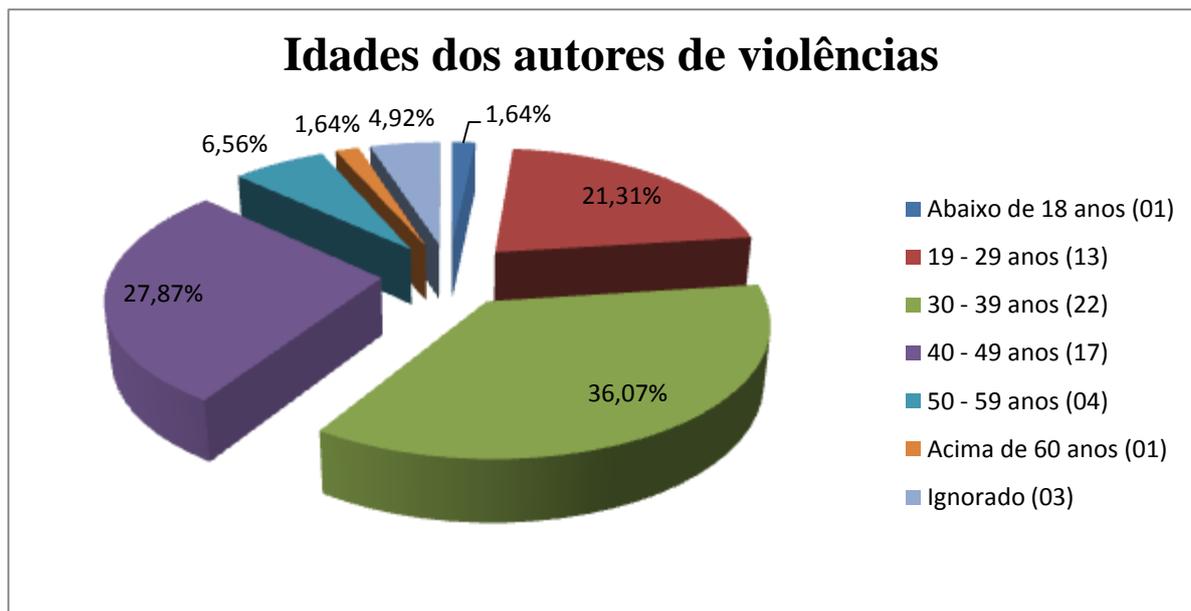
¹³ Houve casos registrados de outros/as envolvidos/as, como, por exemplo, filhos/as, embora a mulher fosse o sujeito principal.

(01) caso que se tratava de uma mulher cuja relação com a pessoa que vivenciou a violência também foi ignorada¹⁴.

Os esposos representaram 49,18% dos casos, e os ex-esposos, 34,43% que, juntos, representaram a maioria absoluta desse universo; ou seja, 83,61%, convergindo com diversas pesquisas que apontam que os autores de violências são os atuais ou ex-parceiros das mulheres em situações de violências.

Para Saffioti, as mulheres, a quem grande parte dos locais públicos está (semi)interditada, sofrem violência masculina no interior de relações familiares e os agressores são, via de regra, (ex)maridos, (ex)companheiros, (ex)namorados. (1994, p. 166). Denota, ainda, o sentimento de posse que os homens estabelecem a partir de relações e uniões com as mulheres, como se fossem objetos de seu pertencimento, que lhes confere poderes para legitimar as violências.

Gráfico 6 – Idade dos autores de violências



Fonte: SIGO/MS. Organizados por Fabricia Santina de Oliveira Carissimi

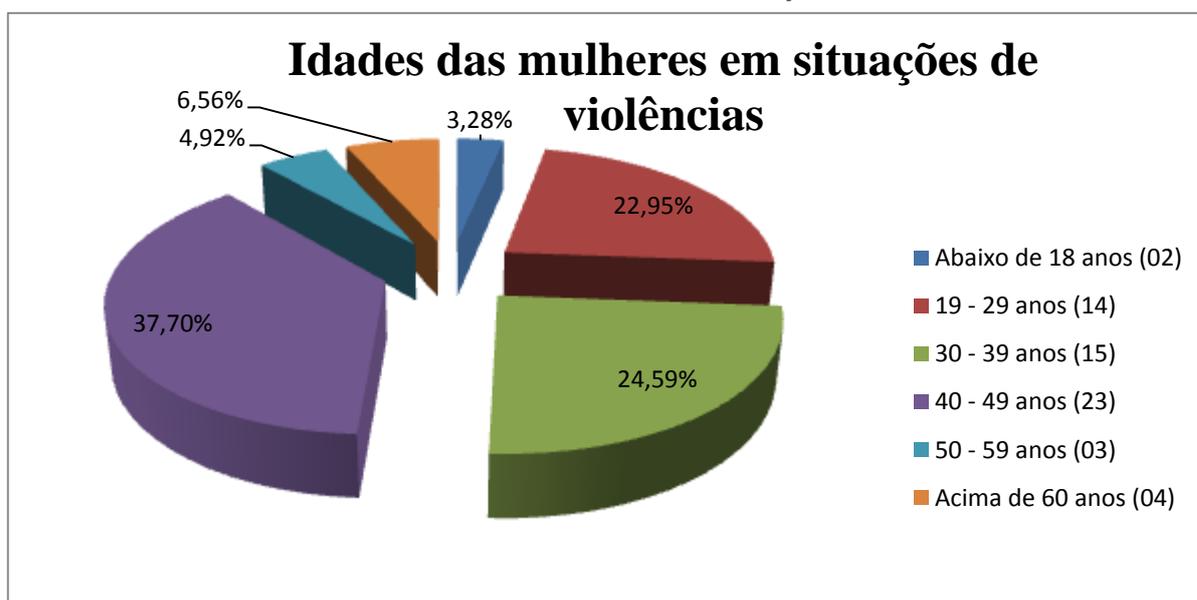
Quanto à idade dos autores de violências, no gráfico 6, observa-se que a maioria pertence à população adulta. Um (01) caso apenas de pessoa abaixo de 18 anos; treze (13) com idade de dezenove a vinte e nove anos; vinte e dois (22) de trinta a trinta e nove anos;

¹⁴ Este caso não se constitui “objeto deste estudo” e no gráfico que trata da idade dos autores de violências, que são homens em sua maioria absoluta, ela foi agregada no contexto geral.

dezessete (17) de quarenta a quarenta e nove anos; quatro (04) de cinquenta a cinquenta e nove anos; uma (01) acima de sessenta anos e outros (03) ignorado.

Aqueles com idade entre trinta a trinta e nove anos representaram 36,07% do universo, seguido dos de quarenta a quarenta e nove anos, com 27,87% e, os de dezenove a vinte e nove anos, com 21,31%, caracterizando, portanto, uma população predominantemente adulta e jovem.¹⁵

Gráfico 7 – Idade das mulheres em situações de violências



Fonte: SIGO/MS. Organizados por Fabricia Santina de Oliveira Carissimi

Quanto à idade das mulheres em situações de violências (Gráfico 7), os dados foram semelhantes aos registrados entre os autores de violências, prevalecendo a população adulta e, por vezes, jovem, embora os demais também revelem que as violências atingem todas as faixas etárias, acentuando-se apenas na adulta e jovem.

Dois (02) casos de mulheres abaixo de dezoito anos foram registrados, quatorze (14) de dezenove a vinte e nove anos, quinze (15) de trinta a trinta e nove anos, vinte e três (23) de quarenta a quarenta anos, três (03) de cinquenta a cinquenta e nove anos, e quatro (04) acima de sessenta anos.

Em termos percentuais, as pessoas com idade entre quarenta a quarenta e nove anos representaram 37,70%; as com idade entre trinta e trinta e nove anos, 24,59% e já as de

¹⁵ Jovens são pessoas com a idade entre quinze e vinte e nove anos e, no caso, em questão, os de vinte a vinte e nove anos, representaram 21,31% do universo.

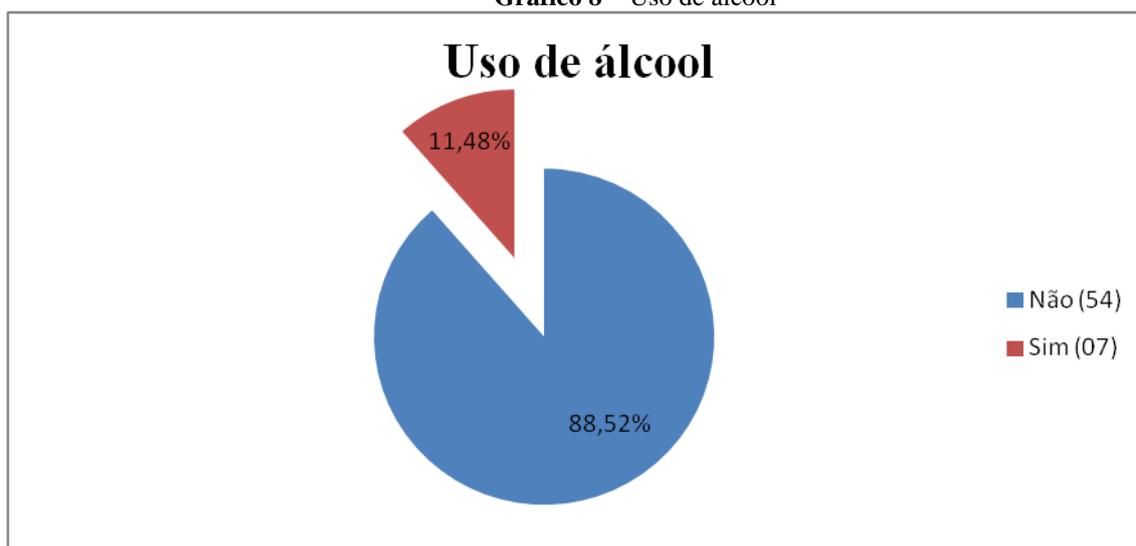
dezenove e vinte e nove anos, 22,95% do universo. Isso significa que de dezenove a quarenta e nove anos perfizeram 85,24% dos casos.

Cavalcanti et al. ao tratarem das consequências da violência contra as mulheres, retomam a percepção de que esta se constitui como uma violação dos direitos humanos e um grave problema social e de saúde pública e, que tal fato resulta em morte e incapacidade, com prevalência entre mulheres em idade reprodutiva, mas também nas diferentes etapas do ciclo da vida, que anula a autonomia da mulher, mina seu potencial como pessoa e membro social, e provoca repercussões intergeracionais. (2013, p. 164).

A constatação de que a violência causa morte e incapacidade em mulheres, em idade predominantemente reprodutiva, ou seja, naquelas jovens e adultas, convergem com os dados levantados nos boletins de ocorrência de que as violências atingem parcela significativa dessa população. Embora também possamos inferir que, em outros grupos com faixas etárias diferenciadas, as violências poderiam estar mais naturalizadas, como, por exemplo, com mulheres idosas que, em nome da manutenção da vida familiar e dos/as filhos/as, vivenciam situações rotineira de violências.

Também é importante correlacionar com dados da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências (BRASIL, 2001), documento que afirma: no Brasil, na última década do século XX, mais de um milhão de pessoas morreram por violências e acidentes e, dessas, cerca de 400 mil faleceram por homicídios, e mais de 70% desses últimos eram jovens e adultos.

Gráfico 8 – Uso de álcool

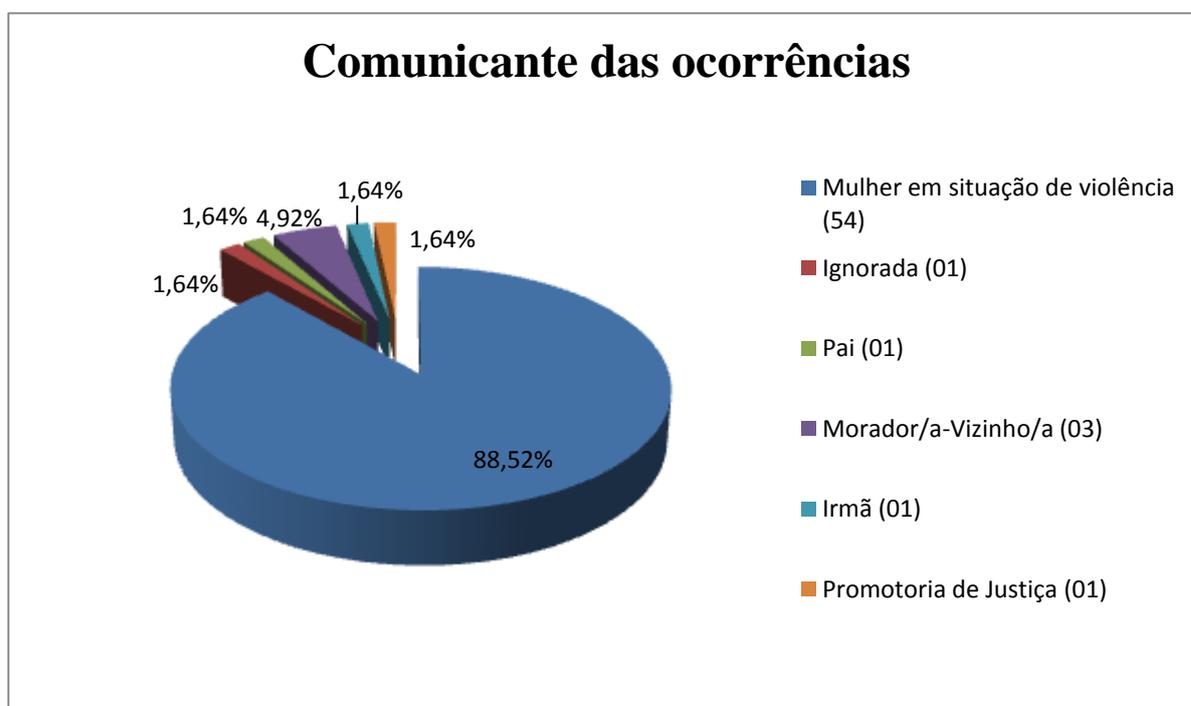


Fonte: SIGO/MS. Organizados por Fabricia Santana de Oliveira Carissimi

No gráfico 8, observamos que apenas sete (07) ocorrências mencionaram o uso de álcool, o que representou 11,48% do universo. Em contrapartida, as demais cinquenta e quatro (54) ocorrências não fizeram menção ao álcool, representando 88,52% do universo.

Isso permite desconstruir uma ideia bastante difundida no imaginário social, de que o álcool é o causador das violências contra as mulheres, desconsiderando-se, assim, os aspectos estruturais das violências, tornando difícil problematizá-los, naturalizando e patologizando os autores que ingerem álcool, indicando ser o álcool o propulsor das violências. Há, portanto, outros aspectos que originam as situações de violência¹⁶.

Gráfico 9 – Comunicante das ocorrências



Fonte: SIGO/MS. Organizados por Fabricia Santina de Oliveira Carissimi

Dados importantes referem-se à pessoa que fez a comunicação das ocorrências (Gráfico 9), sendo que 88,52% dos casos foram realizados pelas mulheres em situações de violências, ou seja, cinquenta e quatro (54) casos; seguindo de morador/a ou vizinho/a com três (03) casos (4,92%); um (01) sendo o pai (1,64%); outro (01) para a irmã (1,64%) e outro (01) ainda por intermédio da Promotoria de Justiça (1,64%).

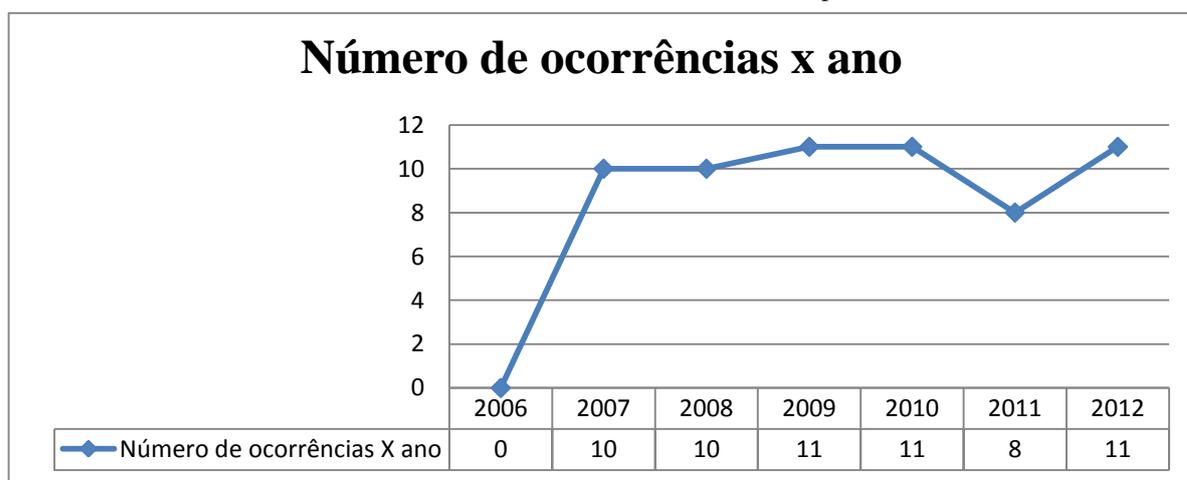
Esses dados nos permitem afirmar o protagonismo das mulheres que, ao mesmo tempo em que vivenciam as violências, buscam caminhos para romper seus ciclos, sendo a

¹⁶ Essa discussão será apresentada no Capítulo II da Dissertação.

ocorrência policial um deles, mesmo havendo limitações importantes decorrentes de um contexto de maiores vulnerabilidades, conforme mencionado anteriormente.

Por outro lado, embora em menor grau, a comunicação das denúncias por outros sujeitos, sejam membros da família (pai, irmã) ou não (morador/a, vizinho/a, promotoria), significa que, paulatinamente, ocorra o reconhecimento e responsabilidade social sobre as violências e “começam a meter a colher na briga de marido e mulher”.

Gráfico 10 – Número de ocorrências por ano



Fonte: SIGO/MS. Organizados por Fabricia Santina de Oliveira Carissimi

Por fim, e não menos importante, lançamos no gráfico (10) o número de ocorrências registradas por ano. Observamos que, em 2006, ano que a Lei Maria da Penha foi promulgada, passando a vigorar a partir de 22 de setembro de 2006, não foi registrado nenhum caso de violência contra as mulheres do campo.

Nos anos seguintes, a partir de 2007, primeiro ano de vigência efetiva da Lei Maria da Penha, os casos permaneceram com registros semelhantes, sendo dez (10) para 2007; dez (10) para 2008; onze (11) para 2009 e 2010, com queda no ano seguinte, ou seja, oito (08) para 2011 e mantendo os mesmos índices de onze (11) casos, em 2012.

Esses dados permitem-nos inferir que a Lei Maria da Penha, ao tipificar a violência doméstica e familiar, pode ter contribuído para visibilidade desse fenômeno e aumento de denúncias, o que não significa, necessariamente, que antes não havia violências contra as mulheres do campo.

No conjunto, esses elementos permitiram retratar a face, muitas vezes oculta, das violências acometidas às mulheres do campo, a partir de um território específico, cujos dados convergiram, em muitos momentos, com pesquisas que têm procurado problematizar o

fenômeno. Associados aos aspectos qualitativos e às construções históricas, sociais e culturais formam o contexto dessa complexa realidade, traduzida pelas violências contra as mulheres nos espaços rurais.

CAPÍTULO II

HISTÓRIAS CONTADAS, VIOLÊNCIAS VIVIDAS: A NARRATIVA DE MULHERES E HOMENS DO ASSENTAMENTO GERALDO GARCIA, EM SIDROLÂNDIA/MS

2.1. Trajetórias de lutas e trajetórias de vidas no Assentamento Geraldo Garcia, em Sidrolândia/MS

Inicialmente, é importante registrarmos aspectos históricos do município de Sidrolândia, onde se localiza o Assentamento Geraldo Garcia, fazendo-se uma apresentação sobre a questão agrária no município.

As terras onde hoje se situa o município de Sidrolândia, embora conhecidas desde os primórdios do século XVII, ocasião em que foram devassadas por sertanistas bandeirantes, passaram a ser povoadas com a chegada do mineiro Gabriel Francisco Lopes e, logo depois, de seu sogro Antônio Gonçalves Barbosa, acompanhado de Inocêncio Barbosa, seu irmão. (IBGE, S/D).

Em meados do século XIX, os “Barbosas” estabeleceram as primeiras fazendas de gado da região, fascinados pela abundância do pasto, da boa qualidade e da fertilidade do solo. Isso atraiu, também, para a região, novos migrantes que se dedicaram, principalmente, à criação de gado. (IBGE, S/D).

O denominado “fundamento” do município, entretanto, surgiu com Vicente de Brito, descendente da família Brito, e José Pereira Martins que, após a guerra do Paraguai, no ano de 1870, vieram fundar suas fazendas. Dois anos depois, o cuiabano Hermenegildo Alves Pereira também se estabeleceu na região. (IBGE, S/D).

Porfírio, um dos filhos de Vicente de Brito, fundou mais quatro (04) fazendas, com o intuito de manter seus descendentes no local. Uma das filhas de Porfírio, a Sr^a Catarina, casou-se com Sidrônio Antunes de Andrade, migrante, natural de Lages, Santa Catarina. Após o falecimento de Catarina, em 1926, Sidrônio resolveu lotear a parte da Fazenda São Bento que lhe foi concedida como herança. Somente em 1942, porém, colocou à venda os lotes que já estavam demarcados havia muito tempo. Assim, a povoação surgida no local passou a denominar-se Sidrolândia, desenvolvendo-se a partir de então. (IBGE, S/D).

Em 01 de Fevereiro de 1948, por meio da Lei nº 207, instituída pelo então Governo do Estado, foi criado o Distrito de Paz de Sidrolândia (topônimo em homenagem a Sidrônio, o fundador). Cinco anos mais tarde, o Distrito foi elevado à categoria de município, com a mesma denominação, mediante a Lei Estadual nº 684, de 11 de Dezembro de 1953, configurando a formação administrativa do município de Sidrolândia. (IBGE, S/D).

É válido acrescentar, ainda, a contribuição dos migrantes na “construção” do município. Moro (2007), ao estudar o “bom” do trabalho para o migrante, em especial o da Região Sul, no sul do Estado de Mato Grosso, nas décadas de 1960 e de 1970, anos em que a migração foi mais significativa, traçou significativas considerações sobre a migração, a partir da ótica do trabalho/emprego, tendo como universo de pesquisa o município de Sidrolândia.

Embora o objetivo de Moro (2007) não fosse o de “registrar” a História de Sidrolândia, ele descreveu a migração como importante fator para constituição do município, e as mudanças históricas no mundo do trabalho. É interessante frisar que, nas décadas de 1960 e de 1970, o trabalho era ligado às atividades rurais, sobretudo, no setor da agricultura mecanizada e da pecuária. Todavia, já nos primeiros anos do século XXI, essas atividades deslocaram-se para o espaço urbano, nas atividades dos operários urbano-industriais. O autor chama a atenção, ainda, para “as vozes não-oficiais”, mas que ainda carecem de referenciais para a História de Sidrolândia¹.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo como referência o ano de 2010, Sidrolândia possui 42.132 habitantes, distribuídos por uma área de 5.286,405 Km². O município se destaca por suas atividades predominantemente agropecuárias, associadas às que vêm se desenvolvendo nas últimas décadas, como, por exemplo, às ligadas ao trabalho em usinas de álcool e confecção de roupas.

O predomínio de grandes propriedades rurais, especialmente com a pecuária extensiva, desde os primórdios do município, contribuiu para a concentração fundiária. Essa alta concentração de área para a reforma agrária constitui, certamente, um dos fatores que explica o motivo pelo qual Sidrolândia tem o maior número de Assentamentos Rurais no Estado de Mato Grosso do Sul.

A implantação dos primeiros Assentamentos Rurais no Estado e no município é considerada recente. De acordo com Reis (S/D.), em 1989, foi desapropriada para fins de reforma agrária, uma área de 2.705 ha da Fazenda Capão Bonito, localizada em Sidrolândia,

¹ Não localizamos estudos que retratassem a “História” de Sidrolândia. Trata-se de campo de estudo e análise para outros/as pesquisadores/as, que ainda necessita de novas pesquisas.

cuja ocupação foi uma das iniciativas pioneiras no âmbito da reforma agrária, em Mato Grosso do Sul, visto que, dois anos antes, em 1987, existiam apenas cinco projetos de Assentamentos em fase de emancipação no Estado e, a partir de 1989, mais quatro, em fase de implantação, dentre eles, Capão Bonito. O Assentamento Geraldo Garcia, *lócus* desta pesquisa, conforme já mencionado, está inserido nesse contexto, localizado a, aproximadamente, quinze quilômetros (15 km) de Sidrolândia.

A história do Assentamento começou com a formação do Acampamento Guachupé, em 1998, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ocasião em que 600 famílias ocuparam a Fazenda Guachupé, no município de Nioaque. Convém esclarecer que o Acampamento passou a ser denominado Geraldo Garcia, em homenagem a um dos seus companheiros e militante de luta, Geraldo Gonçalves Garcia Ferreira, após sua morte, no dia 08 de fevereiro de 1998, em acidente automobilístico, em Roraima. (IDATERRA, 2002, p. 27).

No mesmo ano, com a desapropriação da Fazenda Rio Feio, ali foram assentadas 108 famílias; 120, na Fazenda Boa Esperança, ambas no município de Guia Lopes da Laguna. Posteriormente, realizaram-se duas ocupações na Fazenda Triunfo, sem sucesso. (IDATERRA, 2002, p. 27).

Devido aos conflitos envolvendo as famílias e a polícia, na desocupação da Fazenda Triunfo, o INCRA apontou duas possíveis áreas de desapropriação, entre elas, a Fazenda Estância Belém, que foi reocupada (a primeira ocupação, com 62 famílias, durou somente dois dias) em 28 de agosto de 2001, e cujo processo de desapropriação estendeu-se até o início de 2002. No dia 06 de abril de 2002, com a distribuição dos lotes às respectivas famílias, o Assentamento foi, de fato, constituído. (IDATERRA, 2002, p. 27).

Essa trajetória está presente na memória de muitas famílias, como a relatada pelo assentado Ronaldo.

Assim, em 98 a gente acampou no município de Nioaque. Nós entramos na Fazenda Guaxupé, que ocupou na época na Fazenda Guaxupé, fomos despejados, fomos pra BR, lá na Fazenda Marimbondo, no KM... no Km quarenta e... [...] Quarenta e três. No Km quarenta e três, ficamos acampados por um ano na BR. Aí, depois de um ano acampamos na Fazenda... Triunfo? É, Triunfo. Acampamos na Fazenda Triunfo, fomos despejados de novo, fomos pra um Assentamento por nome de padroeira [...] Aonde ficamos mais ou menos uns... um tempo lá, um tempo determinado lá, eu não lembro. Aonde de lá que surgiu essa Fazenda aqui informada pelo INCRA, que a gente mudou em... parece que foi dia 12 de outubro de 98. [...] Ficamos acampados aqui mais dois anos, e esse é o Assentamento Geraldo Garcia,

que aqui era Fazenda Estância Belém. Mas como nós levantamos acampamento quando surgiu aquela morte do Geraldo Garcia. [...]. (Ronaldo; Entrevista com Ronaldo e Isadora, janeiro/2013)².

Ao longo do tempo, os acontecimentos vivenciados pelas pessoas remetem às suas experiências pessoais e sociais, à forma como produzem os significados da história vivida, e que também vão se modificando nas trajetórias narradas. Certamente, isso veio representar uma etapa da luta vencida.

São essas as interpretações acerca da memória social postulada pela História Cultural, pois “[...] uma das questões centrais trazidas pela História Cultural é a expansão da memória social, possibilitando incessantes releituras do passado.” (VELOSO, 2004, p. 193).

Essa memória também está marcada pelas violências que o processo de ocupação/desocupação/ocupação, oriundo dos processos da reforma agrária, estabelece, sendo as primeiras formas de violências explicitadas pelos/as assentados/as.

Naquela época, os fazendeiros eram “meio corrupto com negócio de sem terra”. Nós tivemos grandes violências com as polícias, tivemos uma passagem muito grande pelas polícias. Não chegou bater, mas prendeu onze companheiros nosso. Foi difícil. [...] A ocupação naquela época era muito braba. Aí eles fizeram um tiroteio no acampamento, despejou na “bruta”, fomos despejados umas duas vezes com polícia, com policiamento. [...] (Ronaldo; Entrevista com Ronaldo e Isadora, janeiro/2013).

Essas violências atingem todas as pessoas, seja diretamente pelos “companheiros presos”, ou indiretamente pelos demais membros que vivenciaram tais situações, isto é, homens, mulheres, crianças, idosos/as, enfim, todos, incondicionalmente, conforme a narrativa de Luana: “[...] E correndo de polícia, não é? Foi, foi uma época muito difícil que, às vezes, eu não gosto nem de lembrar [se emociona]. Foi muito sofrido, você com criança, calor, às vezes, muito frio não é? [...]”. (Luana; Entrevista com Luana, março/2013).

Com memórias que emocionam e que, às vezes, nem “se gosta de lembrar”, porque remetem a um passado de dificuldades, de “cicatrices” no corpo e na alma, outros sujeitos encontram novos mecanismos para fazerem seus relatos, com posturas “rígidas”, no registro da memória como elemento de uma luta constante, mas que, igualmente, relembram violências extremas.

² Todas as vezes que aparecem reticências nas entrevistas, referimo-nos às pausas dos/as entrevistados/as. Já as reticências entre colchetes nas entrevistas, referimo-nos a trechos que foram suprimidos para dar significado às narrativas.

[...] Mas enfim, nós conseguimos depois de prisões, derramamento de sangue de alguns companheiros, situações forjadas pelo lado oposto a nossa luta. Nesse período, dois companheiros nossos foram assassinados, a mando dos latifundiários. A gente ficou com a terra. [...]. (Bruna; Entrevista com Bruna, março/2013).

As pessoas se lembram de prisões, de mortes, de situações em que eram “postos à prova”, mas que, de certa forma, fizeram parte da história da luta pela terra, pois “enfim, a gente ficou com a terra”. Também se referem aos perigos, em virtude da vida em Acampamento, associados a discriminações, preconceitos e insultos.

[...] Nós passamos dez meses na beira da estrada. Todos os riscos possíveis. As casas muito próximas ao asfalto. Naquela ocasião a gente ouvia muitos insultos das pessoas que passavam por lá de carro, de caminhão. Mas ainda assim a gente manteve porque nós tínhamos um objetivo, chegar à terra. Enfrentar tudo que fosse necessário, mas... O sonho de ter, como se diz, de voltar a nossa base, era a terra. Nós tínhamos vínculo com a terra e precisávamos dela e séria só através dessa luta. E como foi. Às vezes, demorava, as dificuldades eram grandes, tantos desencontros, tantos “não”, tanto desprezo pela gente. Nós éramos muito desprezados, nós éramos muito pobres no sentido da palavra, literalmente, a gente era muito pobre. E nós éramos chamados de vagabundos [pequeno riso], de parasita, um monte de coisa, mas nós resistimos. Nós queríamos mostrar para a sociedade o que a gente queria, que não era nada daquilo que eles desconheciam, mas diziam. Nós realmente queríamos ser cidadãos desse país que a gente faz parte. Ser respeitado por aquelas leis que o país tem de bonito, mas age tão mal [pequeno riso]. Então, nós conseguimos chegar. Enfrentando, apanhando, sendo presos, desacreditados. Mas um dia... o nosso grande sonho, através das nossas músicas, nossas místicas, nossas canções, era mostrar que existe sim um jeito de uma sociedade igualitária, de justiça social. E que é aqui mesmo que a gente tem que fazer isso. E somos nós, arregaçando as mangas e partindo para luta. Ninguém vai fazer por nós. [...]. (Bruna; Entrevista com Bruna, março/2013).

Com trajetórias marcadas por violências, lutas e conquistas, o “grande sonho” transformou-se no Assentamento que, hoje, está constituído por 181 famílias distribuídas e organizadas em 18 grupos. Houve avanços, como os decorrentes da construção de casas, organização dos lotes e/ou sítios³, porém, com muitas limitações e dificuldades, sobretudo, as próprias das condições precárias da reforma agrária brasileira. Para a entrevistada Bruna, elas caracterizam outras violências, igualmente vivenciadas.

³ Ambas as denominações foram evidenciadas durante o trabalho em campo para referir-se à propriedade constituída.

[...] violência... que é aquela, da dificuldade de financiamentos. De uma política que vem de encontro as nossas precisões enquanto agricultura familiar. Fala-se muito na mídia, que temos tanto, em valores, para agricultura familiar. Quando chega, vem uma “merreca” e essa “merreca”, ela é tão burocrática, que a gente de si pra si, desiste de pegar. Aí eles nos culpam porque nós não nos organizamos. Nós nos organizamos sim, mas nós continuamos sendo violados nos nossos direitos. Essa é uma violência. Aí fala, “sem terra vende a terra, os assentados não trabalham, são preguiçosos”. “Não” [responde Bruna]. Eu dependo do meu lote, eu dependo do meu sítio, mas se houvesse uma política que realmente viesse de encontro à nossa realidade, automaticamente minha qualidade de vida, assim como a de outras, estaria melhor. E a gente vai continuar fazendo mobilizações, vai continuar tendo atos na cidade, nós vamos gritar. Alguém vai ouvir. Nós temos voz. Nós temos vez. E vão ter que ouvir. Porque se não for eu a conquistar essa qualidade, esse sonho aqui, meu filho está aí, meu neto tá aí. E a gente vai preservar essa luta aí. Nós vemos vamos ter que seguir. [...] Mas a bandeira está fincada no chão [risos]. Não é? (Bruna; Entrevista com Bruna, março/2013).

A dificuldade de financiamentos para a agricultura familiar, além de ser de baixo valor, destaca-se pelo acesso burocrático. A entrevistada Bruna lembra que há uma lacuna entre o que se preconiza nas relações políticas e o que é fator de espetáculo midiático sobre a realidade das pessoas, gerando, inclusive, preconceitos por parte da população em geral. Ela conclui que essa violência é uma “violação de direitos”, que obter a terra perpassa pela conquista da qualidade de vida, fato que ainda é motivo de “luta contínua”.

No contexto da reforma agrária, outras lutas também se refazem e se (re)significam.

Para começo, antes era bem mais difícil a conquista pela terra do que hoje. Tanto é que nossos inimigos eram o latifúndio e hoje, a luta é contra o agrotóxico. É... a luta que nós temos, que não é fácil, é para defender o meio ambiente. Que está sendo agredido cada dia e a gente sofre vendo essas dificuldades e, às vezes, se sente impotente. [...] E que... a luta não terminou. Ela começou outra fase. Que é essa que... da gente permanecer na terra. Que é muito mais difícil do que chegar até a terra. E o inimigo hoje é outro. É o agronegócio. (Bruna; Entrevista com Bruna, março/2013).

A permanência na terra, que se traduz pela qualidade de vida, remete, igualmente, à luta em favor do meio ambiente, contra o agrotóxico e contra o agronegócio.

O significado da luta, presente na memória e no cotidiano dessas pessoas, também marcados por violências, vão além de ter “um pedaço de chão”, dão sentido às conquistas de permanecer na terra para os “filhos, netos”, de lutar por uma vida melhor, prejudicada pelos rumos tomados pela reforma agrária brasileira.

2.2. As relações sociais cotidianas que envolvem homens e mulheres no Assentamento Geraldo Garcia

A luta para a constituição do Assentamento Geraldo Garcia foi sempre marcada por relações contraditórias e complexas. Por um lado, as existentes entre homens e mulheres, oriundas do ordenamento social hierarquizado e desigual, que conjuga, às mulheres, um lugar, normalmente, subalternizado, nos quais vivenciam permanentes processos de lutas. Por outro, muitos problemas externos, envolvendo, por exemplo, o Estado e a polícia, que também tem influência nas relações sociais de gênero, por vezes, revestidas de violências.

Essa contradição e complexidade foram mencionadas como estando presentes desde o início da luta pela terra, durante o Acampamento, quando a subsistência familiar contava com um subsídio governamental, a cesta básica.

[...] Então, na nossa época o povo tinha que ficar no Acampamento. Então, tinha cesta básica, naquela época o governo dava a cesta básica, então era distribuída a cesta básica, depende pelas pessoas, a quantidade que dava pra passar o mês. [...]. (Ronaldo; Entrevista com Ronaldo e Isadora, janeiro/2013).

Isso colaborava com a garantia de permanência no Acampamento. Entretanto, essa cesta nem sempre era distribuída em conformidade com a necessidade as pessoas, o que as levava a buscarem alternativas, como o pedágio, que consistia em fazer barreiras na beira da rodovia para arrecadação de alimentos e/ou similar, bastante característico dos movimentos sociais⁴ ligados a terra durante a década de 1990.

Pedágio. Era a extrema necessidade. Alimentação nossa era muito ruim. De péssima qualidade, difícil de conseguir e ainda o governo por ser contraditório a nós, não nos entregava. Para fazer o protesto, que a gente sabia que a mercadoria nossa, a nossa alimentação já estava lá. [...] Além de ser limitada, de péssimo gosto, ainda eles trancavam para nos punir. Aí a gente precisava fazer o pedágio. Porque lá nós tínhamos crianças, tinham mulheres, seres humanos. Dependiam em parte, não era 100%, daquilo. [...]. (Bruna; Entrevista com Bruna, março/2013).

⁴ Todas as vezes que o termo “movimento” ou “movimento social” aparecer em letra minúscula refere-se aos movimentos sociais de uma maneira geral. Já em letras maiúsculas referimo-nos ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no qual o Assentamento pesquisado está vinculado. A depender do contexto, em letra maiúscula, também pode referir-se ao Movimento de Mulheres e Feminista, que também serão analisados.

O pedágio representava um duplo protesto, tanto devido ao fato de a alimentação ser de “péssima qualidade”, quanto por ser “difícil de conseguir”. Assim, a entrevistada Bruna critica o subsídio governamental, mesmo que ele nem sempre foi visto dessa maneira pelo conjunto dos/as assentados/as, mas apenas mencionado, como no caso de Ronaldo.

Outro fato que chama a atenção na fala de Bruna refere-se à cesta básica, em especial, a alimentação subsidiada pelo Estado, não significava para as pessoas uma total dependência, “dependiam em parte, não era 100%, daquilo”, demonstrando, além de uma autossuficiência, outras estratégias para a permanência no Acampamento. Uma delas, muito presente nas memórias, era a forma como as pessoas definiam as organizações e as relações de trabalho. Embora muitos expressassem, inicialmente, que no Acampamento não trabalhavam, talvez pela representação contida no termo Trabalho, como a decorrente de contratos formais e outros, contraditoriamente, em suas narrativas, vão emergindo discursos reveladores das divisões próprias do Movimento, da luta, como as das relações de gênero.

Então, quando o pessoal ainda no Acampamento, as pessoas têm as atividades, atividades tanto na organização do Acampamento, que é organizado por homens e mulheres e, essas atividades são da coordenação, da coordenação interna, da coordenação de grupo, de direção. E, até teve um período do movimento até, acho que, se eu não me engano, até nos anos 2000, a gente trabalhava a questão de gênero, relações de gênero, dentro dos Acampamentos, mas não era muito aprofundado, e então normalmente as pessoas, as mulheres em si, elas assumiam mais aquelas atividades, por exemplo, é educação, saúde e higiene, daí tinham as equipes que era de, equipe ecumênica, então ficava mais para as mulheres. E aí algumas outras, como relações públicas, produção, negociação, então essas coisas ficavam mais a cargo dos homens, então esse é bem o caráter do movimento nesse período. Aí depois que, após esse período veio surgir a necessidade de tá colocando as mulheres assim para participar mais a frente de todas as atividades, por exemplo, se tinha na direção, aí tinha que ter um homem e uma mulher, não seria só um dirigente, então teria que ser um homem e uma mulher, aí nesse período já começou as mulheres a participar mais, talvez também não sei até que ponto que isso é uma coisa boa, porque muitas vezes é imposto, porque a mulher só vai participar porque tem um homem lá, então tem que ir uma mulher [risos]. E aí a mulher acaba não tendo voz ativa também, estava indo só porque tem que ir, tem que tem uma pessoa feminina ali, então fica um trem muito ruim também, um clima muito ruim. [...]. (Antônio Carlos; Entrevista com Antônio Carlos, janeiro/2013).

O entrevistado Antônio Carlos relatou que as atividades na organização, embora sempre tenham envolvido homens e mulheres, num primeiro momento, eram divididas e condicionadas aos papéis instituídos pelas condições de gênero, ou seja, mulheres nas atividades de “coordenação interna, na área de educação, saúde, higiene e ecumênica”; já os

homens com “as relações públicas, produção, negociação”, ligadas ao mundo público. Menciona, ainda, que, posteriormente, houve a necessidade da “participação feminina em todas as atividades, como as de direção”, conforme preconizava o Movimento no qual eles/as estavam vinculados/as. Entretanto, ele mesmo observou que não sabe até que ponto isso foi considerado positivo, pois estava “imposto”, ocultando uma real participação das mulheres.

Revela também a contradição existente no seio do próprio Movimento, que se organiza com a participação feminina, cuja presença configura-se em ausência, pois “a mulher acaba não tendo voz ativa também, estava indo só porque tem que ir, tem que tem uma pessoa feminina”. Uma representação de “presença/ausência” que reflete o pensamento desigual da sociedade. Por outro lado, esse processo possibilita que as mulheres afirmem seus espaços e pertencimentos, inclusive o político.

As relações de gênero determinam e condicionam, portanto, o lugar das mulheres, hierarquicamente diferente daquele colocado ao homem, desde os primórdios da socialização, conforme assinalou Whitaker (1988). Mesmo quando há a tentativa de desconstruir essa condição *sine qua nom* da mulher, podem surgir outras facetas, que permanecem, invisibilizando sua inserção em diferentes espaços sociais, como mencionado pelo entrevistado, em que a presença da mulher foi silenciada, no sentido literal, ou seja, “não tendo voz ativa”.

Para Bourdieu (2010), a socialização se constrói por meio dos ensinamentos que resultam nas maneiras de vestir, de pensar, de agir, tanto masculinas, quanto femininas, levando a regras arbitrárias ligadas aos corpos naturais, naturalizando a divisão sexual entre homens e mulheres. Dessa forma, a ordem social legítima, por vias simbólicas, a dominação masculina em que está alicerçada na estrutura do tempo e do espaço, na divisão social do trabalho, direciona o espaço doméstico às mulheres.

Mesmo com a realização dos chamados “estudos de gênero”, conforme destacou Antônio Carlos, na entrevista, a participação das mulheres nos demais grupos era sempre complicada.

Mesmo assim, as mulheres, elas não... tinham umas que se enganavam, dizendo [os homens] que gostavam que as mulheres participavam, mas na verdade, não era nada daquilo. É porque estava fazendo parte de uma organização que exigia isso, então eles toleravam, mas na verdade, eles não aceitavam não. Tanto é que nós tínhamos muitas dificuldades. Aos poucos a gente foi conseguindo, mas até hoje não é fácil. Ainda prevalece o machismo... nas coordenações. (Bruna; Entrevista com Bruna, março/2013).

A fala de Bruna converge com as colocações de Antônio Carlos, pois as relações de outrora e as de hoje são repletas de “muitas dificuldades”, pois “ainda prevalece o machismo... nas coordenações”. As mulheres são representadas pela condição de objeto e não de sujeito do fazer cotidiano, pois o sujeito está presente muito mais no discurso do que na prática. É a representação que o Movimento intenta em demonstrar socialmente, reflexo do pensamento social vigente.

A própria inserção de homens no Acampamento, em atividades domésticas, demonstra o machismo, assim, ela é realizada apenas quando não há alternativa.

[...] Mas dentro dos Acampamentos, não sei se é um pouco também pela ociosidade e porque não tem ainda a propriedade, que diz ser o lote, mas no Acampamento os homens ainda fazem muita atividade doméstica, que é lavar roupa, cozinhar, essas coisas. Agora quando chega no sítio, aí diz que já não tem tempo pra fazer, então... [risos]. (Antônio Carlos; Entrevista com Antônio Carlos, janeiro/2013).

O entrevistado ironiza, narrando que os homens, no Acampamento, só faziam as atividades domésticas por ociosidade e por não possuir o lote, ou seja, não ter atividades “para o homem”, tendo que fazer as “da mulher”. No mesmo sentido, Farias (2008) assinalou em sua pesquisa que a participação dos homens em atividades e serviços considerados femininos foi praticamente inexistente.

As mulheres assumem a responsabilidade dos afazeres domésticos, como, lavar, passar, cozinhar e cuidar das crianças, o que configura o aprendizado da sociabilidade imposto às mulheres desde a infância, além de realizarem diversas atividades no processo produtivo: plantar, colher, cuidar do gado, dirigir trator e outras que se fizerem necessárias. Essas representações naturalizam a condição biologizante das pessoas, o que resulta em conflitos de identidade e dificuldades em *se fazer mulher* e em *se fazer homem*. (FARIAS, 2008, p. 25 – grifos da autora).

Tanto nos Acampamentos quanto nos Assentamentos, as divisões do trabalho também se baseavam em aspectos ligados aos das feminilidades e das masculinidades⁵.

⁵ Feminilidades e masculinidades estão no plural por entender que há diversas construções sobre o que é feminino e o que é masculino. Molinier e Welzer-Lang afirmaram que masculinidade e feminilidade, na sociologia e antropologia dos sexos, designam as características e qualidades atribuídas social e culturalmente aos homens e às mulheres. Existem e se definem em sua relação e por meio dela. (2009, p. 101). Masculinidades e feminilidades são atributos, valores, funções, condutas e papéis sociais que se espera de um homem ou uma mulher em determinadas culturas e sociedades, atribuídas e legitimadas ao longo da história.

Segundo Schraiber et al. (2005), os padrões das masculinidades convivem, na prática, com os da feminilidade, que são subordinadas e marginalizadas.

Que os homens ficavam mais, assim, em termos dos Acampamentos, para montar as barracas, montar, fazer as barracas, desmontar. Que as mulheres solteiras, sempre juntavam um grupo de homens para estar fazendo os barracos, para quando fosse mudar, desmanchando os barracos. E, as mulheres... mais a questão mesmo de cozinha, para cozinhar, na parte de alimentação. Quando saiam para militar, por exemplo, que iam fazer alguma marcha, alguma uma caminhada, era nesse sentido. Os homens mais para estar dando assistência para as mulheres no serviço mais braçal mesmo, e as mulheres, na parte mais doméstica, alimentação da turma, cozinhar para as equipes, e é mais ou menos isso as histórias que eu sempre ouço. (Ivone; Entrevista com Ivone, abril/2013).

Essa fala destaca que as mulheres, talvez por sua “fragilidade”, “não montavam e nem desmontavam os barracos”, “necessitando da ajuda masculina”, considerando-se que eles eram vistos como os detentores da força, da virilidade, ou seja, aspectos ligados à masculinidade hegemônica. Também pode caracterizar a divisão de tarefas contidas em regras sociais ligadas ao processo de luta pela terra e pelo Movimento.

Tratando da masculinidade hegemônica, Cavalcanti et al. (2009) destacaram:

A dominação e a heterossexualidade costumam ser os eixos que estruturam a masculinidade hegemônica. Nesse modelo, dentre as suas principais características, destacam-se as seguintes: a força, o poder sobre os mais fracos (seja sobre as mulheres ou sobre outros homens); a atividade (entendida como o contrário de passividade, inclusive sexual); a potência; a resistência; e a invulnerabilidade. (CAVALCANTI et al., 2009, p.172).

A narrativa de Ivone, pautada fundamentalmente nos ideários do masculino e do feminino, vem ao encontro do que Carloto e Coelho afirmaram, isto é, que a masculinidade, assim como a feminilidade, não é objetiva e nem natural, mas depende de formas culturais das quais emerge. A masculinidade é construída num espaço social, político, cultural e só pode ser compreendida dentro dos suportes simbólicos do masculino e do feminino, próprios de cada sociedade. (CARLOTO; COELHO, 2007, p. 08).

Souza (2009), por sua vez, salientou que as mulheres no campo ocupam espaços de menor prestígio social, sendo relegadas a segundo, terceiro e último plano, na hierarquia de poder, do comando e também na tomada de decisão quanto às atividades agrícolas.

Por outro lado, a entrevista de Luana traz elementos que revelam a árdua luta das mulheres, vivenciada, inclusive, nas relações de trabalho.

[...] E... rachar lenha, pegar água, lavar roupa no rio. Com duas crianças para mim foi muito difícil. Então para mim... ter meu lote é tudo não é? É um objetivo que consegui e é difícil de eu sair daqui. [...] Então, no meu caso eu, eu...eu fazia tudo meu serviço. Eu não precisava de ninguém para... Colocava, armava um barraco lá de “malemá”, mas... Assim de serviço... As pessoas tinham que se virar. Cada um se virava. Era assim. (Luana; Entrevista com Luana, março/2013).

Além de “rachar lenha, pegar água, lavar roupa no rio, armar barraco”, as mulheres também tinham que “cuidar dos filhos”, muitas vezes, sozinhas. É certo que as relações estavam fundamentadas na divisão sexual de trabalho baseada em gênero⁶, entretanto, a não menção dessas construções, que fizeram parte do cotidiano dessas mulheres, oculta, mais uma vez, sua participação, nem sempre percebida pelos homens e pelas próprias mulheres que fizeram parte desse processo.

A explicação dessa não percepção da participação das mulheres em todas as atividades encontra ressonância nos discursos socialmente construídos, os mesmos que determinaram que muitos homens tivessem que trabalhar em outros locais da região. “[...] para arrancar feijão, quebrar milho, carpir roça, essas coisas assim. [...]” (Marilda; Entrevista com Marilda, março/2013).

Num primeiro momento, seja dos homens que enveredavam nos “campos da região”, seja das mulheres e demais familiares que ficavam no Acampamento, “com atividades mais internas”, o trabalho pautava-se na coletividade para garantir a permanência na luta pela terra “[...] Que era uma renda assim, para a família e uma renda também para ajudar nas negociações [...]” (Marilda; Entrevista com Marilda, março/2013).

Com a constituição do Assentamento, as relações de trabalho de homens e mulheres, ao contrário do que se esperava que todos/as produziram em suas terras, mais uma vez, evidenciaram as contradições impostas pelo modelo de reforma agrária do País, trazendo, inicialmente, outros valores ao grupo e não mais os ligados à coletividade e à solidariedade.

[...] Quando era Acampamento o povo era muito unido, quando tinha as dificuldades o povo era muito unido. Aí depois assim, quando a gente veio

⁶ Ao invés do termo “divisão sexual do trabalho”, preferimos utilizar “divisão sexual de trabalho baseada em gênero”, por designar as relações divididas conforme as condições de gênero, extrapolando a questão biológica dos sexos.

mais para a modernidade, porque viemos para Sidrolândia, era tudo perto, tudo perto da cidade, perto do asfalto, perto do ônibus, perto da escola, tudo perto de tudo. Aí depois que transformou para Assentamento, ah... se dispersou, se dispersou. Cada um quis ficar na sua individualidade lá, cada um queria ficar no seu mundo. “Não... eu vou fazer isso e outro vai fazer aquilo.” Foi uma mudança mesmo grande que teve, uma mudança muito grande. Aquela união que se tinha quando acampado, quando tinha aquelas dificuldades lá, quando veio para essa melhoria para cá e saiu o assentamento, dispersou. O povo dispersou. [...]. (Marilda; Entrevista com Marilda, março/2013).

Eles/as passaram, então, a participar cada vez menos de atividades que, durante o Acampamento, eram motivações para a luta, tornando mais distante o sonho de uma mudança, em especial, para as mulheres, em busca de relações igualitárias.

Não. Eu acredito que não houve uma mudança assim. Pelo seguinte, a preocupação de cada qual cuidar da sua terra, o pessoal usa muito essa expressão, “a minha terra”, não é? Ficou um pouco difícil que elas se afastaram. Poucas famílias deram continuidade a participar dos encontros, dos dias de formações, de capacitação, ligados aos nossos interesses através de gêneros. Nos estudos de gênero, não é. E aquelas mulheres que elas não... como se diz, não conseguiram aceitar essa transformação da velha mulher para mulher nova, não é. Nessa nova luta. Elas se acomodaram. (Bruna; Entrevista com Bruna, março/2013).

Outras representações surgiram no cotidiano de homens e mulheres pautados pela individualidade e, certamente, pela necessidade de “fazer sua terra”. Isso também fez com que muitos precisassem sair do sítio e/ou do lote para garantir a própria subsistência e a de sua família, pois plantar, colher, vender necessita de recursos financeiros e assistenciais, nem sempre disponíveis.

[...] E a grande maioria das mulheres também, está trabalhando lá em Sidrolândia, nas fábricas lá, naquelas fábricas de roupas, na Seara, várias daquelas fábricas lá, porque tem muita, não é? E é pertinho. Aí assim, a grande maioria das mulheres está trabalhando nessas fábricas lá ou os homens na usina. Poucos estão, o homem a e mulher dentro do lote. Muito pouco mesmo. (Marilda; Entrevista com Marilda, março/2013).

Essa é uma realidade que atinge homens e mulheres, seja quando ambos precisam sair, seja quando somente o homem o faz, designando relações diferenciadas entre homens e mulheres para a permanência na terra. Trata-se de estratégias para “ficar na terra”, viabilizada

pela inserção em outros espaços que, ao mesmo tempo revela uma contradição, ou seja, autonomia feminina e negação da identidade das mulheres do campo ou da sua valorização.

Menegat (2009), em artigo que procurou acompanhar análises sobre a participação das mulheres no espaço social, com vistas à compreensão de quais mudanças foram sendo efetivadas e em que sentido transformado suas vidas e a dos homens, afirma que os papéis femininos e masculinos foram, ao longo da história brasileira (e ainda são), bem definidos. Para a mulher, reservado o espaço doméstico, do lar, como mãe; para o homem, o espaço público, de pai provedor, cujo trabalho lhes concede autorrealização, autorreconhecimento e crescimento pessoal.

No passado, houve certo reconhecimento e valorização da mulher por ocupar o espaço da casa e pelos serviços domésticos; hoje, porém, ele é desvalorizado e invisibilizado, muito embora tenham ocorrido mudanças e conquistas nos últimos anos.

Não podemos deixar de acentuar que essas conquistas não evidenciaram uma reestruturação do mundo privado, pois nele estabeleceu-se uma espécie de disputa de poder, passando a mulher, por vezes, a se colocar no mesmo domínio masculino. Por isso destacamos que as mudanças mais significativas na vida das mulheres parecem ainda restritas à esfera do mundo do trabalho e à da autonomia econômica, sendo mantida parte das lacunas históricas existentes na esfera privada: é ela quem assumiu duplas jornadas de trabalho (da casa e fora dela), quem olha mais pelos filhos, olha pela casa, quem é ajudante no orçamento familiar, mesmo quando seu rendimento é maior, quem é apontada como causadora dessa juventude desestruturada, uma vez que foi ela quem quis sair para trabalhar. Enfim, ela conquistou o mundo, mas não conseguiu mudar a concepção de mundo e de sujeito presentes no pensamento masculino e, por vezes, em seu próprio pensamento. (MENEGAT, 2009, p. 30-31).

Tedeschi compartilha da mesma opinião de Menegat, ao afirmar que a divisão sexual do trabalho na história das mulheres camponesas, define ainda crescimento pessoal, papéis diferenciados para homens e mulheres, mesmo quando a participação das mulheres em outros espaços sociais seja crescente.

A figura do pai como representação principal na história das mulheres camponesas reflete a cultura que secularmente elegeu o masculino como responsável pelo exercício das atividades desenvolvidas “fora do espaço da casa”, uma vez que o âmbito de trabalho “da casa” é o “lugar da mulher”. No geral, essa prática existe, mesmo quando a participação da mulher no mundo do trabalho é cada vez mais crescente, porém invisibilizada por essas representações. Tudo isso reafirma a tradicional divisão sexual do trabalho,

delegando à mulher papéis culturais específicos: servir, cuidar, nutrir. (2012, p. 201).

Na realidade, as mulheres passam a assumir, cada vez mais, duplas ou triplas jornadas de trabalho, num processo contínuo de luta pela e na terra, inclusive, quando a constituição do Assentamento faz “ressurgir a casa” como lugar definitivo para as mulheres e, com ela, todos os referenciais culturais atribuídos ao feminino. Mesmo inseridas em outros espaços de trabalho, que são também invisibilizados e, muitas vezes, não reconhecidas, as mulheres permanecem fazendo as atividades domésticas que lhes são designadas social e culturalmente.

Ah, eu aqui, cuido das galinhas, cuido do quintal, “capino”, faço minha roça, minha horta. As pequenas plantinhas eu cuido, “capino” um pouco. E ele, quando chega também trabalha. Trabalha fora também. [...] Ele trabalha porque não tem como se manter ainda aqui, porque a gente não tem, assim, verba. Mesmo os titulares ainda também não têm. Muito titulares, quase todos, trabalham para fora. Quando até a mulher trabalha também. Porque nós não temos renda. (Lucimara; Entrevista com Lucimara, janeiro/2013).

Às vezes, “até a mulher trabalhava fora”, mas, no geral, os homens são majoritariamente os integrantes desse universo, e as mulheres assumem as atividades produtivas e reprodutivas no Assentamento.

Aqui, compartilhamos os conceitos de Abramovay e Rua (2000, p. 36), que caracterizam as atividades produtivas como as “[...] que incluem a produção de serviços e bens de consumo para o mercado e sua comercialização, gerando renda”, e as reprodutivas, “[...] têm relação com a reprodução biológica e social da família, como o cuidado e educação das crianças, atenção aos idosos, organização e manutenção da casa, reprodução da força de trabalho e outras dimensões da reprodução do cotidiano”.

Isso vem acompanhado pela invisibilidade do trabalho feminino e evidencia a dupla ou tripla jornada de trabalho das mulheres assentadas, que abrange o trabalho produtivo, o reprodutivo e, muitas vezes, o comunitário, conforme estudo de Abramovay e Rua (2000, p. 151-187).

Divisão e hierarquização análogas foram identificadas nas pesquisas de Menegat (2008) e Farias (2008), quando essas autoras estudaram as identidades e trajetórias de mulheres em Assentamentos Rurais de Mato Grosso do Sul, onde o trabalho feminino é inferiorizado e desqualificado.

[...] Depois, quando construiu já as casas, que veio os projetos, que veio realmente alguma atividade para gerar alguma uma renda, eu vi assim, as mulheres teve maior facilidade de, por exemplo, ir para o mangueiro, tirar leite com os esposos. Quem era sozinha mesmo, tocava, ia para o mangueiro, plantar lavoura. E os esposos já não contribuía tanto em casa, tipo, não tem aquele companheirismo, “já que você está me ajudando lá, vou te ajudar aqui também”. Não teve, não vi muito isso. Até hoje, eu vejo isso, muito assim, que as mulheres fazem muito mais o trabalho do homem, do que, vamos dizer, se for dividir. As tarefas, por exemplo, como masculina e feminina, as mulheres fazem tanto as femininas quanto as masculinas, e os homens tem mais essa resistência de estar fazendo as tarefas que eles dizem, entre aspas, que é só da mulher. (Ivonete; Entrevista com Ivonete, abril/2013).

Os homens, na verdade, ficaram ainda mais envolvidos nas atividades consideradas masculinas, em especial, as de fora do espaço doméstico e do sítio e/ou lote, enquanto provedor, para buscar o sustento, outra característica das masculinidades. Por sua vez, as mulheres assumiram as atividades consideradas femininas somando a essas também as masculinas, como “tirar leite, apartar bezerro e ir para roça”.

É, acaba dividindo mais... e talvez nem seja dividindo porque a mulher acaba sendo mais sobrecarregada, porque a mulher ao mesmo tempo que ajuda tirar leite, apartar bezerro, ir pra roça, ela também tem que ir pra cozinha, tem que lavar louça, tem que lavar roupa, então ela, de qualquer forma, ela acaba sendo mais sobrecarregada do que no acampamento, então são duas divisões bem aparente. (Antônio Carlos; Entrevista com Antônio Carlos, janeiro/2013).

Assim, as relações entre homens e mulheres, que remetem às construções históricas, sociais e culturais, permeiam o sonho de busca e permanência na terra. Por outro lado, elas são também marcadas por conflitos, sobretudo por relações de violências, as quais acometem, de maneira inigualável, as mulheres, numa permanente tensão, vivenciada cotidianamente.

2.3. Sem máscaras: As nuances das violências contra as mulheres a partir da ótica de homens e mulheres do Assentamento Geraldo Garcia

As narrativas das mulheres do Assentamento Geraldo Garcia demonstram que suas trajetórias de vidas e de lutas foram marcadas por muitas violências, em especial, as violências doméstica e familiar, revestindo-se, igualmente, de representações presentes no imaginário social. Para Pesavento (2005, p. 47), o imaginário social significa que, em seu

campo simbólico, a sociedade designa aos seus sujeitos históricos os seus papéis, podendo incorporar ou excluir indivíduos e grupos. Nesse campo encontram-se as representações que podem legitimar ou não determinada ordem social e/ou concepção de mundo. Muitas vezes, essas violências começam na infância, pautadas nos fundamentos do patriarcado, reproduzida não só pela figura do pai, mas também da mãe.

[...] Se tivesse um “rã, rã...” [voz de repreensão com a garganta]. E... “agora vamos apanhar” [diziam eles, filhos/as] se meu pai fizesse assim, “rã, rã”... “Ai, ai,” era alguma arte ou alguma coisa que ele não gostou. Meu pai não batia muito, mas quando ele batia, meu Deus, sai de baixo. Ele me deu uma surra, na minha vida, que eu lembro. Nos meus irmãos ele batia quase a toda hora. Era com ramo de “guanxuma”, com “tento” que são aqueles corinhos. Quando batia. Ele era muito amoroso, mas... Depois eu fico pensando, mas ele bateu e eu aprendi [...] Então era dificuldade e era bom, antigamente. Puxa! A gente era tão feliz e não sabia [risos]. Mas assim, “puxa, foi bom que eu aprendi”. E minha irmã foi a culpada [refere-se ao fato da roupa suja], “vem ver a roupa que ela lavou”. Daqueles seis meninos era eu que lavava. Daqueles seis moleques. Pensa naqueles moleques de antigamente, com aqueles “calçãozinhos” que sujava, sujava. O lençol era de saco branco e era pra mim lavar, limpinho. E eu dormia com eles. “Cagava em mim, mijava em mim”. E eu, “ai meu Deus”. E ela tirou uma por uma e esfregou tudo na minha cara assim, [gesticula novamente lembrando a situação]. “Pois é, vou te ensinar de novo” [disse a mãe]. Puxava água do poço pra lavar roupa. Mas, graças a Deus, eu penso que foi bom que minha mãe esfregou a roupa na minha cara e hoje eu aprendi. Lavo bem, passo bem. (Lucimara; Entrevista com Lucimara, janeiro/2013).

As violências narradas evidenciam que elas também estão ligadas às socializações próprias da nossa sociedade, com forte viés machista e patriarcal, que não era vista como negativa, mesmo quando se empregava a violência física, nos atos do pai em “bater” e da mãe em “esfregar a roupa na cara”; ou a violência psicológica, quando os “irmãos ‘sujavam’” a entrevistada, porque isso fazia parte do aprendizado e socialização da menina e também do menino.

Nas trajetórias da infância e da adolescência, quando “se aprende a ser mulher”⁷, para ser mãe, dona de casa, rainha do lar, a identidade feminina vai sendo tecida, construída, com o uso de violências ou não. Para Bourdieu, a divisão entre os sexos parece estar na “ordem das coisas”, indicando o que é normal, natural, a ponto de ser inevitável. Estão presentes, ao mesmo tempo, em estado objetivado das coisas, como na casa, cujas partes são todas “sexuadas”, e em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos

⁷ Conforme acepção de Beauvoir (1970).

habitus dos agentes, funcionando como sistemas de percepção, de pensamento e de ação. (2010, p. 17 – grifo do autor).

Outras violências também foram mencionadas, igualmente, no cotidiano de espaços rurais. As violências doméstica e familiar cometidas pelos homens às mulheres foram relatadas em todas as entrevistas, tanto aquelas vivenciadas pelas próprias mulheres, como nas histórias contadas pelas pessoas sobre outras mulheres: “Ah, existe muita [violência]... Eu mesmo, do meu falecido, que eu tinha, meu Deus. Aquele homem me batia mesmo [...]” (Lucimara; Entrevista com Lucimara, janeiro/2013).

Alguns casos que ocorreram na região, envolvendo mulheres do campo, foram ressaltados, com fortes relatos sobre as violências.

Aí, agora há poucos meses, o marido... a mulher separou dele de tanto sofrer porque viviam... desses maridos que põe a mulher feito escrava e a mulher quando vai revidar... aí o marido começa a achar ruim, a mulher foi embora, não aguentou a exploração. Aí, ele achou ruim, porque é propriedade dele [ironia], ele se sente que é propriedade dele, então jamais aceita que a mulher larga. Aí ela foi embora, ela levou o filho. Daí ela veio, trouxe o filho pra ele ver, daí um dia antes dela ir embora, que ela ia no outro dia... veio só trazer o filho e já ia embora com o guri. Era aniversário dele. Veio, fez a festa, ela fez a festa junto com ele, com o filho. Aí ele pegou e matou o filho, porque ela não quis voltar com ele. [...] Daí ele pegou e matou o filho. Então, é uma violência que existe muito. [...] Aí ele se suicidou. (Isadora; Entrevista com Ronaldo e Isadora, janeiro/2013).

Por outro lado, algumas pessoas, ao falarem de situações específicas que ocorreram no interior do Assentamento Geraldo Garcia, ao mesmo tempo em que afirmam já ter existido casos de violências doméstica e familiar contra as mulheres, tentam passar uma visão romantizada do Assentamento, onde esses “conflitos” são considerados coisas do passado, cujas providências foram tomadas, e as coisas seguem sua trajetória “normalmente”, sem intercorrências. “Todos os erros que tiveram aqui, não teve nada abafado. Foi tudo para a mão da autoridade. [...]” (Ronaldo; Entrevista com Ronaldo e Isadora, janeiro/2013).

Trata-se também de uma negação das violências e indica uma preocupação com a representação positiva sobre o Assentamento, ainda mais quando muitos valores não reais estão presentes no imaginário social sobre o significado dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como por exemplo, “invasores”, “baderneiros”, “ladrões”. Ressaltamos que elucidar essas violências, dentro do Assentamento Geraldo Garcia, não significa que esse seja um espaço único e exclusivo em que ocorrem violências, mas reflete o que acontece em diferentes espaços sociais, independente de classe social, raça, etnia, gênero, dentre outros.

Além disso, os discursos são marcados pelo medo de dizer alguma coisa, expressos em falas, como: “Porque no ditado dos mais velhos, filha, ‘O olho viu e a boca não piu.’” (Sandra; Entrevista com Manuel e Sandra, março/2013), ou “O que meu pai falava sempre, ‘cedo para ouvir e tarde para responder’, então quer dizer que é isso. Eu fui criado desse jeito.” (Manuel; Entrevista com Manuel e Sandra, março/2013).

Isso significa que, muitas vezes, é melhor “não contar sobre as histórias de violência” ou “a boca não piu”, tanto para se preservar, quanto devido a um discurso bastante difundido no imaginário social e coletivo em que “briga de marido e mulher não se mete a colher”, porque “Briga de família não pode se meter não.” (Roberto; Entrevista com Roberto e Adriana, março/2013), reflexo também das impotências, das incompreensões acerca das violências contra as mulheres.

Demonstra o que Pollak (1989) disse sobre o não-dito que pode revelar significados diversos, como no caso em questão, da própria existência de violências, mas que são difíceis de serem afirmadas categoricamente, pelos motivos já elucidados.

Nesse momento, convém assinalar que as teorias feministas tiveram papel fundamental na discussão sobre as relações nesse espaço social, o privado, em especial as violências. Levou para o espaço público o que estava restrito ao universo íntimo, privado, concebendo-o também como espaço político. Essas conquistas foram tecidas a partir da própria história do Movimento Feminista, caracterizado pelas diferentes fases, no Brasil. Para Pinto (2003, p. 13-39), a primeira fase do feminismo, no Brasil, que se estende da virada do século XIX à década de 1930 do século seguinte, esteve pautada pela luta sufragista, pelos direitos políticos, denominados de feminismo “bem-comportado”. A segunda fase caracterizou-se como feminismo difuso, com múltiplas manifestações da imprensa feminista, com um campo vasto de reivindicações, o denominado feminismo “menos comportado”. Já a terceira fase manifesta-se no movimento anarquista e, depois, no Partido Comunista, o então chamado “menos comportado dos feminismos”.

Segundo a autora, com a eclosão do feminismo, nos anos 1960 e 1970, nos Estados Unidos e na Europa, relacionado com a efervescência política e cultural, o cenário tornou-se propício para o surgimento dos movimentos sociais. Embora, no Brasil, tenha ocorrido um momento de forte repressão, devido ao regime ditatorial, foi na década de 1970 que o Movimento Feminista surgiu e se desenvolveu. (PINTO, 2003, p. 41-66). Ao longo dos anos 1980, surgiram significativos grupos feministas temáticos, destacando-se os que passaram a discutir temas, como, a violência contra a mulher e a saúde. (PINTO, 2003, p. 67-89).

Nos anos 1970, as feministas apontavam que as desigualdades sociais entre homens e mulheres eram fruto de relações de poder construídas ao longo da história e não determinadas biologicamente e poderiam, portanto, ser mudadas em favor de uma vida melhor para as mulheres. Essa afirmação serviu de base para um novo entendimento sobre as motivações e características próprias das agressões de várias naturezas sofridas pelas mulheres no seu cotidiano, como estupros, maus-tratos, incesto, espancamentos, entre outras. (LAGE; NADER, 2012, p. 298).

Esse cenário, portanto, contribuiu para a publicização das relações de violências e também rompeu com as amarras da dicotomia entre público e privado, uma vez que o “privado é político”. Muito embora para os espaços rurais essa seja uma discussão mais complexa, devido às características culturais e patriarcais que apontam para uma incipiente reflexão sobre as relações de violências contra as mulheres no âmbito doméstico e familiar, isso justifica algumas posturas expressas pelo não dito.

Aos poucos, porém, esse não falar, esse não-dito, revelam-se de outras maneiras, não só pelos possíveis motivos de porque não se fala sobre violências, como também pelos discursos contraditórios. As pessoas “se abrem” por ocasião da inserção da pesquisadora em campo, nas relações que se estabelecem. Por outro lado, é compreensível, também, que não é “tão fácil” tratar esse tema, tanto pelos tabus construídos ao longo da história, quanto pela complexidade envolvida.

Às vezes, são também expressos por opiniões diferentes, próprias das condições de gênero, “Sim, mas essa é a opinião do homem. A opinião da mulher é diferente. [...] Nem todas, mas o gênero da mulher é outro. (Isadora; Entrevista com Ronaldo e Isadora, janeiro/2013), revelam de maneira mais ou menos explícita, a existência de violências.

Diversas modalidades e formas de violências contra as mulheres foram relatadas, tanto por homens, quanto por mulheres.

Olha, a violência é mais no sentido da opressão e de reprimir em alguns aspectos. É, por exemplo, “não, você tem que fazer isso porque isso é papel seu.” Então a mulher, por exemplo, ela participa de todo o processo produtivo de um lote, eu coloco um caso bem específico é o caso do leite, e aí quando chega o período do pagamento do leite, só o homem vai lá, pega o dinheiro do leite, entendeu? Faz a compra pra casa e muitas vezes pouco se preocupa se a mulher está precisando de alguma coisa. Então eu acho que isso é uma forma de violência também. Aí tem as outras violências, por exemplo, aqui a gente não vê muito casos que vem sair a tona, caso de

violência mesmo, espancamento e até de cárcere, aqui a gente não vê comentar muito essas questões, mas a gente sabe que existe.[...]. (Antônio Carlos; Entrevista com Antônio Carlos, janeiro/2013).

Muitas violências foram evidenciadas nas narrativas, até mesmo as que cerceiam o direito da mulher de exercer sua condição de sujeito social, expressa nos termos “opressão e repressão”. Outras mais ocultas, como o espancamento e o cárcere, segundo o entrevistado.

Associada a esse cerceamento dos direitos, a violência patrimonial também foi relatada. “É. Eu tirei minha identidade, acho que, depois de mais de dez anos de casada, porque ele não deixava tirar a identidade, porque falava que ele tinha tudo e eu não precisava. Eu era dele. Sabe?” (Lucimara; Entrevista com Lucimara, janeiro/2013).

A dominação imposta pelos homens designa um sentir-se “dono, proprietário”, cujas raízes estão na formação cultural patriarcal brasileira, o que oculta a condição de sujeito da mulher, fazendo-a sentir-se objeto. Há uma relação de submissão imposta, também presente na narrativa de Ivonete.

[...] Então eu vejo muitos esses conflitos, das mulheres, às vezes, passar necessidade dentro de casa, querer sair para trabalhar, buscar alguma outra atividade, uma renda para a família, para os filhos, e o marido não concordar. Achar que mulher tem que... sabe, tem que ficar ali e pronto. (Ivonete; Entrevista com Ivonete, abril/2013).

Nas considerações de Chartier (1995), a submissão imposta às mulheres e que se expressa na forma simbólica permite compreender de que maneira a relação de dominação é sempre afirmada como uma diferença natural e universal. A relação de dominação infligida às mulheres é uma relação histórica e culturalmente construída, fundada nos aspectos biológicos e vistos como naturais, que servem de justificativa para a divisão social das funções de homens e mulheres. A dominação masculina denota uma naturalização dos papéis instituídos aos homens e às mulheres.

[...] Essa experiência apreende o mundo social e suas arbitrarias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais, evidentes, e adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação. É por não perceberem os mecanismos profundos, tais como os que fundamentam a concordância entre as estruturas cognitivas e as estruturas sociais, e, por tal, a experiência dóxica do mundo social (por exemplo, em nossas sociedades, a lógica reprodutora do sistema educacional), que pensadores de linhas filosóficas muito diferentes podem imputar todos os efeitos simbólicos de legitimação (ou de sociodiceia) a fatores que decorrem da ordem da

representação mais ou menos consciente e intencional ('ideologia', 'discurso' etc.). (BOURDIEU, 2010, p. 17-18 – grifo do autor).

Evidencia-se, assim, que a dominação masculina é legitimadora de relações de violências contra as mulheres, conforme as considerações de Vânia, sobre sua vivência com seu marido, “É, só bate boca e pronto. Porque todo casal briga, bate uma boquinha, não é? Ai...” (Vânia; Entrevista com Vânia, março/2013). Ou seja, estabelece-se algo natural, pois “todo casal briga”, entretanto, situações de muitas violências vão sendo criadas no espaço privado.

Além disso, é sabido que a violência não se expressa apenas em atos de agressão física, mas decorre, igualmente, de uma normatização cultural, da discriminação e da submissão da mulher. (SOIHET, 1997, p. 10). A violência contra a mulher integra, de forma íntima, a organização social de gênero vigente na sociedade brasileira. (SAFFIOTI, 1994).

Por conseguinte, essas diversas violências nem sempre são percebidas no dia a dia das mulheres, sobretudo, devido à naturalização das relações de violência.

Eu acho que não percebe não, vai convivendo assim, com aquela falta de respeito, um com o outro, ninguém se respeita, um com o outro. É palavra daqui, palavra dali. E acha que isso também não é uma violência. Então, vai se tornando normal para eles, muito natural. Um não respeitar o outro. [...] (Isadora; Entrevista com Ronaldo e Isadora, janeiro/2013).

Além do “desrespeito”, que passa a fazer parte do cotidiano do casal, em especial, a violência psicológica, moral e/ou simbólica também vai se constituindo, naturalizando-se no interior dos lares, das famílias.

Olha, tem gente que é violento e não sabe que é. Porque eu tenho tido oportunidade de conviver com pessoas aqui dentro mesmo e a gente comenta alguma coisa sobre isso e eles acham totalmente natural. Eles ainda acham que ainda esse é o papel do macho. Então, eu acho que tem homens que não percebem. E tem mulheres também que nem sabem que estão sendo achatadas. (Bruna; Entrevista com Bruna, março/2013).

Esse trecho destaca que as relações desiguais passam a ser vistas como aceitáveis ou mesmo naturais e, portanto, ao se eternizarem, perde-se de vista o ser parte de um processo histórico e, sendo assim, passível de mudanças. Vale dizer que essas mudanças são também históricas, de reprodução, pelos homens e pelas instituições, lugares que elaboram e impõem princípios orientadores de um acordo das estruturas sociais e das estruturas cognitivas, além de se reforçarem com a violência simbólica. (BOURDIEU, 2010).

Por outro lado, as violências contra as mulheres são percebidas, porém, há muitos condicionantes que levam as mulheres a permanecerem em silêncio, como o medo e a ausência de justiça, conforme a narrativa de Ivonete.

Percebem. Percebem. Eu só acho assim, muito, a maioria, você entendeu, fica... algumas têm medo de denunciar ou de buscar ajuda, porque, infelizmente a justiça em si...[...]. (Ivonete; Entrevista com Ivonete, abril/2013).

O medo que está na trama das relações das mulheres em situação de violências aponta para a supremacia masculina que, além de dominar, violentam, aterrorizam e silenciam as mulheres. Constituem-se, dessa forma, as relações de gênero e de poder, uma vez que o poder é parte constitutiva das relações sociais entre os gêneros, conforme assinalou Foucault (2006). O poder deve ser considerado e analisado como algo circular, que funciona em cadeia, “[...] Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder” (FOUCAULT, 2006, p. 183).

O poder está, portanto, em toda a parte. Além disso, pode produzir e legitimar as produções culturais e sociais, relacionando-se com as maneiras pelas quais a sociedade simboliza as diferenças biológicas; a cultura molda as relações sociais e as práticas discursivas definem lugares individuais e sociais para homens e para mulheres. Essas relações também permeiam e explicam as narrativas quando as pessoas relataram as possíveis causas da violência contra as mulheres.

Uma das causas das violências doméstica familiar, apontada nas entrevistas, foi a decorrente de outras violências, consideradas mais amplas e externas, mas, que, igualmente, acometem as mulheres do campo.

Ah, as causas que dá para pensar na questão da violência da mulher, é a questão da mulher no campo, a maioria, que leva conseqüências de violência, é a falta de recurso. Esse é um ponto gravíssimo que nós temos em área rural, que são as dificuldades financeiras, então, isso aí, vai gerando o quê? Vai gerando o homem ou a mulher, nesse momento, não é só a questão da mulher, e nem do homem. O homem e a mulher, muitas vezes, se tornam usuário de drogas, usuário de bebida alcoólica ou outros... outros remédios. E aí, o que vai acontecendo? Vem o problema da depressão, problema de saúde, e aí começa a desestruturar a família, porque “quando a cabeça não está bem, o corpo padece”, e aí o conjunto familiar sofre. E quem mais é penalizada sempre foi e continua sendo é a mulher, porque o homem apronta o que apronta, ele sai de casa, abandona, a mulher, dificilmente ela vai largar a casa dela, os filhos dela. Ela “come o pão que o diabo amassou ali”, mas

ela está ali, sofrida, violentada, e, aguentando “as barras” ali. Porque, muitas vezes, o marido bate, o marido esfaqueia, o marido dá tapa, o marido “quebra no pau”, ou, às vezes, ele até fica dentro de casa, fazendo, muitas vezes, o papel da mulher e faz a companheira enfrentar o sol quente e se “lombiar” lá, carpindo, cuidando dos animais, fazendo o papel... inverte a situação. Ele fica sendo doméstico e ela na batalha do sol quente. E isso, a gente tem visto isso, em grande escala, a gente percebe isso. Aí, o que acontece? A mulher, ela não se sente no direito de ser aquela mulher que vai realmente cuidar dela, fazer o papel de mulher e, ela é violentada dia a dia. E, muitas vezes, ela se cala. Às vezes, ela não fala para nenhum dos seus parentes, nem para amigo, nem nada. Às vezes, os próprios filhos vêem isso, e são também intimidados a calar, ficar quietos. [...] (Eugênia; Entrevista com Eugênia, abril/2013)⁸.

Na entrevista de Eugênia, inicialmente, há considerações ambíguas, pois ao se referir às violências, ela menciona a falta de liberdade da mulher em escolher se quer trabalhar sol a sol ou não. Existem aspectos que indicam a necessidade de emancipação e outros reforçam o modelo tradicional destinado às mulheres. Na realidade, nem sempre as mulheres podem escolher o papel no qual se sentem melhor, não podem cuidar de si. A ideia de que a inversão de papéis entre homem e mulher é algo que não pode ocorrer nas relações sociais entre os gêneros, concebida na narrativa como ato de violência, é também reflexo do modelo no qual foi socializada, com bases patriarcais, uma vez que não se refere às possibilidades de escolha, e qualquer possibilidade de mudança causa estranhamento e recusa.

A entrevistada Eugênia ressalta o quanto e como a mulher vivencia violências, em especial, segundo ela, pela falta de recursos e do que considera, portanto, motivos para o uso de álcool e outras drogas. Embora o uso de substâncias psicoativas⁹ seja relegado a segundo

⁸ Ressaltamos que esta entrevistada não é moradora do Assentamento Geraldo Garcia, mas trata-se de representante Institucional que tem sua vivência ligada à luta no e pelo campo e, portanto, sua narrativa foi acoplada no contexto geral.

⁹ As substâncias psicoativas (SPA's) são drogas que, segundo a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), “[...] é qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas, causando alterações em seu funcionamento”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1993). Podem ser drogas lícitas: “São aquelas comercializadas de forma legal, podendo ou não estar submetidas a algum tipo de restrição, como o álcool, cuja venda é proibida a menores de 18 anos, e alguns medicamentos que só podem ser adquiridos por meio de prescrição médica especial.” E ilícitas: “São as proibidas por lei.” São classificadas de acordo com as ações aparentes sobre o sistema nervoso central (SNC), conforme as modificações observáveis na atividade mental ou no comportamento da pessoa que utiliza a substância: drogas **depressoras** da atividade mental; drogas **estimulantes** da atividade mental; e, drogas **perturbadoras** da atividade mental. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013, p. 20). Quanto às drogas depressoras, “Essa categoria inclui grande variedade de substâncias, as quais diferem acentuadamente em suas propriedades físicas e químicas, mas apresentam a característica comum de causar diminuição da atividade global ou de certos sistemas específicos do SNC. Como consequência dessa ação, há uma tendência de redução da atividade motora, da reatividade à dor e da ansiedade, sendo comum um efeito euforizante inicial e, posteriormente, aumento da sonolência.” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013, p. 21). Quanto às estimulantes da atividade mental, “Incluem-se neste grupo as drogas capazes de aumentar a atividade de determinados sistemas neuronais, o que traz, como

plano, isto é, só passa a existir devido à falta de recursos para a família no Assentamento, Eugênia enfatiza que a situação atinge a mulher em proporções diferenciadas.

Quanto ao uso de álcool e outras drogas, eles estiveram presentes em alguns discursos como sendo causadores da violência contra as mulheres. “A cachaça. Cachaça. O cara bebe demais, chega a casa quer descontar na coitada da mulher.” (Roberto; Entrevista com Roberto e Adriana, março/2013).

Entretanto, outros discursos, por si só, servem para desconstruir essa visão. Quando a entrevistava, Lucimara lembra que mesmo “antes de o ex-esposo fazer ingestão de bebida alcoólica com frequência, como depois”, as violências sempre permearam suas relações intrafamiliares.

Mas a violência contra o casal... eu acho que, muitas vezes, a maldição da bebida é uma das causas. Porque o outro [refere-se ao ex-esposo], ele bebia, era alcoólatra. Ficava tremendo e já caía. Mas ele brigava muito comigo *desde antes dele ser alcoólatra*. Era muito violento. (Lucimara; Entrevista com Lucimara, janeiro/2013 – grifos nossos).

A compreensão de Lucimara de que o álcool não é, por si só, o causador das violências, visto que vivenciou situações de violências mesmo quando não havia ingestão da substância, está também ancorada sob o prisma da memória, uma vez que ao relembrar, mediante a pergunta da pesquisadora, ela reconsidera sua própria condição. A entrevista remeteu-lhe a lembranças, a fatos rememorados em diferentes espaços e tempos, e atribuiu significados à sua experiência, levando-a a refletir sobre sua própria vida.

As substâncias psicoativas e as violências contra as mulheres foram problematizadas por vários/as autores/as. Soares (2005), ao discutir situações de violência doméstica contra a mulher e o uso de álcool e outras drogas, considerou que, embora haja evidências concretas e inúmeras histórias em que a violência praticada pelo homem sobre a mulher aparece relacionada ao uso e ao efeito da bebida alcoólica ou outras drogas, essa não deve ser

consequências, estado de alerta exagerado, insônia e aceleração dos processos psíquicos.” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013, p. 28). E as drogas perturbadoras da atividade mental, “Estão classificadas neste grupo diversas substâncias cujo efeito principal é provocar alterações no funcionamento cerebral, que resultam em vários fenômenos psíquicos anormais, entre os quais se destacam os delírios e as alucinações. Por esse motivo, essas drogas são denominadas **alucinógenas**. Em linhas gerais, podemos definir **alucinação** como uma percepção sem objeto, ou seja, a pessoa vê, ouve ou sente algo que realmente não existe. **Delírio**, por sua vez, pode ser definido como um falso juízo da realidade, ou seja, o indivíduo passa a atribuir significados anormais aos eventos que ocorrem à sua volta. Há uma realidade, um fator qualquer, mas a pessoa delirante não é capaz de fazer avaliações corretas a seu respeito [...] são chamadas *psicotomiméticas*.” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013, p. 32-33).

concebida como a causa do problema, pois diversos homens consomem álcool com regularidade (alcoolistas) e nunca praticaram violência contra suas mulheres, assim como muitos outros homens não ingerem álcool e substâncias psicoativas, todavia cometem agressões.

Velho (1999) apontou que o consumo de substâncias psicoativas deve ser analisado inserido num conjunto mais amplo de fatores, como, questões culturais e sociais, contextualizando-os. No mesmo sentido, para Assis et al. (2013), a variabilidade dos efeitos causados por cada tipo de substância psicoativa sugere a contribuição de fatores socioculturais e de personalidade, porque alguns casais que utilizam o mesmo padrão de uso de substâncias são mais violentos que outros, assim como pessoas com o mesmo grau de intoxicação têm repostas emocionais diferenciadas uma das outras.

Para tanto, a violência interpessoal que ocorre sob o efeito de drogas precisa ser contextualizada, uma vez que ocorre em locais específicos, tem regras e normas específicas de determinados grupos ou pessoas, e com expectativas que alimentam ou são alimentadas por eles. (ASSIS et al., 2013, p. 257).

Para encontrar nexos causais entre determinadas substâncias e violência, seria necessário saber se os comportamentos e as atitudes violentas ocorreriam, ou não, no interior desses segmentos, caso as drogas não estivessem presentes. As evidências empíricas sugerem que as drogas lícitas e ilícitas desempenham um papel importante nos contextos em que são usadas, porém a sua importância fica em grande medida dependente de fatores individuais, sociais e culturais. (ASSIS et al., 2013, p. 258).

Saffioti (1994), ao enfatizar a violência masculina contra as mulheres doutrinária das relações assimétricas entre os gêneros, coloca o álcool ao lado de problemas financeiros como “apenas facilitadores do processo de violência”, fatores detonadores da crise, primeiro porque aumenta enormemente o estresse e, segundo, porque diminui a censura.

[...] A violência, todavia, já está contida nos homens em virtude das relações que construíram com as mulheres, graças à assimetria contida na estruturação da sociedade em gênero. Problemas de ordem financeira e álcool **são apenas facilitadores** do processo de violência. [...]. (SAFFIOTI, 1994, p. 160 – grifos nossos).

Para Deslandes e Minayo (1998), muitos eventos envolvendo o uso de álcool e outras drogas não são suficientes para concluir que haja articulação direta com a violência. Inúmeras substâncias são utilizadas como desculpas para a violência, com o intuito de diminuir a responsabilidade pessoal. Há a necessidade de reconhecer a complexidade do contexto social, da dinâmica das comunidades e das normas culturais afirmadas historicamente e dos fatores de personalidade e individualidade.

Da forma como a relação entre as violências e o uso indevido de substâncias psicoativas, em especial o álcool, vêm sendo apresentadas pela sociedade, que se alimenta do discurso dominante e tem como grande aliado os diferentes meios de comunicação/mídia, induz a pensar as substâncias como fatores determinantes e/ou causadores delas. Surge, então, a necessidade de problematizar o contexto, conforme expresso pelos/as autores/as citados.

Isso posto, percebe-se que o consumo de álcool e outras drogas, apesar de apontado em algumas narrativas, e também “produzidas” pelos discursos dominantes e midiáticos, não podem ser concebidos como causas da violência contra as mulheres, pois há outras representações, como, a potencialização das violências com o uso do álcool e outras drogas, associadas, por exemplo, às masculinidades, cujos valores colaboram na compreensão do fenômeno da violência.

Características da masculinidade hegemônica, como a força e o domínio, nos ajudam a compreender a violência tão presente nas relações homens-homens e homens-mulheres. Ao compreendermos tal fato, observaremos que a violência masculina não se reduz aos atos físicos; tampouco se revela de uma forma explícita. [...]. (CAVALCANTI et al., 2009, p.173).

Além disso, há a inserção dos homens em determinados espaços sociais considerados masculinos, conforme aponta Grossi (2004), onde o espaço dos bares é institucionalizado em nossa cultura como lugares masculinos; e o consumo de bebida alcoólica remete aos elementos que caracterizam a masculinidade tradicional. Isso nos permite afirmar que não há uma relação causa-efeito entre substâncias psicoativas e violência contra as mulheres, sim constructos históricos, sociais e culturais, de masculinidades e feminilidades.

Por outro lado, causas diferenciadas para as violências contra as mulheres também foram apontadas pelas pessoas do Assentamento Geraldo Garcia, revelando “falta de amor, de compreensão e de companheirismo nas relações”.

Sei lá. Falta de ter mais amor por sua mulher. Falta de ter mais compreensão com ela. Ver o serviço dela, o que ela ajuda dentro da casa. Ele não está nem aí, com essas coisas não.” (Antônia; Entrevista com Antônia, janeiro/2013).

Às vezes, isso decorre da hierarquização entre os gêneros, conseqüentemente, da inferiorização da mulher e superioridade masculina. “Porque eu acho que o homem quer ser mais que a mulher. Ele quer ser mais. E ela tem que ser lá por debaixo dos pés dele. [...]”. (Luana; Entrevista com Luana, março/2013). E também por questões mais complexas e estruturais.

Eu acho que isso é uma, como se diz... Como que a gente fala quando você traz um... algo de tradição? Machismo tradicional. Olha as pessoas lá no passado eles foram criados dessa forma e vão multiplicando, sem se incomodar em evoluir. (Bruna; Entrevista com Bruna, março/2013).

Ancorado aos elementos do patriarcado, o machismo se revela como algo do passado que se configura e se recria nas relações do presente, tornando-se um dos causadores das violências que os homens se sentem no direito de exercer contra as mulheres.

Os significados, causas e conseqüências, a realidade e a existência de violências contra as mulheres do Assentamento Geraldo Garcia, certamente, estão presentes também em outras localidades rurais, porém o contexto apresentado “sem máscaras”, traduzido em narrativas marcantes, revela a maneira pela qual as violências foram e são construídas e afirmadas nos discursos e pelo *habitus*.

[...] A sociedade existe sob duas formas inseparáveis: por um lado, as instituições que podem revestir a forma de coisas físicas, monumentos, livros, instrumentos etc.; por outro, as disposições adquiridas, as maneiras duráveis de ser ou de fazer que se encarnam nos corpos (e que eu chamo de *habitus*). O corpo socializado (aquilo que eu chamo de indivíduo ou pessoa) não se opõe à sociedade: ele é uma de suas formas de existência. [...] o coletivo está dentro de cada indivíduo sob a forma de disposições duráveis, como as estruturas mentais. (BOURDIEU, 1983, p. 24 – grifo do autor).

O *habitus* possui historicidade, por designar de maneira contundente o que foi sendo adquirido pelos indivíduos ao longo de suas trajetórias, assumindo a aparência de algo inato, a partir de seu lugar na estrutura social. Assim, as relações de dominação e exploração, expressas pelas violências contra as mulheres, apresenta-se como algo natural, presente no cotidiano, a partir da formação da sociedade rural e patriarcal brasileira.

As violências exercidas sobre as mulheres foram legitimadas ao longo da história e são naturalizadas e internalizadas. Nessa trajetória, afirmada pelo *habitus*, traduzem as relações de dominação e exploração sobre as mulheres, conforme assertiva de Bourdieu.

As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, das relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros se inscrevem, assim, progressivamente em duas classes de **habitus** diferentes, sob a forma de **hexis** corporais opostos e complementares e de princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino. [...]”. (BOURDIEU, 2010, p. 41 – grifos do autor).

Ocultada e invisibilizada, sobretudo, pelas vulnerabilidades dos espaços rurais, as mulheres vivenciam violências também a partir do *habitus*, que afirma e legitima tais relações que, mais que hierárquicas, ferem a dignidade e o direito das mulheres em viver numa sociedade equitativa e sem violências.

Por outro lado, as mulheres também criam e recriam mecanismos para as situações cotidianas, seja por meio das políticas públicas e dos movimentos sociais, seja mediante outras estratégias do dia a dia, que não significa, necessariamente, romper com ciclos de violências ou mesmo coibi-las, mas que constituem os significados de suas relações nesse contexto: o de luta e permanência na terra, o de vivência cotidiana.

CAPÍTULO III

POLÍTICAS PÚBLICAS, MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTRATÉGIAS PARA AS MULHERES DO CAMPO

3.1. As políticas públicas e as violências contra as mulheres do campo

As violências que acometem às mulheres permaneceram, por longo período, sem a intervenção do Estado, por não ser considerada como um problema social, mas algo restrito às relações domésticas, conjugais e familiares, uma questão de caráter, predominantemente privado e de foro íntimo, fundamentado nas bases patriarcais e relações assimétricas e de poderes entre os gêneros.

É interessante comentar que o quadro ideológico fundamentado no patriarcado resistiu às mudanças políticas e econômicas que marcaram o século XIX e a primeira metade do século XX, ainda que as mulheres tivessem obtido inegáveis avanços no âmbito dos direitos políticos e do mercado de trabalho. Entretanto, foi na segunda metade do século XX que a história começou a mudar efetivamente. O questionamento da situação subalterna e vulnerável à qual as mulheres estavam submetidas, liderado por vozes feministas, foi minando a legitimidade das formas de violências contra elas. (LAGE; NADER, 2012, p. 288-290).

Outros eventos, porém, vieram contribuir para mudar esse quadro. Entre eles, destacam-se a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que promoveu a Campanha Nacional contra a Violência contra a Mulher, em 1985; a Campanha Nacional “Denuncie a violência contra a mulher”, que resultou do Primeiro Encontro Nacional de Delegadas, no ano de 1986; a eleição de deputadas constituintes para atuar no combate à violência contra as mulheres, também em 1986; a conquista legal na Constituinte do País em 1988, da inclusão do parágrafo 8º do artigo 226, quanto à presença do Estado na assistência a cada membro da família para coibir a violência nas relações familiares; a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, em 1995; a criação da Central de Atendimento à Mulher/ Ligue 180, no ano de 2003. (LAGE; NADER, 2012, p. 288-290).

Nessa trajetória, o Brasil tornou-se signatário de diversos acordos internacionais para o enfrentamento das violências cometidas contra as mulheres, o que pressupõe obrigações

jurídicas e de responsabilidade, por meio da comunidade internacional e nacional. Dentre esses, podem ser citados: a Carta das Nações Unidas, de 1945; a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948; a IV Conferência Mundial sobre a mulher, de 1995; a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), de 1994; a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra Mulheres (Declaração de Viena), de 1993.

Em análise sobre a criação e reconhecimento das leis nacionais e internacionais em matéria dessas violências, Silva (2010) ressaltou a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, ratificada pelo Estado brasileiro em 01 de fevereiro de 1984, e a Convenção Interamericana, também conhecida como “Convenção de Belém do Pará”, para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, sancionada pelo Brasil, em 27 de novembro de 1995. Ambas têm, na ótica dos direitos humanos, o fio condutor para o enfrentamento das situações de violências, e constitui mecanismo de direito para as mulheres.

Outro marco considerável foi o ano de 1975, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher. Iniciou-se, assim, a Década das Nações Unidas para as Mulheres, Igualdade, Desenvolvimento e Paz. Esse feito culminou, posteriormente, em desdobramentos jurídicos e legislativos, bem como em visibilidade para as demandas das e para as mulheres; dentre elas, as questões de violências.

Com a promulgação da Constituição Federal, o Estado brasileiro reconheceu, no Artigo 5º, a igualdade entre homens e mulheres, em direitos e obrigações. O parágrafo 8º, do Artigo 226, registra que o Estado assegurará assistência à família e aos seus membros, criando mecanismos para coibir as violências, no âmbito de suas relações. Muito embora o Artigo 226 trate da proteção do Estado à família, e não faça menção explícita às mulheres ou outro segmento em condições de vulnerabilidades, foi a primeira vez que a legislação brasileira reconheceu as violências doméstica e familiar como matéria de sua competência e intervenção.

A incorporação de muitas dessas demandas deu ensejo à implantação paulatina de políticas públicas voltadas “para a família e para as mulheres”. A Constituição de 1988 contempla uma das principais bandeiras de luta dos movimentos feministas nos anos 1970 e 1980, isto é, o reconhecimento da violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher como um problema público e a responsabilização do Estado pela implantação de políticas públicas, programas e serviços voltados para mulheres em situação de violência. [...]. (LAGE; NADER, 2012, p. 301).

As políticas governamentais, no enfrentamento às violências dirigidas às mulheres, constituem conquistas do Movimento Feminista e de Mulheres que avançaram significativamente, a partir do final do século XIX, e levou ao caráter público um tema antes exclusivo da esfera privada. O feminismo internacional cunhou o slogan “O pessoal é político”, “[...] indicando o alcance da transformação das relações cotidianas entre homens e mulheres para além do mundo doméstico.” (LAGE; NADER, 2012, p. 298).

Além da implantação das delegacias especializadas, o movimento feminista alcançou, nos anos 1980, outras vitórias que repercutiram também no enfrentamento à violência contra a mulher. Mobilizadas, as organizações feministas empreenderam uma grande campanha junto à Assembleia Constituinte, reunida em 1986, pela aprovação de suas demandas. Chamada na imprensa de ‘*lobby do batom*’, essa campanha obteve diversas vitórias legais. As feministas constituíram o setor organizado da sociedade civil que mais aprovou emendas no texto constitucional. Cerca de 80% de suas reivindicações foram incluídas na Constituição de 1988. (LAGE; NADER, 2012, p. 301).

Dessa maneira, surgiram as políticas públicas, entendidas, conforme acepção de Lima e Minayo (2013, p. 43), como ações articuladas pelo Estado com recursos financeiros e humanos próprios, envolvendo uma dimensão temporal e propondo-se a ter alguma capacidade de impacto sobre determinado problema. Essas políticas tratam desde a implantação de serviços até projetos de natureza ética, que compreende vários níveis de relação entre o Estado e a sociedade civil. Significa, portanto, intervenção efetiva do Estado nas situações de violências envolvendo as mulheres.

Para Toneli et al. (2010), foi a partir da década de 1980 que o Brasil começou a criar leis mais rígidas no combate à violência contra a mulher e a estruturar casas-abrigo e delegacias especializadas de atendimento a essas mulheres. Farah (2004) destacou a criação do Primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina (1983), da Primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (1985), ambos em São Paulo; do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985), vinculado ao Ministério da Justiça, e do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher/PAISM (1983).

Além disso, registra-se uma forte participação de Organizações Não-Governamentais (ONG’s) que, progressivamente, passaram a dialogar com o Estado, no intuito de propor diretrizes de ação para políticas públicas. O feminismo internacional foi um dos impulsores desse processo.

Em contrapartida, para Camargo (1998), o Brasil não adotou uma política governamental com formulação global e programática para o problema da violência contra a mulher. No início, havia apenas as Delegacias para Mulher, cuja expectativa era a de resolução da problemática. Devido à ausência de outros serviços para atender às demandas nas situações de violência doméstica, foram atribuídos muitos papéis às Delegacias. Esses, contudo, não estavam em consonância com os objetivos para os quais foram preconizados e equipados. Soma-se a isso, também, o despreparo profissional para lidar com essas situações e o entendimento de que apenas a denúncia resolveria a situação. Muitos conflitos, críticas e impasses foram postos às Delegacias da Mulher. (CAMARGO, 1998).

Para Camargo (1998), se por um lado o número de denúncias cresceu, por outro, designou a inexistência de recursos para respaldo às mulheres em outras áreas, tais como, a social, a saúde e outras. Nesse contexto, a denúncia policial, desencadeadora do processo legal - primeiro e único recurso - demonstrava a situação ambígua em que elas ficavam por não terem o devido respaldo frente à complexidade da situação e, ainda, por ordem íntima e particular visto continuarem a conviver com o homem que cometeu a violência.

Existem funções de responsabilizar e punir, inerentes à justiça e ancoradas pela polícia, assim como a função de diagnosticar e tratar a violência doméstica, ou seja, duas perspectivas: necessidade de atender à demanda de atendimento terapêutico e dar sequência à denúncia com vistas à responsabilização e à punição. (CAMARGO, 1998).

As primeiras políticas públicas adotadas para enfrentar a violência de gênero nasceram sob o enfoque criminalístico tradicional, reproduzindo procedimentos existentes sem considerar as relações de gênero, raça/etnia que contextualizam as situações conflituosas entre homens e mulheres. Todo o atendimento tem se preocupado mais com o crime e suas provas cabais do que com as pessoas envolvidas, que passam a ter importância secundária. Setores como educação, saúde e assistência social passam ao largo da violência contra as mulheres, da compreensão das relações desiguais de gênero, raça/etnia e suas implicações na execução satisfatória das ações políticas. (MELO; TELES, 2003, p. 111).

Convém pontuar que os serviços de referência em violências doméstica foram ampliados na área da saúde, da assistência jurídica, dentre outras. Paulatinamente, formou-se uma rede de atendimento e enfrentamento às violências. Farah (2004) afirmou que a plataforma de ação, definida na Conferência Mundial sobre a Mulher de Beijing (1995), e a trajetória do Movimento de Mulheres, formularam, no Brasil, a agenda atual sobre a questão de gênero. Tal agenda designa diversas diretrizes no campo das políticas públicas.

No Brasil, segundo Farah (2004), a incorporação da perspectiva de gênero por políticas públicas é considerada recente. As primeiras iniciativas de políticas públicas, com recorte de gênero, ou seja, que reconheceram a diferença de gênero e, assim, criaram ações diferenciadas para as mulheres, surgiram no seio do processo de democratização do País, impulsionadas pelos movimentos sociais de Mulheres e Feministas, na década de 1980.

Criação de programas que atendam mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, incluindo atenção integral (jurídica, psicológica e médica) e criação de abrigos. Formulação de políticas que articulem medidas na área da assistência e da segurança pública, incluindo a aplicação de medidas repressivas e preventivas mais efetivas. (FARAH, 2004, p. 57).

A autora (2004) mencionou, ainda, a existência de ações articuladas que visam à atenção integral às mulheres, compreendendo: assistência médica, jurídica, social e psicológica, com medidas repressivas e preventivas.

É válido informar os avanços significativos no âmbito das políticas públicas no Brasil, como mencionado por Farah. Nem sempre, porém, a proposta da incorporação da perspectiva de gênero, evidenciada pela mesma autora e por outros/as, é assumida, de fato, por essas políticas. Muitas vezes, o termo “gênero” apenas substitui o termo “mulher”, ou seja, não é incorporado com seu potencial analítico e, igualmente, questionador dos poderes e dos valores socialmente instituídos, os quais acarretam prejuízos às mulheres, em decorrência das situações de violências.

Quando se trata de políticas públicas para o enfrentamento das violências contra as mulheres do campo, observa-se a existência de iniciativas consideradas recentes, ou seja, a partir dos anos 2000, dentre as quais se destacam: a Portaria nº 42, de 23 de agosto de 2007, que instituiu o Fórum de Elaboração de Política para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta¹ (2007b); as Diretrizes e Ações de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta (2008a); a Portaria nº 52, de 13 de agosto de 2008, que instituiu o Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta (2008b); a Portaria nº 85, de 10 de agosto de 2010, que instituiu as Diretrizes de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da

¹ A partir do Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, em 2007, o Governo Federal passou a utilizar o termo “mulheres do campo e da floresta” na elaboração de suas políticas. A terminologia contempla as mulheres trabalhadoras rurais, que vivem no campo, na ruralidade e na floresta, agricultoras familiares, extrativistas, catadoras e quebradeiras de coco e babaçu, seringueiras, indígenas e quilombolas. Por isso, essa terminologia é adotada, mais especificamente neste capítulo da dissertação no qual são discutidas as políticas públicas.

Floresta que se seguem, compreendidas no âmbito do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, da Política e do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, e referendadas pelo Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta (2010); o documento, Mulheres do Campo e da Floresta: Diretrizes e Ações Nacionais (2011).

É interessante comentar, também, que a Portaria nº 42, de 23 de agosto de 2007, instituiu o Fórum Nacional de Elaboração de Política para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, com a finalidade de formular e debater propostas de políticas públicas voltadas à problemática e realidades dessas mulheres (Art. 1º). O Fórum previa, no artigo 2º, a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a participação de órgãos governamentais e entidades da sociedade civil: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM); Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH); Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério da Saúde (MS); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério da Justiça (MJ); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE); Movimento de Mulheres Quebradeira de Coco (MIQCB); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA); Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

No ano seguinte, a publicação da Portaria nº 52, de 13 de agosto de 2008, alterou o Artigo 1º, da Portaria 42/2007, passando a vigorar com outra redação, na qual instituiu o Fórum Nacional *Permanente* de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, com a mesma finalidade, ou seja, de formular propostas e debater políticas públicas relacionadas à problemática e à realidade das mulheres do campo e da floresta, contudo com caráter permanente – o primeiro tinha prazo determinado de 90 dias – o que também reforçou o compromisso e a responsabilidade pública e social na referida área.

A formulação das Diretrizes e Ações para o Enfrentamento da Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta foram outras consideráveis conquistas. Além de atender

reivindicações de inúmeros movimentos sociais, sobretudo de Mulheres² e da sociedade civil organizada, contemplou propostas do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM), da Política e do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Convém assinalar que a finalidade da Política foi estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres em situação de violência, respeitando as normas e os instrumentos internacionais de direitos humanos e a legislação nacional.

No II PNPM (2008c), estavam previstas ações como a Elaboração da Política Nacional do Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta; a realização de campanha para o enfrentamento da violência contra as mulheres rurais, quilombolas, indígenas, do campo e da floresta, e das regiões ribeirinhas; o apoio à realização de estudos e políticas públicas voltadas para as mulheres do meio rural; o apoio à realização de estudos e pesquisas de diagnóstico e atualização de dados sobre a realidade dessas mulheres. Esse documento representou a primeira iniciativa do Estado brasileiro para definir ações específicas para as mulheres do campo e da floresta, juntamente com a criação do Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, conforme citado anteriormente.

O II PNPM, a Política Nacional e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres foram as principais garantias de implementação em termos de política de Estado em matéria de violências para as mulheres do campo e da floresta. Dessa maneira, a Portaria nº 85, de 10 de agosto de 2010, instituiu as Diretrizes de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta compreendidas no âmbito do II PNPM, da Política e do Pacto, e referendadas pelo Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres do Campo e da Floresta.

Em 2008, também o Governo Federal, por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, em conjunto com o Fórum Nacional para o Enfrentamento da Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, lançou a Campanha “Mulheres donas da própria vida – Viver sem violência, direito das mulheres do campo e da

² Destaque para a Marcha das Margaridas, cuja 1ª Marcha ocorreu em 2000, em Brasília, mediante articulação da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR) da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), que reuniu mais de 20 mil trabalhadoras rurais. Suas reivindicações deram visibilidade às demandas dessas mulheres e criação de políticas e ações em diversas áreas de atuação, dentre elas o enfrentamento às violências.

floresta”, com o intuito de prevenir e enfrentar as agressões vivenciadas por essas mulheres, outro importante marco no âmbito da esfera pública.

As Diretrizes e Ações de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta têm por base os mesmos princípios da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, quais sejam: Igualdade e respeito à diversidade, equidade, autonomia das mulheres, laicidade do Estado, universalidade das políticas, justiça social, transparência dos atos públicos, participação e controle social. (BRASIL, 2011, p. 25-26).

Quanto às diretrizes para implementação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência contra as mulheres do campo e da floresta, estão (BRASIL, 2011, p. 27-28):³

- Assegurar condições para o cumprimento, no campo e na floresta, das recomendações previstas nos tratados internacionais na área de violência contra as mulheres, em especial, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as mulheres (Convenção de Belém do Pará) de 1994; da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as mulheres (CEDAW) de 1981; e da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (Protocolo de Palermo) de 2000;
- Garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência, considerando questões étnico-raciais, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social e econômica, diferenças regionais e territoriais;
- Efetivar ações para desconstrução dos estereótipos de gênero e modificação dos padrões sexistas, perpetuadores das desigualdades de poder entre homens e mulheres e da violência de gênero, considerando as diversidades e especificidades das mulheres;
- Criar condições para a efetivação da Lei Maria da Penha nesses espaços sociais;
- Garantir o acesso dessas mulheres ao sistema judiciário e de segurança pública;
- Estabelecer ações de combate ao tráfico de mulheres e à exploração comercial de mulheres adolescentes e jovens do campo e da floresta;
- Assegurar às mulheres acesso à educação e promoção da oferta de escolarização adequada às especificidades do território e de acordo com o trabalho exercido por elas;

³ Todos os subitens que aparecem na sequência não foram citados literalmente porque apresentam algumas pequenas ou quase imperceptíveis modificações, evitando possível comprometimento de seu conteúdo.

- Proporcionar às mulheres atendimento humanizado, integral e qualificado na rede de atendimento às mulheres em situação de violência;
- Propiciar o acesso das mulheres do campo e da floresta a todos os serviços da rede de atendimento;
- Aumentar a capilaridade do atendimento às mulheres que vivem no campo e na floresta, por meio da capacitação dos serviços especializados e não-especializados da rede de atendimento à mulher em situação de violência, principalmente, os da rede de saúde e da rede sócio-assistencial;
- Possibilitar, às mulheres desses espaços, o acesso às informações sobre seus direitos;
- Garantir às mulheres do campo e da floresta o direito de acesso à terra, à habitação e às políticas públicas de apoio à produção e comercialização de produtos;
- Criar condições para implementação de dados oficiais sobre a violência dirigidas a essas mulheres.

As ações para o enfrentamento da violência contra as mulheres do campo e da floresta (BRASIL, 2011, p. 29-33) estão contempladas nos eixos estruturantes do Pacto Nacional, apreciando as dimensões de prevenção, assistência, combate e garantia de direitos preconizados na Política Nacional. O Pacto prevê, também, o fortalecimento da rede de atendimento e implementação da Lei Maria da Penha, a proteção dos direitos sexuais e reprodutivos e enfrentamento à feminização da AIDS, o combate à exploração sexual de meninas e adolescentes e ao tráfico de mulheres e a promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão.

Para tanto, descrevem-se as ações do fortalecimento da rede de atendimento e implementação da Lei Maria da Penha, já que se trata de ações mais específicas em termos de violências cometidas às mulheres do campo e da floresta.

Na área da assistência:

- Implementar Unidades Móveis de Referência adequadas à realidade para o atendimento às mulheres do campo e da floresta em situação de violência;
- Certificar gestores/as e profissionais da assistência social, sobretudo dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) para atendimento de qualidade às mulheres, com vistas a garantir a capilaridade do atendimento;

- Preparar os profissionais da atenção básica para atendimento às mulheres do campo e da floresta em situação de violência;
- Habilitar os/as profissionais da assistência técnica rural e gestores/as de órgãos públicos que implementam as políticas de desenvolvimento rural e da agricultura familiar para o enfrentamento da violência contra as mulheres;
- Capacitar as atendentes da Central de Atendimento à Mulher (180) sobre as especificidades das mulheres do campo e da floresta em situação de violência, no sentido de fortalecer o Ligue 180 como porta de entrada para a rede de atendimento e como fonte de dados;
- Estender o alcance da Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou outras Violências.

Na área da prevenção:

- Aumentar a campanha de divulgação do Ligue 180 para municípios de menor porte e para o campo e a floresta;
- Ampliar a divulgação da Campanha das Mulheres do Campo e da Floresta nas rádios e outros veículos midiáticos, veiculando-a nos transportes de passageiros mais utilizados de acordo com a realidade local (barcos, ônibus e outros), e garantir a sua manutenção em todo o território nacional;
- Desenvolver campanhas de enfrentamento à violência dirigida às mulheres nas escolas rurais, escolas de assentamentos, quilombos, escolas itinerantes e outros serviços da rede pública de educação do campo e da floresta.

Para garantia de direitos:

- Orientar os Organismos de Políticas para as Mulheres das Unidades da Federação, que assinaram o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a incluírem representantes dos movimentos de mulheres desses locais em suas Câmaras Técnicas Estaduais de Monitoramento e Gestão do Pacto Nacional;
- Aprovar a formação em políticas públicas e a capacitação voltadas à elaboração de projetos de grupos produtivos, com ampliação para outros Ministérios;
- Apoiar os grupos produtivos de mulheres assegurando a divulgação de grupos produtivos de mulheres rurais, e promover Feiras de Economia Feminista e Solidária;
- Estender o acesso ao Crédito Pronaf Mulher e padronizar o atendimento de acordo com a normativa do Pronaf para atender a diversidade da produção das mulheres;

- Ampliar e consolidar as ações do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural;
- Estimular a formação de mulheres do campo e da floresta sobre direitos humanos;
- Garantir a criação e implementação de creches e pré-escolas nas comunidades rurais.

Na área de combate:

- Criar Postos de Atendimento às Mulheres nas Delegacias comuns e implementar unidades móveis de atendimento às mulheres do campo e da floresta em situação de violência, com garantia de transversalidade no atendimento aos municípios de menor porte;
- Promover a capacitação de operadores/as de direito na questão da violência contra as mulheres do campo e da floresta;
- Incluir módulo sobre as mulheres do campo e da floresta no Curso de Formação de Magistrados sobre a Lei Maria da Penha.

Em 2013, iniciou-se a criação dos Fóruns Estaduais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, para promover ação conjunta e articulada entre governo e sociedade civil, tendo por base as diretrizes nacionais. As principais funções são acompanhar e viabilizar a implementação das Diretrizes Nacional para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta; planejar, articular e monitorar as ações das Unidades Móveis para o Atendimento às essas mulheres.

As Unidades Móveis são ônibus adaptados e equipados, que contam com equipe multidisciplinar para disponibilizar serviços especializados que integram a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência às mulheres do campo e da floresta. Tais ações contemplam as áreas de prevenção, assistência, apuração, investigação, judiciário e legislativo, em consonância com o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres⁴.

No Estado de Mato Grosso do Sul, as políticas públicas se estruturaram, especificamente, a partir de 1999, com a criação da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher (CEPPM), objetivando “elaborar, propor, articular e coordenar as políticas públicas para a mulher, na perspectiva da governabilidade de gênero”. (CEPPM, 2006). Posteriormente, foram instituídos 21 organismos governamentais de políticas para as mulheres em diversos municípios do Estado.

⁴ O Estado de Mato Grosso foi contemplado com duas unidades móveis no final de 2013.

Em 2011, foi criada a Subsecretaria da Mulher e da Promoção da Cidadania em que a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher, da Juventude e da Promoção da Igualdade Racial está vinculada, subordinada à Secretaria de Estado do Governo, cujo objetivo em destaque é “formular, assessorar e monitorar o desenvolvimento e a implementação de políticas voltadas para a valorização e promoção da população feminina” (DOEMS, 2011, p. 03).

Mato Grosso do Sul conta, ainda, com o Conselho Estadual de Direitos da Mulher (CEDM) e doze conselhos municipais, no que se refere aos mecanismos de controle social, além da participação em diversos conselhos e comitês estaduais, visando garantir a transversalidade em gênero e a defesa dos direitos da mulher. (MATO GROSSO DO SUL, 2013, p. 11).

De acordo com o I Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres (MATO GROSSO DO SUL, 2013, p. 12-14), há, no Estado, uma estrutura para atuação de diversos órgãos no que se refere às mulheres, tais como: Fórum Estadual de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres; Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM); Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; Casas abrigos; Defensoria Pública da Mulher; Promotorias de Justiça Especializada no Atendimento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Serviço de Responsabilização e Educação do Agressor. Inclui também Serviços de Saúde Especializados no Atendimento à Violência Sexual; instituiu a Rede Estadual de Enfrentamento a Violência contra a Mulher de Mato Grosso do Sul e aderiu ao Pacto Nacional de enfrentamento à violência contra a mulher.

Destaque para a adesão ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher que é um acordo entre o governo federal, os governos dos estados e dos municípios brasileiros para o planejamento de ações que visam à consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres mediante implementação de políticas públicas integradas no território nacional. Nesse sentido, contempla a atenção às mulheres rurais, negras e indígenas em situação de violência. (MATO GROSSO DO SUL, 2013, p. 14).

Em 2013, foi lançado o I Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres de Mato Grosso do Sul. Ele se constitui um instrumento que contribuirá no planejamento de políticas públicas para as mulheres do estado, “[...] decidindo sobre cada possibilidade de ação, de modo sistemático e com método, sempre considerando a mediação de diversos

interesses e as informações disponíveis. [...]” Pressupõe, também, a construção ordenada de caminhos para a ação, com vista a um objetivo. (MATO GROSSO DO SUL, 2013, p. 20).

A base das propostas para a elaboração do Plano originou-se das Conferências de Políticas para Mulheres, que envolveu a participação de diversos segmentos, setores e movimentos sociais. O Plano se estrutura em cinco eixos: (2013, p. 23-44).

1. Enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha: Da prevenção e combate à violência contra a mulher; Do enfrentamento à violência contra a mulher; Da operacionalização da Lei Maria da Penha;

2. Autonomia econômica e equidade no mundo do trabalho com inclusão social: Da qualificação profissional, geração de renda e empreendedorismo; Da promoção dos direitos da mulher trabalhadora; Das iniciativas para a trabalhadora rural;

3. Saúde das mulheres e direitos sexuais e reprodutivos: Da saúde integral da mulher; Da educação em saúde; Dos direitos sexuais e reprodutivos; Das doenças crônicas e não transmissíveis; Dos segmentos especiais da população;

4. Educação inclusiva, não sexista e cultura: Das ações de formação e campanhas educativas; Das ações de cultura, comunicação e mídia;

5. Participação e fortalecimento das mulheres nos espaços de poder e decisão: Dos organismos governamentais; Da formação e capacitação; Do processo eleitoral; Do controle social.

O primeiro dos eixos se refere ao “*Enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha*”. No segundo item: “*Do enfrentamento à violência contra a mulher*”, há menção explícita às mulheres do campo, sendo eles:

- Fortalecer a articulação entre organismos governamentais e da sociedade civil que consolidem, aperfeiçoem e ampliem os serviços da rede de atendimento às mulheres, nas áreas rurais e urbanas, indígenas e quilombolas, proporcionando a realização de ações intersetoriais para a prevenção e o enfrentamento das múltiplas violências contra a mulher, assim como o atendimento especializado e o acompanhamento jurídico para tais mulheres;

- Implantar atendimento com acessibilidade e localização adequada para as mulheres em situação de violência das zonas rurais, inclusive as com deficiência, assentamentos, comunidades ribeirinhas, colônias de pescadores e locais de difícil acesso, respeitando as características regionais, com especial ênfase para as mulheres indígenas e quilombolas.

No segundo eixo: “*Autonomia econômica e equidade no mundo do trabalho com inclusão social*”, nos três subitens há correlação com as mulheres do campo. No subitem “*Qualificação profissional, geração de renda e empreendedorismo*”:

- Garantir qualificação dos recursos financeiros destinados a planos, programas e projetos de qualificação para o desenvolvimento profissional e autonomia das mulheres jovens, idosas, negras, indígenas rurais e urbanas, quilombolas, camponesas, ribeirinhas, internas do sistema prisional, vítimas de violências, com deficiências e mulheres chefes de família, com vistas à elevação do nível de escolaridade e à inserção no mundo do trabalho;

- Inserir a perspectiva da equidade de gênero e valorização do trabalho da mulher nas ações do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Projovem urbano, Projovem campo, Projovem trabalhador, entre outros, nos cursos oferecidos pelo Sistema ‘S’, e em toda a Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica (EPT);

- Promover, em parceria com a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), programas de capacitação referente a política de agricultura familiar para mulheres indígenas das aldeias, mulheres quilombolas e mulheres dos assentamentos rurais.

No segundo subitem: “*Da promoção dos direitos da mulher trabalhadora*” registra-se:

- Propor a implantação de espaços educacionais para crianças de 0 a 12 anos, no período noturno e de férias escolares, em comunidades urbanas e rurais, indígenas quilombolas, ribeirinhos, camponeses e assentamentos;

- Apoiar programas e ações que valorizem as contribuições sociais e culturais das mulheres indígenas e rurais.

No último subitem: “*Das iniciativas para a trabalhadora rural*”, observamos:

- Apoiar, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), o acesso igualitário das mulheres a terra, assegurando a titularidade e a permanência da mulher no lote em caso de separação, com assistência técnica local, em uma perspectiva de gênero, priorizando movimentos e organizações sociais;

- Garantir aos movimentos sociais da reforma agrária, juntamente com instituições federais como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Ministério Público Federal (MPF), entre outros, capacitação, orientação e informação sobre os direitos e os programas que beneficiem a

agricultura familiar, por meio de cursos técnicos dirigidos às mulheres camponesas, quilombolas, indígenas e ribeirinhas;

- Organizar e incentivar os grupos produtivos para que acessem o Pronaf Mulher para possibilitar condições de produção como, cozinhas e hortas comunitárias para comercialização no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);

- Apoiar políticas que promovam a autonomia da mulher rural mediante acesso ao crédito, à assistência técnica, ao empreendedorismo, associativismo e cooperativismo;

- Desburocratizar o acesso aos convênios entre pequenos agricultores (agricultura familiar) e governos municipais, estadual e federal, priorizando, como beneficiárias, as famílias chefiadas por mulheres.

Observa-se um esforço do País, em âmbito nacional e estadual, para articular ações no que se refere às violências contra as mulheres do campo e da floresta e o exercício de seus direitos. Essas políticas e ações contemplam reivindicações da sociedade civil e dos movimentos sociais, denotam a responsabilidade pública do Estado brasileiro e, paulatinamente, passam a incorporar a perspectiva de gênero como eixo condutor, uma vez que se propõe a construção de novos valores e culturas que, além do enfrentamento às violências, possam contribuir para a qualidade de vida e autonomia dessas mulheres.

Contudo, como essas políticas e ações são consideradas muito recentes, ainda observamos uma lacuna para a realidade local, sobretudo, em municípios pequenos que contam com uma rede de atendimento ainda deficitária. Em Sidrolândia, município onde a pesquisa foi desenvolvida, essa situação foi constatada por meio das visitas em Instituições governamentais, elas não forneceram nenhum documento explícito que contemplassem as mulheres do campo na área de violências, sob a alegação de sua inexistência.

Algumas poucas e irrisórias ações foram evidenciadas. Em visita Institucional, realizada pela pesquisadora, em abril de 2013, na Secretaria Municipal de Assistência Social de Sidrolândia/MS, constatou-se, de maneira informal, não haver nenhuma ação sistematizada sobre a temática das violências para as mulheres do campo, apenas o deslocamento de duas equipes dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) volante e a atuação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que pode ser considerada tímida na área das violências, atuando quando há casos de denúncias.

O CRAS Cascatinha conta com a equipe volante que atende o território do Assentamento Geraldo Garcia, *lócus* da pesquisa em campo. Conta com uma assistente social,

uma psicóloga e dois educadores, fazendo visita uma vez por mês no local. As ações estavam pautadas, inicialmente, na realização de diagnósticos sociais, como o levantamento das famílias, perfil social e outros, com poucas perspectivas para sistematização de ações sobre violências e mulheres.

Em outras visitas Institucionais realizadas pela pesquisadora, no mesmo ano, observou-se que o Município não possui Conselho de Direitos da Mulher, Delegacia Especializada e Centro de Atendimento Especializado, conta, todavia, com uma Coordenadoria de Políticas para as Mulheres que é uma extensão do gabinete do Prefeito (ponto de apoio) e também está ligada a Subsecretaria da Mulher e da Promoção da Cidadania do Estado de Mato Grosso do Sul. A coordenadoria fundada em 2005 e institucionalizada em 2008 tem como eixos de trabalho: a educação, a saúde, a assistência social, as delegacias, a defensoria, a promotoria e o judiciário. Trabalha na valorização, protagonismo, capacitação, autoestima, geração de renda, violências contra as mulheres, seminários, fóruns, conferência, parcerias, encaminhamentos.

A realidade local tem à sua disposição uma rede de atendimento e enfrentamento às situações de violências contra as mulheres do campo, porém incompleta e limitada. Compreende uma lacuna entre o plano teórico, sobretudo o que foi elucidado anteriormente, e prático. Constatação corroborada mediante entrevistas realizadas com homens e mulheres do Assentamento Geraldo Garcia, ao serem questionados sobre a existência de políticas públicas, ou seja, que são capazes de indicar o alcance dessas políticas na realidade local.

Não, não existe. A única, coisa, por exemplo, tem a equipe, que é o centro de... o CRAS volante, em termos de política pública, tem o CRAS, que é o Centro de Referência de Assistência Social. Só que o CRAS, principalmente, para gente aqui, é muito complicado. Vem, às vezes, uma vez no mês, sabe, se você vai lá pedir uma visita, aí o CRAS tem, psicólogos, tem vários... oh, para você ter uma noção, tem um caso aqui, que eu fui, conversei com a equipe do CRAS volante que atende aqui e pedi intervenção, porque precisa de uma intervenção, porque ele agride a filha, a filha já está ficando... tem seus dez, onze anos, já está ficando mocinha. Ameaça de morte a filha quando fica sozinho com a filha, então precisa... e as crianças já estão, precisam até de um psicólogo, porque as crianças já andam assim, quando o pai chega as crianças já ficam, sabe, cada um vai para o seu quarto, já tenta nem respirar, para não dar motivos para o pai querer bater, querer, sabe? Mas, isso já faz tempo que eu pedi essa intervenção da assistente social para vir, para estar vendo, entrar com, sei lá, ver o que poderia ser feito para essa família específica, [...] mas... até agora nada foi feito. As pessoas, eu acho que não dá muito importância. Eu vejo assim, só dá importância depois que morre, depois que o homem vai lá mata a mulher, ou mata um filho, mata. Aí aquela mídia toda, aquela coisa toda, você entendeu? Mas, para prevenir...

Fala assim, “ah, enquanto está lá, está vivendo, vamos deixando lá”. (Ivonete; Entrevista com Ivonete, abril/2013).

Para a entrevistada Ivonete, são ações cujo acompanhamento e/ou monitoramento ficam prejudicados pela não presença real da equipe no Assentamento, e quando ela é acionada para resolução de alguma problemática, parece “desconsiderar”, e reforçar a manutenção da situação, até mesmo pela ausência de políticas de prevenção. Também lembrou que isso ocorre na área da saúde, que deveria privilegiar ações no âmbito das violências; contudo, o foco é sempre curativo e médico, não de promoção e prevenção.

É. Na verdade aqui mesmo não tem, aliás, não tem trabalho preventivo em questão nenhuma. Nem em questão de violência, nem questão de tabagismo, de alcoolismo, de nada. O que você quer, tem que ir na cidade, procurar, aderir à outros ESF's lá, que tem os programas, para... porque, não tem como você seguir, igual, no móvel. O móvel está aqui de seis em seis meses, sabe? O que vem, uma vez por mês, é a entrega de medicação para os hipertensos. Também é só entrega de medicação para os hipertensos. Não tem uma ação assim... é só uma ação curativa, vamos dizer assim, não tem uma ação preventiva. Não tem promoção nem prevenção em saúde. (Ivonete; Entrevista com Ivonete, abril/2013).

É interessante observar que as políticas existentes compreendem uma rede que, para as mulheres do campo, é bastante deficitária, com ações pontuais, não permanentes e não contínuas. Por isso, muitas afirmações pautaram-se na não existência de políticas públicas: “Ó, que eu saiba não. No Assentamento não.” (Roberto; Entrevista com Roberto e Adriana, março/2013). Ou mesmo na ênfase às deficiências dos serviços e ações.

Vou te falar enquanto assentamento lá é complicado. É muito complicado lá. No município de Sidrolândia é. Porque assim, tem a secretaria lá, da mulher, mas visa só a questão política [partidária]. Visa só a questão política. Tipo amanhã, dia oito agora [oito de março, comemorado o dia internacional da mulher], vai lá que a secretaria da mulher está distribuindo rosinha, distribuindo florzinha na cidade. Ao invés de fazer... Ou fazendo unha, fazendo cabelo... Fazendo unha, fazendo cabelo no dia oito só. E o resto do tempo? E o resto de tudo? Acho que essas políticas públicas não tinham que dar rosinha, dar florzinha, mas deveria sim, fazer estudo, nem que seja com duas pessoas ali, três ou mais, está indo para o campo, está indo para a rua, para os bairros, para onde for. Ver a violência. Porque sabe que acontece, que tem muita violência, mas não faz nada. As mulheres que passa por violência dentro do assentamento lá, quantas já vimos? Que procuram o quê? Aonde vai procurar lá em Sidrolândia? Não tem, porque a coordenadoria da mulher lá não se faz nada. Delegacia lá, se vai fazer a denúncia na delegacia, se vai lá falar que meu marido me bateu, vou sentar na frente do delegado e falar, “oh, moço, seu delegado, meu marido me bateu”. Vai falar para ele?

Ele vai falar, “você está onde?”. Eu falo, “estou lá em casa”. Ele diz, “com seu marido?”. Eu digo, “é”. E ele, “então sem vergonha é você?”. O que eles vão fazer? O que eles falam é isso. Agora, se nós tivéssemos uma delegacia da mulher lá... (Marilda; Entrevista com Marilda, março/2013).

A entrevistada Marilda lembra que, no município, há ações mais pontuais e de caráter político partidário, com significados e alcances questionáveis, ou seja, o que se denomina de “distribuição de florzinha e rosinha, fazer unha e cabelo”, apenas no dia 08 de março, data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher. Passa a largo sobre o questionamento das questões de violências e, por conseguinte, das relações assimétricas e de poderes entre homens e mulheres. Igualmente, a falta de atendimento especializado, como a inexistência de uma Delegacia da Mulher, compromete até mesmo as denúncias, uma vez que as mulheres não dispõem de atendimento adequado, sendo até mesmo culpabilizadas pelas situações de violências.

Para Marilda, em termos de políticas públicas efetivas, as mulheres do campo, sobretudo do Assentamento Geraldo Garcia da região de Sidrolândia, ficam a mercê das violências. “Mas hoje, se passa por violência lá no Assentamento fica por lá mesmo, porque não tem onde recorrer. Não tem onde... Não tem.” (Marilda; Entrevista com Marilda, março/2013).

As mulheres vivenciam novas violências, uma vez que, no âmbito teórico, há garantias governamentais, mas que contrastam com o alcance real dessas políticas. “Olha, eu acho que tudo isso existe, mas ainda não veio ao nosso encontro. Tudo é muito teórico. Agora nós gostaríamos de trabalhar isso na prática. [...]” (Bruna; Entrevista com Bruna, março/2013).

Ah não, não tem não. Não tem porque já é um... A polícia mesmo não tem assim, nenhuma ação efetiva, nos assentamentos, nem pra reprimir, nem pra educar, então... e a prefeitura muito menos, não tem nem um tipo de políticas públicas assim, diretamente pro assentamento nessas questões. E, seria muito interessante, teria que ter. É além de políticas públicas, mas um espaço pra poder discutir, um espaço pra colocar os problemas, das mulheres, ou da questão das relações de gênero. E sempre falo que não adianta também você levar só a mulher, tem que levar o homem e a mulher porque se você leva só aquela pessoa que tá sofrendo, o opressor sempre vai continuar oprimindo, se não for aquela vai ser outra. Então eu sempre defendo que, além de, claro que tem casos que tem que ser a polícia mesmo, mas isso aí vai muito para além da polícia, eu acho que se tivesse políticas públicas nesse sentido, momento pra poder discutir, momento pra fazer com que a mulher participe, coloque a situação que vivencia, acho que seria bem mais aproveitado. Alguns tipos de políticas que a gente vê também não resolvem nada praticamente. (Antônio Carlos; Entrevista com Antônio Carlos, janeiro/2013).

Percebemos, na fala de Antônio Carlos, que as políticas públicas seriam importantes mecanismos para desconstrução de estereótipos e construção de novos valores, com ações de longo alcance e mais efetivas, com o envolvimento de homens e mulheres, inclusive de pessoas que vivenciam violências, com foco educativo, de sensibilização e de responsabilização. Opinião compartilhada por Bruna, ao falar da atuação de forças policiais.

[...] Eu não gosto de falar sobre isso, mas é uma realidade muito dura. Porque quantas mulheres aqui do campo já denunciaram e eles não comparecem? Eu mesmo tive que tomar decisão, às vezes, de assistir brigas seríssimas, e eu ligar lá para o 190 e a polícia não veio até hoje. A mulher vai continuar recalcada. Dessa forma sim. Então nós temos uma pessoa conhecida, que ela já foi morta pelo homem. [...] Não daqui, mas era família de gente daqui. Mas eles conviveram conosco aqui um tempo. Foi morrer lá no outro assentamento lá. O marido matou. Mas exatamente por causa disso, denuncia, só fica um registro no papel e nada é feito para evita ou para se encaminhar um, um auxílio. Porque a gente precisa de auxílio. O homem, “pô”, às vezes, ele está violento ou ele também sofreu violência. Ele está precisando de ajuda e, às vezes... Se cria cadeia, mas não cria mecanismo de trabalhar a situação. Eu sempre digo, não adianta prender, no momento, de repente, até precise, mas depois da cadeia, precisa se trabalhar isso aí, tanto homem quanto a mulher. (Bruna; Entrevista com Bruna, março/2013).

A atuação das Polícias Civil e Militar, das Delegacias e o não cumprimento da legislação em defesa das mulheres também foi algo sempre referenciado durante a pesquisa. Algumas/uns enfatizaram a não presença policial, quando acionada.

A polícia, minha filha, se acontecer alguma coisa aqui [risos]. Se acontecer alguma coisa aqui, “vixi” a polícia não vem aqui não. Se for para acontecer, acontece. Até vim... Se vim, “vixi” é milagre de Deus. (Luana; Entrevista com Luana, março/2013).

Já a entrevistada Vânia afirma que até existe uma atuação, porém, como algo mais próximo ao que seria ideal que propriamente, real. “Vem. Tem que vim. Se eles não vêm então, ligo Maria da Penha. Maria da Penha resolve. É muito falada essa Maria da Penha [sorriso].” (Vânia; Entrevista com Vânia, março/2013). Aqui há uma personificação da homenageada pela legislação em vigor, como se fosse capaz de resolver situações de violências contra as mulheres do campo, inclusive, com poder de punir os/as próprios/as executores/as da lei, ou seja, as polícias e delegacias, caso não compareceram aos serem acionados.

No mesmo sentido que Vânia, outra entrevistada expressou uma visão com algo mais no plano ideal. “Agora com esse negócio de disque denúncia, anônimo, que tem a proteção da

mulher, agora tá... (sinaliza positivamente)”. (Lucimara; Entrevista com Lucimara, janeiro/2013). Não citou algo concreto, próprio da realidade, apenas que “esse negócio de disque denúncia” seria algo com que as mulheres do campo em situações de violências poderiam contar.

Não obstante, a realidade ainda conserva a histórica omissão e negligência do Estado em matéria de violências com as mulheres do campo. Assim, as políticas públicas dos últimos anos tiveram pouco impacto na vida social e cotidiana dessas mulheres. Para romper e coibir situações de violências, numa esfera em que iniciativas governamentais são incipientes, as mulheres necessitam romper mais essa barreira, num processo contraditório de violências x políticas públicas também marcadas por violências simbólicas e psicológicas quando não lhes assegura o atendimento de fato e de direito.

Além disso, a perspectiva de gênero incorporada ao plano teórico dessas políticas tem pouco alcance na realidade das mulheres do campo, reafirmando, então, que a luta contra as desigualdades e assimetrias nas relações de gêneros e de poderes é um ideal a ser alcançado, com vistas a uma sociedade mais justa e equitativa.

Mesmo com os “avanços”, também foram observadas políticas públicas de cunho focalista, paternalista e segmentado, apoiadas no próprio projeto neoliberal assumido pelo Estado brasileiro, cuja acentuação ocorreu a partir da década de 1990, com a inserção da economia numa ordem globalizada, desfacelamento da esfera pública, privatizações, redução dos gastos públicos, portanto, direitos desconstruídos. Isso significa não assumir responsabilidades legalmente reconhecidas por ele mesmo, por meio da Constituição Federal e regulamentações decorrentes.

Além disso, há pouca articulação entre as diferentes políticas, ou seja, a intersectorialidade, conforme a concepção de Pereira (1994). Políticas essas que se relacionam ao desenvolvimento humano e social, na perspectiva da intersectorialidade, de que diz respeito a todos os cidadãos.

A intersectorialidade associa-se à integralidade das políticas. Nesse âmbito, ampliar o foco para a perspectiva de gênero, trabalhar em rede, implantar suporte multisetorial e trabalho técnico em equipe, constituem os principais desafios. Na verdade, é a intersectorialidade na amplitude da vida humana que possibilita a garantia de efetividade dos serviços, ações e, conseqüentemente, dos direitos das mulheres na luta pelo fim das violências.

As políticas públicas, como mecanismo institucional, estão no rol de possibilidades para o enfrentamento das violências, mas observamos a necessidade de serem transportadas

com afinco para a prática cotidiana, para que o Estado assuma sua efetiva responsabilidade de garantia de direitos e qualidade de vida para as mulheres, independente da sua condição de raça, classe social, local de moradia, conforme as normativas nacionais e internacionais preconizam, sobretudo para as mulheres do campo.

3.2. A atuação dos movimentos sociais frente ao fenômeno das violências cometidas às mulheres do campo

A atuação dos movimentos sociais pode ser outra possibilidade concreta para o rompimento e coibição de violências contra as mulheres, em especial, devido seu alcance e ideais de transformação social. Como mencionou um dos entrevistados, trata-se de ações que não substituem o Estado, mas de importância fundamental.

[...] E nós sempre tenta apoiar, apoiar assim, a ação contra isso. E, é lógico que nós não temos papel do Estado para resolver os problemas, mas a gente sempre procura denunciar, procura fazer reuniões, assembleias com as mulheres para poder orientar nesse sentido, orientar, “olha, lá em tal lugar, tem uma casa de apoio a mulher, vai lá e denuncia”, ou “você pode ir lá, se quiser ir lá denunciar, nós leva você lá e pode denunciar”, entendeu? Então é mais nesse sentido assim. E aí são cursos, cursos pra emancipação também, pra busca da autoestima da mulher, mais nesse sentido assim. São cursos de formação mesmo, formação da consciência, formação política, ideológica, essas formas de apoio assim. (Antônio Carlos; Entrevista com Antônio Carlos, janeiro/2013).

Esse Movimento, no qual o entrevistado lembra, é concebido conforme acepção de Melucci, “[...] como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. [...]” (1989, p. 57).

Para o autor, a ação coletiva não pode ser explicada sem considerar como os recursos internos e externos são mobilizados, como as estruturas organizacionais são constituídas e mantidas, como as funções de liderança são garantidas. Convém lembrar que movimento social é um sistema de ação que liga orientações e significados plurais, além de conter diferentes tipos de comportamentos. (MELUCCI, 1989, p. 56).

O conflito, por sua vez, pressupõe uma relação entre atores opostos, que lutam pelos mesmos recursos, valorizados por ambos. A solidariedade indica a capacidade dos atores partilharem uma identidade coletiva, ou seja, a capacidade de reconhecer e ser reconhecido

como uma parte da mesma unidade social. Já os limites de um sistema referem-se ao espectro de variações tolerado na estrutura existente e rompê-los significa empurrar um sistema para além do espectro aceitável de variações. (1989, p. 57). A compreensão dos movimentos sociais está associada à compreensão da pluralidade dos movimentos, de seu sistema de referência e de suas dimensões analíticas.

Além disso, com o surgimento dos denominados novos sujeitos sociais e novos movimentos sociais (NMS's), a partir da década de 1980, assinala-se uma diversidade desses movimentos, com difícil conceitualização, especialmente, por um único conceito ou teoria (SANTOS, 1997).

Para Gonh (1995), os novos movimentos sociais indicaram, em princípio, um distanciamento do caráter classista que configurava os movimentos sindicais e operários em torno do mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, não significa que em determinados momentos históricos possam assumir uma contraposição com o sistema econômico e social vigente. Identificam, ainda, outras formas de dominação que extrapolam o econômico, como a expressa nas relações de gênero, por exemplo. Há características específicas para os novos movimentos, em especial quanto às práticas e objetivos, contrapondo-se aos movimentos sociais considerados historicamente tradicionais ou “velhos”.

[...] Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN, 1995, p. 44).

O cotidiano, a sociabilidade, a subjetividade, a identidade, o sujeito coletivo, o alargamento da política e da democracia indicam “novas” concepções que são incorporadas na compreensão dos novos movimentos sociais. Gonh (2010) comentou que os movimentos sociais não desapareceram, mas se ressignificaram, considerando o contexto histórico e conjuntural, pois eles continuam marcando presença no século XXI.

[...] lutando para construir ou preservar princípios e identidades construídas, embora elas, identidades, sejam móveis, variam segundo a conjuntura. Há

um processo de socialização da identidade que vai se alternando à medida que ela modela/remodela-se, a partir das novas pautas das demandas. [...] (2010, p. 173).

Para a análise em questão, optou-se por discutir dois movimentos mais específicos, o de Mulheres e o Feminista, devido à expressividade histórica de ambos no tema referente às violências contra as mulheres, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por estar vinculado à população estudada, que incorpora as especificidades ligadas à questão agrária, à luta na e pela terra.

Para Arrazola (2000), há distinções entre os movimentos sociais de Mulheres e o Feminista. Feminismo: “[...] é a ação política, organizada e de caráter coletivo assumida pelas mulheres que visam transformar e superar a situação de opressão e inferioridade das mulheres, portanto a sociedade e as relações sociais [...]” (p.78). Incorpora, assim, a luta contra dominação patriarcal, discriminação, subordinação e opressão de gênero, desigualdades dadas como naturais, com vistas à emancipação das mulheres e à construção de uma sociedade sem desigualdades.

Já o Movimento de Mulheres configura: “[...] mulheres em movimento desde as mais diferentes ações organizadas e reivindicatórias, mas cujo objetivo central não diz respeito necessariamente à situação de opressão e desigualdade social das mulheres, da sua condição de gênero. [...]” (p.78 – grifo da autora). Ou mesmo mulheres em movimentos de bairros (saneamento, transporte, creche, habitação), das questões de saúde, clubes de mães, trabalhadoras rurais e outros.

Isso significa que o Movimento de Mulheres apresenta demandas mais pontuais, ao passo que o Feminista insere reflexões acerca das relações de gênero e da sociedade em si. Ambos os Movimentos se articulam e se entrelaçam. Para Rago (2003), o contato que se estabeleceu entre os dois Movimentos liderados pelas mulheres, ou seja, o Movimento Feminista e o Movimento de Mulheres, foi muito lucrativo para todas. Para as feministas, por passar a atingir uma rede muito mais ampla de mulheres e, para as mulheres pobres da periferia, por trazerem questões que dificilmente seriam enunciadas espontaneamente. Nessa associação, o feminismo desenvolveu e ampliou suas bandeiras de luta, destacando os temas de violências e dos direitos reprodutivos.

As violências contra as mulheres tornaram-se bandeiras de luta desses movimentos, assim como do Feminista, que passou a questionar os poderes e relações instituídas social, cultural e historicamente que determinaram as desigualdades e as assimetrias entre os gêneros.

Direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das mulheres; Direito universal à educação, saúde e previdência; Direitos sexuais e reprodutivos; Descriminalização do aborto como um direito de cidadania e questão de saúde pública e, em especial, violências contra as mulheres, ganharam destaque nas pautas de reivindicações do Movimento Feminista brasileiro.

Santos (2009, p. 23) lembrou que, se por um lado o feminismo brasileiro estimulou discussões e elaborou propostas contra a opressão social, política e econômica das mulheres, por outro, as mulheres organizadas em bairros e comunidades mais carentes formaram grupos de reflexão e pressão e, a partir da sua condição de mulheres, donas de casa, esposas e mães, passaram a reivindicar demandas específicas e se constituíram como responsáveis por suas próprias atuações, intervindo no mundo público. Reivindicavam escolas, unidades de saúde, transporte público, moradia, saneamento básico e outros.

Essas mulheres participavam dos chamados Movimento Popular de Mulheres que se organizavam para a superação das formas de opressão contra a mulher, embora não apresentassem características político/institucional/partidário. A dinâmica política envolvia a reivindicação de necessidades básicas dessas mulheres, das suas famílias e da comunidade, estava pautada em outras forças sociais que colaboravam nesse processo, como a Igreja Católica e a Teologia da Libertação. (SANTOS, 2009, p. 25).

Santos (2009, p. 25) afirmou que mesmo com uma participação expressiva e com o apoio de forças sociais, como parte da Igreja, esses grupos de mulheres não conseguiram modificar a estrutura patriarcal, nem alteraram a direção dos projetos sociais de forma estrutural, até porque esses não eram os propósitos das ações desses grupos. A mesma situação foi evidenciada em estudo feito pela autora no Movimento Popular de Mulheres de Mato Grosso do Sul, em sua origem, cujas ações podem ser consideradas mais pontuais.

O trabalho realizado pelas mulheres sul-mato-grossenses que participavam desses grupos, dirigidos por militantes católicas, muito se aproximava das atividades de clubes de mães: cozer, pintar, fazer tricô, crochê, ou seja, tinham um espaço onde se encontravam, entretanto reproduziam o serviço doméstico. Todavia redirecionaram seu eixo de trabalho: discutindo a importância de terem seu próprio espaço de reflexão, incluindo linhas temáticas sobre as necessidades do bairro, mas também a saúde, a sexualidade e violência doméstica [...]. (SANTOS, 2009, p. 28).

No processo de redemocratização do País, surgiram os denominados grupos feministas temáticos e, com eles, uma efervescência de movimentos populares de mulheres.

Não obstante, nessa década, sob a influência dos movimentos de mulheres paulistas, registrou-se o nascimento do Movimento Popular de Mulheres do Estado de Mato Grosso do Sul, inicialmente na cidade de Três Lagoas e, na sequência, em Corumbá e Dourados, entre os anos de 1980 e 1984, por meio das Pastorais Sociais – grupos populares da Igreja Católica. Esse Movimento constituiu-se, posteriormente, numa Associação, a Associação de Grupos de Mulheres de Mato Grosso do Sul (AGM-MS), em 1995, devido à necessidade de “nomenclatura jurídica” para captação de recursos financeiros que garantissem a efetivação das ações. Paulatinamente, também incorporam outras reflexões, como as de gênero e a do feminismo, muito embora permanecessem com as características genuínas do Movimento de Mulheres. (SANTOS, 2009).

O tema “violência contra as mulheres” foi uma das bandeiras de luta do Movimento de Mulheres em Mato Grosso do Sul, ou seja, trouxe à cena pública a decisão do 8º Encontro do Movimento Popular de Mulheres, do ano de 1992, que era mobilizar os municípios e a opinião pública para a realização de um levantamento sobre essa realidade. Assim, deflagrou a campanha “*Violência! É Preciso dar um basta!*”, que se estendeu até 1995, exigindo a criação de políticas afirmativas que pudessem garantir a cidadania às mulheres sul-mato-grossenses. Já em 1996, outra campanha, sob o slogan “*Violência, tô de olho em você!*”, foi publicizada pelo Movimento, cujas políticas hoje são também reflexos de tais ações. (SANTOS, 2009).

Percebe-se que a temática, incorporando ou não a perspectiva feminista, fez-se presente nas reivindicações das mulheres, inclusive do Estado de Mato Grosso do Sul. No local em que a pesquisa em campo foi desenvolvida, o Assentamento Geraldo Garcia, a influência e presença desses movimentos estavam norteadas por percepções ambíguas e contraditórias, próprias inclusive dos Movimentos em questão.

No caso do feminismo, às vezes, seja enquanto movimento ou ação que tenha por base seus pressupostos, seu reconhecimento gera um “certo incômodo”, ao ser mencionado como um mecanismo na luta contra as violências e o estabelecimento de novas relações para as mulheres do campo.

Tem muita luta ainda para... muita conquista.... porque, às vezes, a gente conquistou um direito na teoria, mas na prática, ainda existe muita [ênfatisa], a gente tem que lutar muito por essa discriminação. É isso que eu vejo. Meu esposo antes, ainda vivia dizendo para mim [risos], que eu era muito assim, feminista. Não, não é a questão. Eu defendo o lado do homem também, só que, “poxa vida”, acho que a mulher sempre foi mais injustiçada. Sempre

foi, muito assim, sem valor. E eu acho que a gente é um ponto chave. (Ivonete; Entrevista com Ivonete, abril/2013).

O Feminismo pode fazer parte do cotidiano, porém, nem sempre é reconhecido, assim, como o Movimento de Mulheres, expresso em práticas e ações mais pontuais, sendo, por vezes, concebido como relações de vizinhança, embora capazes de trazer transformações sociais.

[...] Nós ainda aqui, no grupo, eu ainda, eu, particularmente, [...], ainda tenho esse hábito de uma vez por semana, dar banho de creme no cabelo das companheirinhas, se reunir para gente fazer unha junto, pintar o cabelo uma da outra, isso... que a gente pode fazer isso sozinha. Mas porque não fazer num conjunto, onde a gente possa uma levantar a autoestima uma da outra. Às vezes, a gente sai daqui com um prato de bolinho lá para o outro lado. Mas é mais para você, não para “xeretar” a vida do outro, mas sim para você... dessa forma... ter um momento, dar um momento de prazer para aquela família lá. Às vezes, você vai num momento em que o homem está lá, brabo, não é? E você chega com aquele jeito lá, de brincadeira, disso, daquilo... você pelo menos ameniza a situação daquele momento. Mas aí você fica também machucadinho por dentro porque você sabe que você precisa fazer mais alguma coisa. Mas o quê? Como? Com quem, não é? E, mesmo tendo no município a ajuda para esse tipo de situação, ainda é complicado. Complexo, não é? (Bruna; Entrevista com Bruna, março/2013).

No Assentamento pesquisado, a semelhança do que ocorre em outros espaços sociais, a bandeira de luta contra o machismo, contra as violências, não está explícita, mas a união de mulheres em defesa e valorização da autoestima, as visitas, a solidariedade, a organização, são características do movimento articulado e político de mulheres e, muitas vezes, dos homens. Também se relaciona aos processos de formação do Movimento Social, conforme evidenciado no desenvolvimento da pesquisa.

[...] Tanto que, com a formação que tiveram, que as mulheres tiveram, se tiver uma violência ao lado, no vizinho, o outro vizinho fica indignado com aquilo ali, “fica doido da cabeça”. E sempre está discutindo, sempre está conversando, tanto homem com homem, como mulher com mulher, sempre está discutindo ali. Assim, só um exemplo, eu tinha um vizinho... tinha não, tenho até hoje, que ele assim... ele era violento com a mulher. De tanto assim... as conversas que tivemos com ele, com ela, há anos que eles não brigam mais. Não brigam mais e estão juntos, já estão velhos. Há tempos que não se vê, “fulano está brigando com a fulana lá”. Foi através dessas conversas assim, de vizinho, a partir dessas formações que tivemos, que ajudou a união dessa família. Assim, é um exemplo só, que temos por perto de casa. Assim, é muito raro ver, mas se acontece... Tem sim, tanto coletivo quanto individual. As mulheres sabem se defender. Os homens também. E

coletivamente mais ainda, porque aí, senta, discute o problema, e vão estudar aquele problema juntos. E discute aquele problema ao fundo, lá do início. Porque não adianta você, se tem um processo acontecendo e você vai lá de peito aberto, querendo resolve na raça lá, que isso não resolve nada. Prejudica mais ainda, não é? Acho que, nessa questão da violência, acho que você tem que ter aquele jeito de você tratar daquele processo do início, desde o início, lá de trás, para quando chegar aqui, aquela questão da violência está sendo resolvida não só nesse momento, de agora, mas futuramente. Mas o processo tem que começar lá atrás e no coletivo se discute isso. Que tem que se discutir do início, porque está acontecendo aquele processo hoje, para que, no futuro, não tenha mais. E é na discussão coletiva que se discute isso. E as mulheres têm um papel fundamental nisso aí. Que elas discutem, sentam, debatem, para chegar até a atualidade. (Marilda; Entrevista com Marilda, março/2013).

Essas relações de vizinhança sem cunho político, em especial, na fala dos/as entrevistados/as no Assentamento Geraldo Garcia que não se reconhecem como militantes e atuantes de movimentos sociais⁵, aparecem como mecanismo não efetivo para a superação das situações de violências contra as mulheres do campo, posto que elas não têm esse caráter de movimento. “Você sempre sabe. Uns ajuda e outros estorvam. Se puder te dar tua facada te dá. E você não está nem esperando.” (Vânia; Entrevista com Vânia, março/2013).

Nesse caso, são relações que ora podem constituir-se como suporte, ora não, dependendo das situações e da convivência estabelecidas entre vizinhos/as, vistas como uma ação rotineira, sem sentido político; por isso, a contradição expressa na fala dos/as entrevistados/as.

Por outro lado, a atuação de um dos movimentos camponeses nacionais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao qual o Assentamento pesquisado está vinculado, teve maior expressividade quando os/as entrevistados/as foram questionados sobre a atuação dos movimentos sociais para romper e/ou coibir situações de violências contra as mulheres do campo.

Convém assinalar que o MST, fundado em 1984, no Estado do Paraná, pelos trabalhadores rurais envolvidos nas lutas pela democracia da terra e da sociedade, tem discutido as diversas formas de violência que trabalhadores e trabalhadoras rurais enfrentam diante do capitalismo, apesar de ter, como objetivos principais, a luta pela terra, a luta pela

⁵ Observamos o reconhecimento ou não de militantes de movimentos sociais mediante o conteúdo das entrevistas e convivência nesse espaço social – o autorreconhecimento e também o reconhecimento pela comunidade.

reforma agrária e a luta por mudanças sociais no País (SECRETARIA NACIONAL DO MST, 2010, p. 06-11).⁶

Ao longo de sua trajetória, o MST sempre esteve focado na luta contra o chamado “grande capital”; contudo, ao final da década de 1990 e, especialmente, no início do século XXI, passou a discutir questões de maior amplitude, como, por exemplo, sobre mulheres e gênero, temas de importância singular para os processos de luta do Movimento.

Em 1995, ocorreu o I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais, com a presença de mulheres de várias organizações rurais, para discutir a necessidade de incorporação dos direitos, já conquistados pelas trabalhadoras urbanas, como, salário-maternidade, auxílio doença, acidente de trabalho, entre outros. O Jornal Sem Terra, publicado em novembro do mesmo ano (1995), demonstrou as influências desse Encontro para o MST, ao enfatizar que gênero e classe entrelaçam-se e sua combinação é fundamental tanto para construção de novas relações de gênero, como de um projeto de sociedade democrática e popular. (GONÇALVES, 2010, p. 01).

No ano de 1996, surgiu a primeira cartilha organizada pelo Coletivo Nacional de Mulheres (hoje denominado Coletivo ou Setor de Gênero), sob o título “A questão da mulher no MST”, que alertava para a discriminação enfrentada pelas mulheres, nos Acampamentos e Assentamentos, e a necessidade de uma estrutura que possibilitasse sua participação. (GONÇALVES, 2010, p. 01).

Embora com muitas dificuldades, inclusive para o próprio Coletivo Nacional de Mulheres, decorrentes dessa discussão, houve avanços, sobretudo no que tange à conscientização de tratar-se de um problema de caráter político, com necessidade de estabelecer a relação entre gênero e luta de classes. “[...] A questão adquire maior seriedade e passa a ser mais problematizada”. (GONÇALVES, 2010, p. 01).

Além dos planos e estratégias traçados pelo Coletivo Nacional de Mulheres, é possível perceber que, “[...] aos poucos, vão sendo deixadas para trás as chamadas ‘questões das mulheres’ e são introduzidas as ‘questões de gênero’ como uma categoria mais abrangente e não para substituir a categoria ‘mulher.’” (GONÇALVES, 2010, p. 03).

Ancorado pelas discussões sobre gênero, o MST passou a incorporar lutas consideradas feministas, como a própria temática das violências contra as mulheres, embora de maneira considerada ainda tímida, quando comparada às suas outras ações. Por vezes,

⁶ Sobre a história do MST e a questão agrária brasileira, ver Bernardo Mançano Fernandes (2000; 2001).

como um complemento, em especial, sobre violências doméstica e familiar, já que as violências ligadas aos espaços públicos, como as decorrentes do agronegócio e do capitalismo, pautaram suas reivindicações de forma mais incisiva.

Todavia, para tratar dessa temática, abrangendo também a esfera doméstica e familiar, o MST foi impelido pela Campanha Mundial pelo fim da violência contra as mulheres, lançada pela Via Campesina, em 2008, cujas prerrogativas estão elucidadas na Cartilha *As camponesas e os camponeses da via campesina dizem basta: basta de violência contra as mulheres* que propôs a reflexão e o debate sobre o tema da violência contra a mulher do campo, que faz parte do cotidiano de mulheres em qualquer parte do mundo, sistematicamente silenciado, naturalizado e invisibilizado pela sociedade capitalista e patriarcal.

Nesse sentido, a abordagem do tema das violências contra as mulheres do campo, por meio da atuação dos movimentos sociais, permite-nos problematizar esses espaços com características muito particulares, nas quais eles têm tentado alavancar discussões e/ou reflexões. Permite revelar, ainda, os silêncios, os vários não-ditos, a desnaturalização das desigualdades entre homens e mulheres, fazendo emergir as condições perversas de produção e de reprodução da vida. (D'OLIVEIRA, 2008).

Na pesquisa em campo, ao procuramos verificar a atuação dos movimentos sociais em matéria de violências perpetradas às mulheres, os homens e as mulheres do Assentamento Geraldo Garcia mencionaram a existência do MST e outros movimentos sociais ligados à luta pela e na terra. Os movimentos Feministas e de Mulheres foram lembrados de uma forma menos concreta que os camponeses, conforme evidenciamos anteriormente, porém, também existentes.

Olha, eu acho que além do MST, tem o MMC, que é o Movimento de Mulheres Camponesas, e eu acho que a CPT também faz um trabalho, mas é minino ainda. E eu acho que só esses três, não têm... de luta pela terra mesmo, não tem outro movimento, que eu conheço, não. (Antônio Carlos; Entrevista com Antônio Carlos, janeiro/2013).

Além do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma das entrevistadas lembrou-se do movimento sindical.

Eu tenho falado muito para nossas mulheres do campo, porque assim como o movimento sindical tem buscado quebrar esses enigmas, que a gente tem até

hoje, porque quebrar o tabu diante do machismo dos homens brasileiros não está sendo nada fácil, tem muitos que fingem que aceitam, mas, por dentro, está “aquele machão do tamanho de um elefante”, mas, por ele se acomodar, porque, às vezes, a mulher vai para frente, vai para luta e é ela que mantém a casa, às vezes, até a cueca do próprio marido, ele se finge de bonzinho e acha que está sendo um grande companheiro com ela, mas por dentro ele “está se roendo”. (Eugênia; Entrevista com Eugênia, abril/2013).

Convém acrescentar que as violências contra as mulheres do campo foram bandeiras de luta incorporadas pelos movimentos sociais muito recentemente, embora estivessem implícitas ao discutir e tentar romper com as amarras do machismo, por exemplo, conforme citou a entrevistada Eugênia.

No MST, as discussões sobre as violências geradas pelo agronegócio, agrotóxico e do mundo público são mais antigas, porém, violências doméstica e familiar foram incorporadas muito recentemente nas discussões e reflexões do Movimento, ainda em processo incipiente de “afirmação”. Contudo, o MST foi, majoritariamente, reconhecido como um importante aliado na luta e enfrentamento das violências seja por militantes ou não.

Olha, eu não participo muito do Movimento não, mas... Não posso nem falar, porque eu não participo não é. Não estou lá dentro para ver se estão querendo fazer alguma coisa para ajudar a gente ou não. [...] Mas, diz ela [uma militante], tem muita coisa boa no Movimento, é que eu larguei mão, não tive mais tempo de sair. Então eu não posso falar. Eu não sei os projetos deles, eu não sei, não posso falar se estão fazendo alguma coisa ou não. (Luana; Entrevista com Luana, março/2013).

Com certeza que sim. Eu aposto sem medo de errar. Não por eu fazer parte dela, mas por ser ela... Essa organização, a única que eu veja das outras... Pode ter outras, mas a que eu conheço e vejo que estão realmente interessados em busca de uma sociedade melhor, de igualdade, de que homem e mulher sejam realmente companheiros, é nessa organização. (Bruna; Entrevista com Bruna, março/2013).

Não estou falando porque eu pertenco ao Movimento, não falando por isso, mas eu acredito que sim. Acredito que sim, porque já teve muita interferência e muita ajuda. E muita ajuda reconhecida também. Depois a pessoa ir lá e te agradecer, “olha, vim aqui te agradecer por isso, por aquilo e por aquilo. Te agradeço por isso”. (Marilda; Entrevista com Marilda, março/2013).

Assim, também se expressa Ronaldo “Pensa. Pensa. Trabalha, heim. Eu falo, eu fui coordenador do Movimento, na época. O Movimento trabalha contra isso aí, contra a pobreza, fome, miséria...” (Ronaldo; Entrevista Ronaldo e Isadora, janeiro/2013).

Se, por um lado, as pessoas reconheceram a atuação do MST para as mulheres em situação de violências, por outro, é importante destacar que isso pode estar subentendido por meio de outras discussões, como “pobreza, fome e miséria”, mencionadas por Ronaldo, que não propriamente a de gênero e violências.

O Movimento apresenta algumas dificuldades para as reflexões sobre violências e mulheres, devido à tradição marxista pautada na categoria de classe social, sem relação com outras categorias, como, gênero, diversidades, etnicidade e outras, conforme evidenciado por Farias (2011). As demais categorias, sobretudo, gênero, são fundamentais, mas o MST apresenta limitações para transportá-las do plano teórico para o prático.

Isso retrata as contradições vivenciadas no seio do MST. Alguns/as entrevistados/as, mesmo reconhecendo a importância do Movimento, falaram de outras contradições que também refletem o modo como os movimentos sociais têm sido concebidos na contemporaneidade. São lacunas como a existente na concretização de condutas para coibir e romper com situações de violências.

Por exemplo, eles vão lá, vão num lugar, num Acampamento, num Assentamento, até porque hoje são poucos Assentamentos que aceitam também esse tipo de coisa, o Movimento. Isso aí é só no Acampamento, depois acaba muita coisa. [...] E aí, vão lá, eles estão sabendo da história, do acontecimento lá e tal, às vezes eles podem ir lá, eles fazem uma reunião, aconselham, aquela coisa toda, mas isso fica por isso mesmo. (Isadora; Entrevista com Ronaldo e Isadora, janeiro/2013).

A entrevistada aponta as dificuldades de continuidade de trabalhos políticos, de formação e de suporte efetivo quando, por exemplo, se tem conhecimento de uma situação de violência sobre uma mulher, no Acampamento e, principalmente, no Assentamento. Percebe-se que muitas coisas se modificam na trajetória de luta pela terra, pois ao se consolidarem a partir da inserção nos lotes e/ou sítios, há uma dificuldade até mesmo de continuidade das ações do Movimento, como se o objetivo da reforma agrária tivesse sido atingido e as demais questões aparecessem como menos importantes ou de segunda ordem. Outra entrevistada retoma a diferenciação da atuação do MST no Acampamento e no Assentamento e insere novas problemáticas.

Olha... o MST, aqui, no Assentamento, aqui em si, se ele tem pensado, eu não sei porque, deve ter pensado... eu acho que sim, porque na época de acampado [...] tinha essa preocupação, tinha esses estudos, sobre gênero, tinha palestras, tinha sempre essas discussões. Eu acredito que continuam

tendo, só que o MST aqui, foi muito enfraquecido, sabe? As pessoas aqui, por erros, eu vejo assim, de algumas lideranças do MST, corrupção e essas coisas que algumas lideranças cometeram, a comunidade, a maioria, vamos supor assim, tipo uns setenta, oitenta por cento, se revoltaram contra a entidade que é o MST, você entendeu? E não aceita nada que venha através do MST, tem essa resistência, criou uma resistência, uma barreira entre a comunidade e o MST. Mas aqui tem a CEPEGE, que é um centro de formação do MST, mas é desligado, o pessoal não aceita, assim, perdeu a credibilidade para a comunidade, para os assentados. (Ivonete; Entrevista com Ivonete, abril/2013).

Muito embora, a entrevistada acredite que o MST seja uma possibilidade para as mulheres superarem situações de violências por trabalhar temáticas relacionadas às suas demandas e reivindicações, sobretudo, na época do Acampamento, fala do enfraquecimento do Movimento, quando houve problemas, ou o que denomina de “corrupção e essas coisas”. Levou a comunidade a personificar as ações e condutas do Movimento, criando “resistências e barreiras” para um maior envolvimento e participação da comunidade. Por conseguinte, a entrevistada Bruna menciona outra dificuldade, a de “reunir pessoas”, que também é própria dos movimentos sociais da contemporaneidade.

Isto [aglutinar pessoas]. E não é só aqui no Geraldo Garcia. Isso, quando nos reunimos a gente discute e vê que quase todas as bases do campo tem essa dificuldade. Se bem que tem mulher que estão se destacando, que eram recalçadas, que tinham dificuldades e, hoje, elas estão coordenando, estudando, se formando, indo a faculdade, criando seus filhos até sozinhas. E isso para nós é muito orgulho. Cada vez que uma dessas companheiras chega lá é um orgulho muito grande como se eu também tivesse chegando lá, como se as outras mulheres chegassem juntas. (Bruna; Entrevista com Bruna, março/2013).

Sua fala também revela que, se por um lado “as bases do campo” congregam dificuldades de “aglutinar pessoas”, por outro, enfatiza que o Movimento proporciona, às mulheres, autonomia e mudanças nas suas condições de vida, “coordenando, estudando, se formando, indo à faculdade, criando seus filhos sozinhas”, transitando em outros espaços sociais, que podem traduzir em possibilidades para o rompimento com as amarras do machismo e, por conseguinte, das violências encontradas e vividas.

Fala que converge com a afirmação de Menegat (2012), ao mencionar que, historicamente, as mulheres do campo tiveram o espaço da casa, como seu local de pertencimento, e o da roça, na condição de “ajudante”, contudo, atualmente estão

ressignificando os espaços de atuação e de poderes, como por exemplo, as serem auto-reconhecidas como “líderes de lares” e na inserção de cursos acadêmicos universitários.

Assim, nosso entendimento é o de que mediante a percepção das mulheres como pessoas que ocupam posições importantes de “líderes de lares”, isso promoveu transformações sociais outras, referentes ao que entendemos como atividades produtivas, bem como a visibilidade das próprias mulheres, criando bases para outros encaminhamentos que, por vezes, aparecem como extensões da casa, mas que pelo seu caráter são muito distintos. São os exemplos de mulheres assentadas que atuam como comerciantes de produtos nas feiras, professoras nas escolas da comunidade, agentes de saúde, militantes de movimentos sociais, acadêmicas de cursos universitários e muitas outras frentes, partem delas novas frentes, cunhadas na trajetória de luta pela terra. Assim, falar da terra é falar de outras coisas que parecem levar para múltiplos caminhos. [...]. (MENEGAT, 2012, p. 230-231).

Portanto, pensar em ambos os Movimentos e suas articulações, além da perspectiva do MST, significa pensar em teias de relações estabelecidas, que podem promover possibilidades de autonomia, de mudanças, de transformação social e, no caso das violências, mecanismos para superação de tais situações, ainda que hoje possam existir lacunas importantes, próprias e características dos movimentos sociais na atualidade.

As iniciativas dos movimentos sociais rurais no enfrentamento às violências contra as mulheres, como é o caso do MST, têm sido registradas, mas são ainda tímidas e limitadas frente a um cotidiano bastante complexo e contraditório, tanto as internas aos próprios movimentos, quanto as externas, ambos os espaços são envolvidos por elementos do patriarcado, do conservadorismo, do machismo. Além disso, vale registrar a inexistência de uma reforma agrária digna e condizente em nosso País, no cenário do capitalismo.

Embora se reconheçam as possibilidades de ação para romper e coibir situações de violências contra as mulheres do campo, os denominados Novos Movimentos Sociais, sobretudo, o Movimento Feminista, de Mulheres e o MST, possuem muitos desafios a serem enfrentados, não só os decorrentes do cotidiano, como também os do próprio “esvaziamento” de significados registrados na última década do século XX e início do XXI.

Esse “esvaziamento” encontra sua principal ressonância nas limitações do diálogo e da aproximação com o Estado. É sabido que os movimentos sociais não buscam o poder estatal, mas, sim, uma autonomia, quando, por exemplo, muitos movimentos respondem ao sentimento de frustração e de injustiça frente à inoperância e ineficiência do Estado, no contexto de forças políticas e econômicas mundiais. Por outro lado, a coexistência dos

movimentos sociais com Estados nacionais, suas instituições, processos e partidos políticos, constitui um problema, pois tende a negar sua condição de movimento social. (FRANK; FUENTES, 1987, p. 34-37).

Para as práticas que se institucionalizam e que, de certa forma, perderam o caráter de autonomia, surgem “velhas” práticas clientelistas, ressignificadas e a política assume outras faces (GOHN, 2010), tornando-se terreno de preocupação para os movimentos sociais.

Outro desafio insere-se na conexão efetiva entre os diferentes movimentos sociais, como o caso aqui em questão: o Feminista, de Mulheres, e o MST, ou seja, a solidez das chamadas redes de movimentos sociais, que pressupõem a articulação em rede de vários atores e organizações da sociedade civil, formando uma comunidade de sentido que visa algum tipo de transformação⁷. As redes de movimentos podem tornar possível modificar a realidade impressa pelas violências contra as mulheres, captando e atingindo elementos do mundo rural e urbano e, ao mesmo tempo, explorando suas especificidades.

Esse cenário, reflexo de um cotidiano contraditório, também desvenda possibilidades de superação de relações de violências e busca por autonomia para essas mulheres, especialmente quando esse mesmo cotidiano pressupõe a existência de resistências frente as dificuldade diárias. Caracteriza, assim, de maneira difusa, a própria matéria-prima para a elaboração de um contradiscurso criativo e propositivo, ou seja, uma nova lógica (CERTEAU, 1994), que não pode ser desconsiderada.

Certamente, novos rumos poderão ser trilhados pelos movimentos sociais para abordar o tema das violências contra as mulheres no campo, pois os “[...] movimentos sociais operam como fontes populares de informação, aprendizado e conhecimento político que tendem a ser ampliados e redefinidos pela própria prática e sua dinâmica.” (SADER, 1988, p. 13). Ou, ainda, a observância dos Novos Movimentos Sociais como “[...] produto-produtor de uma nova cultura. [...]”. (SANTOS, 1997, p. 278).

A força dos movimentos sociais associada às redes, às lutas das pessoas, à experiência, à participação, ao diálogo, ao cotidiano, à subjetividade, enquanto espaço de atuação política, pode nos desvendar novas realidades e contribuir para relações de gênero equitativas e sociedade sem violências contra as mulheres.

⁷ Conceito de redes de movimentos sociais mencionado por Scherer-Warren (2012).

3.3. Outras estratégias das mulheres do campo para coibir e/ou romper as situações de violências: autonomia, empoderamento e resistências

As estratégias cotidianas utilizadas pelas mulheres do campo para coibir e/ou romper as situações de violências podem estar presentes de diversas maneiras. Mesmo com limitações decorrentes da pouca efetividade das políticas públicas enquanto suporte Institucional e institucionalizado, e a complexidade dos movimentos sociais, enquanto sociedade civil organizada, as mulheres encontram outros caminhos para a superação dessa situação, dado as condições de sujeitos sociais, de autonomia, de protagonismo, de luta para o enfrentamento das violências.

As relações de violências não são marcadas por uma contínua passividade ou ausência absoluta de poder. Cavalcanti et al. conceituaram violência de gênero nessa perspectiva, ou seja, como uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais e hierárquicas entre homens e mulheres, sem, contudo, implicar ausência absoluta de poder na parte subalterna, em geral, as mulheres. (2013, p. 163).

[...] a condições de vítima da mulher que se encontra em situação de violência reforça os estereótipos correntes de que as mulheres, nessas situações, seriam sujeitos incompletos e carentes de tutela especializada, incapazes de superar as dificuldades vivenciadas. [...] Parte das mulheres agredidas, ao contrário do que parece indicar o senso comum, não são vítimas passivas incondicionais. Elas utilizam dispositivos para proteger a si mesmas e a seus filhos, e o que seria interpretado como passividade pode ser uma estratégia de sobrevivência ou de mudança na relação conjugal e familiar. (CAVALCANTI. et al., 2013, p. 163-164).

Os “dispositivos” mencionados pelos autores são as novas relações que vão se estabelecendo paulatinamente no cotidiano, sem que isso signifique, muitas vezes, o rompimento imediato de situações de violências. Manter-se nas mesmas condições pode significar “estratégia de sobrevivência” ou tentativa de “mudança na relação conjugal e familiar”, ainda que momentânea, pautada na existência de poderes femininos numa sociedade dominada pelo poder masculino. Servimo-nos das considerações de Perrot, ao afirmar que as mulheres “[...] utilizando os espaços e as tarefas que lhes eram deixados ou confiados, elas elaboraram, às vezes, contrapoderes que podiam subverter os papéis aparentes.” (2005, p. 273). Significa que não são “vítimas” ou sujeitos passivos, mas exercem, de diferentes formas, relações de poder.

Experiência registrada no relato de Lucimara que, após ter vivenciado situações de violências doméstica e familiar, houve um momento determinado, certamente gestado nessas relações cotidianas de poder, que rompeu com as amarras das violências.

[...] porque da última vez que ele veio pra cima de mim, ele veio e me bateu, daí ele me jogou no chão... Eu não machuquei porque estava frio, com um edredom bem grossão, que eu fiz, de lã de carneiro, grosso. Daí eu caí, assim desse lado (mostra lado do corpo, próximo ao quadril). Ficou tudo roxo. Meu irmão falou, “vamos na polícia”. Eu falei, “larga pra lá, esse miserável, deixa isso pra lá. Nada vai valer meu sossego, minha paz.” Daí meu irmão me levou embora. Daí, eu nunca mais voltei pra ele. Ele foi atrás de mim e falei, “não quero mais, nunca mais, nunca mais”. (Lucimara; Entrevista com Lucimara janeiro/2013).

Sem contar com o suporte Institucional da “força policial”, a entrevistada menciona um basta na situação “não quero mais, nunca mais, nunca mais”. A figura masculina, expressada pelo irmão, foi apenas um “auxílio” para seu deslocamento, já que sua decisão, enquanto sujeito social, já estava tomada, ou seja, de não mais vivenciar violências por parte de seu companheiro.

Alguns mecanismos se estabelecem a partir das próprias relações de violências já vivenciadas durante a infância, a adolescência e outras etapas da vida social dessas mulheres, associadas à experiência de vida, como descrita na história de Bruna⁸.

[...] Eu acho que, quando criança, eu assisti muita violência dentro do seio da minha família. Eu sofri muito, eu vi a minha mãe sofrer, vi meus parentes sofrerem, eu vi pessoas conhecidas sofrer. Fui criada fora do seio da minha família exatamente por causa da violência. Então tudo aquilo que estava aqui ó [gesto com a mão mostrando estar engasgada, sufocada com a situação], trancado dentro de mim, eu não sabia como trabalhar. Na minha juventude eu era uma moça até bonita, prestativa, mas sempre teve os galanteios de mal gosto, o assédio e eu sempre recusei tudo isso, porque eu já trazia lá debaixo

⁸ O conteúdo dessa entrevista parece, por vezes, se confundir com uma história de vida, entendida como aquela que “[...] têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que se fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou. [...]” (ALBERTI, 2010, p. 175), mas apenas trata-se de elementos importantes da história de uma mulher em determinados períodos vividos, para pensarmos nas estratégias utilizadas pelas mulheres do campo face às violências, que não poderiam ser negligenciados pela pesquisadora. O conteúdo e o foco permanecem os mesmos previstos metodologicamente com a utilização da entrevista temática. É o que alerta Alberti de que “Em geral, a escolha de entrevistas temáticas é adequada para o caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, com um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicos. Nesses casos, o tema pode ser de alguma forma ‘extraído’ da trajetória de vida mais ampla e tornar-se centro e objeto das entrevistas. [...]” (2010, p. 175).

uma bagagem. Eu pensava que podia existir um mundo melhor, diferente, sem tudo aquilo. Então a vida inteira eu trabalhei em várias atividades, em várias funções, mas aqui dentro eu nunca estava legal, faltava alguma coisa, eu precisava achar o meu povo, achar gente igual a eu. Foi quando eu encontrei o movimento. E daí é que eu descobri que existia gente igual a eu, que tinha revoltas, que tinha indignações, que queria qualidade de vida, queria direitos iguais, queria que o homem não fosse a força, mas sim fosse a parceria. O movimento tem muito haver. Parece que foi um encontro. É como se fosse, eu entrei na casa, eu era um botão [risos]. (Bruna; Entrevista com Bruna, março/2013).

A entrevistada relata que vivenciou violências doméstica e familiar, levando-a a ser “criada fora do seio familiar”, convivendo com essas situações com pessoas próximas e, depois, na juventude, com outros tipos de violências, como o assédio. Que o que “estava trancado” foi transformando-se em processos de enfrentamento das violências e de militâncias, face aos ideários de transformação social.

História “semelhante” à da pesquisadora colombiana Suárez que, ao relatar sua vivência pessoal, menciona processos de “desconstrução”, partindo do que denomina de resistência passiva, quando permaneceu em situação de violências doméstica e familiar em seus dois casamentos, transitando para uma resistência ativa, rompendo com seus próprios medos. “[...] Siempre existe salida de esse infierno patriarcal. Y esta salida es hoy, porque también existe un mañana. Llegó La hora de levantarse.” (2007, p. 170).

No caso da entrevistada, ao continuar sua trajetória de vidas e de lutas, romper com violências geradas pela exclusão e pela falta de investimento para reforma agrária, fez com que ela também estivesse envolvida em outras relações de violências, mas que fica evidente seu protagonismo.

[...] Aí a gente segurou um caminhão, que era do Atacadão e um caminhão da Flamboyant. Para você ver, a gente não tirou a mercadoria, nós tiramos algumas caixas de leite, seguramos o caminhão e dissemos para o motorista que as crianças estavam sem leite, que a gente ia tirar somente leite. Só que o motorista, não sei o que ele fez do restante da mercadoria. [...] Se a gente soubesse que ia pagar por tudo... [...] A gente tinha pego tudo. Colocaram lá 20 toneladas de alimentos do Atacadão. A gente não sabia o que mais tinha lá. Nós pegamos apenas o leite. Se não me engano deu umas 20 caixas ou 30 caixas de leite ninho. Isso nós pegamos sim. E dissemos também que isso o governo estaria devolvendo, pagando para eles. Tudo bem, nós descemos o motorista, servimos tereré. Nós... os outros companheiros, porque eu não participei, eu estava cuidando das mulheres que assustadas com a situação, nunca tinham visto isso. Elas desmaiavam, tinham mulheres grávidas tudo. Eu era do setor da saúde. Agora, o caminhão da Flamboyant, que era de frios, nós tiramos realmente tudo. E outra, o caminhão estava sem nota. No dia seguinte, a gente precisava prestar um depoimento sobre o que a gente

tinha feito, porque tinha feito. [...] A gente precisou passar pela polícia militar e depois pela polícia civil. A gente não poderia, em hipótese nenhuma, ter entrado no carro deles. Eles não deixaram a gente entrar no nosso carro e a gente ir acompanhando-os até lá. Eles não confiaram. E precisava de pessoas que soubessem expressar o que realmente a gente estava fazendo, porque a gente fez isso. Porque, na verdade, a gente ia dizer o que é a verdade, que era apenas uma pressão em cima do governo, por isso, por isso e por aquilo. Mas quando a gente chegou lá, eles usaram de violência contra nós. Para início, lá no acampamento mesmo, eles levaram um de nossos companheiros de arrasto pelos cabelos... [...] Tomaram relógio, quebraram óculos, bateram no companheiro na nossa frente. Chegou lá... E eu fui uma das pessoas escolhidas, porque as outras já estavam com a ficha suja, como eles falavam, não de “bandidismo”, mas sim na luta... [...] Já tinham sido pego outras vezes, então não podia. E eu, por ser um a pessoa que eles achavam que sabia se expressar, saberia quando chegasse lá, passar para os policiais o porquê aquilo estava acontecendo. Chegamos lá, não deixaram a gente falar. Na polícia civil... Ah, na polícia militar até que foi mais suave, mas assim mesmo, ainda pegaram o companheiro, esse mesmo companheiro, bateram muito nele na nossa frente... (Bruna; Entrevista com Bruna, março/2013).

Nesse trecho da entrevista, há elementos que demonstram como uma mulher pode enfrentar formas de violências, como a exercida pelo Estado, seja pela não garantia de alimentos para os/as acampados/as, seja pelas forças policiais numa atitude repressiva e punitiva. Era uma atitude, na qual a entrevistada esteve muito presente, que visava, simplesmente, a garantia de direitos para as pessoas do Acampamento. O fato de ter “ido à luta” demonstra uma maneira de enfrentar a situação, ou ainda, o ecoar das crianças, das mulheres e de outros homens, que também participaram, direta ou indiretamente, do evento.

E aí, o delegado ficava com a camisa aberta, com aquela guaiaca cheia de bala, a arma desse tamanho [gesticula com as mãos para mostrar o tamanho], aqueles taurus [marca do revolver] aqui na cintura, qualquer movimento que a gente fazia ele batia assim [bate na cintura], batia de lado. Violência. Não deixou que a gente se comunicasse com a organização, com a secretaria nossa. Não deixaram, nem com advogado, com nada. O movimento tem nosso advogado. Não deixou. Então eles disseram que, tudo que a gente dissesse, seria contra nós. E o tempo todo, os soldados lá, da polícia, mostrava a arma na nossa cara, assim [gesticula para demonstrar]. Tipo para intimidar mesmo. Colocava na cabeça do companheiro que estava lá, todo apanhado. Virava e mexia dava um soco no estômago do “cara” lá. Para intimidar a gente. E aí, o que acontece? Passamos fome, passamos privações, passamos tudo. Porque a gente pedia para ir no banheiro, falavam, “você estão acostumados a fazer cagada em todo quanto é lugar, faz aí mesmo”. [...] Fomos muito humilhados, não é? E aí, poucos minutos depois que a gente estava lá, poucos minutos não, algumas horas depois, o delegado, na nossa frente, pegou o... aquele telefone antigo de parede, aqueles preto, e começou a ligar para todos os meios de comunicação que existia, que ele podia ligar. Que ele tinha pego uma quadrilha de bandidos, salteadores de

caminhões, que usavam arma branca – nossas ferramentas de trabalho. Que tinha... que eram saqueadores de carga de caminhão e uma série de coisas. Que nós tínhamos desacatado eles. Falando isso. E que estavam presos lá, essas pessoas. E na verdade não tinha acontecido nada disso. O motorista quando chegou, nós no camburão, eles perguntaram, “qual de nós? se ele reconhecia, quem tinha feito aquilo”, a primeira pessoa que ele viu foi eu. E eu nem tinha visto o “cara”. E ele apontou o dedo dele no meu nariz, “foi ela. Essa mulher me desceu do caminhão, com a arma no meu pescoço e fez isso, isso e aquilo”. E não era verdade. Eu não tinha participado. [...] E ele disse também que a gente tinha pego todas as cargas. Toda carga. E não era verdade. E não deixaram a gente falar. O motorista do Flamboiant, no dia seguinte, apareceu com nota lá. Um total X de frios que a gente tinha tomado. [...] O do caminhãozinho, que era pequeno, a gente tirou mesmo tudo. Era frango gelado, essas coisas toda. Isso eu sei que a gente tirou. [...] Não tinha nota. E no dia seguinte tinha. E aí, passamos o dia inteirinho, até que alguém, não sei de que forma, consegui entrar em contato. Nós não tínhamos a facilidade da comunicação de hoje. Aí eles chegaram lá. Aí eles já tinham lambuzado os dedinhos de todos os companheiros, inclusive o meu. Lambuza 20 vezes o seu dedo, os 20 dedos, são duas vezes 10. E posto num papel lá. Só que nós não tínhamos assinado o depoimento, afinal nós não depomos nada. [...] Não deixaram a gente comer, não deixaram beber, não deixaram falar nada. A gente tava quase explodindo de fazer as nossas necessidades, mais nada.[...]. (Bruna; Entrevista com Bruna, março/2013).

E continua lembrando as inúmeras violências a que foi submetida, física, verbal, psicológica, simbólica... Atitude de criminalização de ações do Movimento na qual Bruna tinha papel ativo, sobretudo, quando da sequência no comentário sobre o fato.

[...] E aí, eles queriam que as pessoas assinassem o depoimento. As pessoas, por pressão, acabaram assinando, e eu até hoje não assinei. [...] Porque a doutora falou, “mas você tem que assinar seu depoimento”. “Mas tudo que eles escreveram nesse papel eu não falei, eles nem me deixaram falar” [disse Bruna]. Aí, o cara fez assim para mim... [gesticula com as mãos demonstrando ameaça] Eu lembro até hoje. O delegado fez assim... Em sentido de ameaça. [...] Intimidando. “Mas eu não assinei”, eu continuei repetindo, “eu não assinei isso aí”. Tanto é, que eles colocaram desacato à autoridade, um monte de vez, para mim. Aí, eles foram lá e escreveram, escreveram, “agora a senhora lê”. Eu não falei nada e isso aqui também não é verdade. Então eles desmancharam aquele depoimento um monte de vezes e eu saí de lá, rebelde mesmo. Eu saí rebelde. Eu falei, “eu não vou assinar nada”. A doutora falou, “mas você tem que assinar”. “Eu não vou assinar. Eu não falei isso. Eu não vou assinar. Põe o que quiser aí, porque eu não vou assinar. Não vai valer mesmo”. Eu ainda falei para eles, “se existir lei, isso aí não vai valer nada. Porque ninguém falou nada. Se eles assinaram...” porque eu já estava com raiva, “...se eles assinaram é porque são burros mesmo. Que nós não fizemos nada e não falamos nada”. [...] Aí, uma ocasião eu tava com prisão decretada por oito meses e alegaram que eu nunca tinha... que não me achavam por isso que eles... para responder os inquéritos lá. E daí precisou decretar prisão. Aí eu respondi para eles, que eles perguntaram para mim se eu não tinha lido no diário oficial. Aí eu tive que responder na altura, “Falei,

gente, se vocês quisessem realmente achar, me achar ou nos achar, vocês sabem onde é a secretaria. Vocês... era só procuram onde é o MST. Embora a gente tivesse no acampamento, chegaria até nós”. Eles falaram, “não, vocês tem obrigação, vocês são comunicativos, vocês tinham que achar”. E daí eu fiquei aborrecida. [...] Daí lá, uma mulher bateu na mesa pesado lá, duro. “Que porra, vocês não sabem ler. Já está no diário oficial há oito meses”. Falei, “ah doutora, a gente... onde a gente mora, a gente não usa nem papel higiênico por falta de condições de comprar. Como é que nós vamos ter acesso a diário oficial”. Ela se aborreceu. Colocou mais uma vez, desacato a autoridade. [...] Mais um desacato [risos]. [...] Eu nunca me incomodei. “Põe. Se é a justiça que está pondo, põe”. Eu sempre usei esta expressão. “Se é a justiça que está pondo, e a justiça não é cega, põe”. Desacato de novo [risos]. Eu não assinei. [...]. (Bruna; Entrevista com Bruna, março/2013).

Mais ameaças, coação, repressão... novas formas de violências coexistiam naquele momento, e a entrevistada permanecia na defesa de seus direitos e demonstrando evidentes resistências, ainda que isso lhe causasse (e causou) penalidades, injustiças, certamente, quando analisadas num contexto social em que essas violências ocorreram, ou melhor, quando não houve alternativas para que fosse coparticipante de processos que “pressionavam o Estado” e garantiam a sobrevivência na luta pela e na terra, na luta pela vida.

Outro episódio narrado pela entrevistada também revela um cotidiano marcado pela continuidade de situações de violências, seja pela sua afirmação enquanto sujeito dentro do próprio Movimento, seja pela afirmação de trabalhadora rural.

[...] Aqui os “Dib”, que eram fazendeiros, donos disso aqui eram todos aliados as pessoas que fazem o papel de justiça no município e eles nunca aceitaram a perda disso aí. E tem uma parte da história que eu acho que você vai gostar. Nós éramos só duas coordenadoras na ocasião. É, Estaduais. Era uma dificuldade para os homens votar em nós. Enfim, nós conseguimos ser. E já estava já, naquele processo final, de acampamento para assentamento. E foi essa terra que... briga... ganha três vezes na justiça. Que os fazendeiro não aceitavam e daí chegou na Justiça Federal e a gente acabou ganhando. E aos fazendeiros foram lá. Foi o Hélio, que era o pai, os dois filhos, mais uns capangas, tudo armado naqueles carros “Mitsubishi”, aqueles carrão preto, chique, não é? E a gente da nossa segurança usava uns “cacetetizinho de aroeira”. Fazia nossa guarda. Aí a gente estava lá e eles chegaram, tentaram intimidar a gente, era eu e a outra, e mais uns quatro coordenadores. Que existia uma equipe formada para receber esse pessoal, autoridade, jagunço, tudo, e eu e a companheira, eram duas dessas pessoas. Aí o “cara” chamava a gente só de vagabunda. Desacataavam a gente. “Aí essas vagabunda aí ó, que estão fazendo, em vez de estar fazendo serviço, trabalhando de doméstica por aí, estão aí, roubando terra, fazendo... prostituindo”, chamava a gente de tudo quanto era nome. [...] Aí a gente já ficava... já também, já tinha a terra ganho e ficava de boa, não é? Aí eles, o advogado para fazer média, para o fazendeiro e aqueles capanga tudo assim, oh [gesticula

colocando a mão na cintura como se estivessem demonstrando poder] , com aquelas armas assim, olhavam para nossa cara e comia a gente com os olhos sabe? Sabe, um total desrespeito. Aí o advogado falou, bateu nas costas do “véio” lá e falou, “doutor, se eu perder essa causa para esses vagabundos, para essas vagabundas aí ó, eu rasgo meu diploma e jogo para o alto. Rasgo picadinho e jogo para o alto”. E eu e a outra, a gente se entendia telepaticamente, a gente segurou uma na mão da outra, começamos a olhar para cima e rir. Ria assim, só pra nós mesmas, mas eles entenderam que estava debochando deles. “O que essas vagabundas estão rindo aí?” “Ah, do seu diploma, estou vendo um monte de farelo aí [risos], Nós estamos vendo farelo aí”. Menina, ele ficou bravo, entraram no carro... Na semana seguinte, saiu o resultado oficial da última audiência, eles estavam lá e nós também estávamos lá. E aí eles perderam. Foi dado para nós o direito de ser assentado. Não, foi dado para o MST, assentar as famílias que era de praxe, na ocasião, nós. E aí, eles estavam lá e a gente olhava uma para outra, e olhava para ele e olhava pra cima [risos]. [...] Cadê não é? [risos]. (Bruna; Entrevista com Bruna, março/2013).

Essa afirmação de sujeito mulher na luta pela e na terra tem um componente fundamental, de superar estereótipos femininos que, de um lado, colocam a mulher como a que deveria “estar fazendo serviço, trabalhando de doméstica por aí”, e por outro, “a vagabunda, a prostituta”. São modelos ligados às figuras religiosas cristãs, de Virgem mãe Maria, que zela pelos filhos e marido, pelo espaço doméstico, rainha do lar, mãe de todos os seres que vivem pela graça, piedosa, bondosa, maternidade divina, imaculada conceição e assunção, modelo de doação. E por outro, a Eva, mulher pecadora, amaldiçoada, enganadora, inimiga, nociva, chama voraz, loucura extrema, prejudicial, predadora dos homens. Modelos perpetuados desde a Idade Média que evidenciam o papel civilizador e moralizador da Igreja Católica ao longo de, aproximadamente, mil anos de formação da sociedade ocidental e está, certamente, muito presente na nossa história. (DALARUN, 1998).

A batalha, a luta e o enfrentamento das violências refletem o rompimento com tais modelos e a afirmação de sujeito social, inclusive, quando as resistências são mais evidentes, ao se negar a assinar algo que não declarou e não concorda, ou quando, num plano mais simbólico, remete às letras musicais, às poesias e à mística do Movimento, conforme continuou relatando o fato vivenciado.

E aí, o que aconteceu, na semana seguinte, eu não sei se o “velho” teve um ‘piripaque’ o que foi, que eles passaram a culpar a gente pela morte do “velho”. [...] Que o “velho” tinha ficado decepcionado, tinha ficado fragilizado e por causa disso morreu e que a gente pagaria caro. E tanto é, que acho que, se pagaria caro, realmente funcionou. Porque tantas dificuldades a gente enfrentou. Até ser assentado. E no dia em que todo mundo estava comemorando a vitória, eu estava lá em cima, no palco que

fizeram, eu e meu menino, fazendo a mística de entrega dos lotes, e lá embaixo estavam o INCRA e a polícia federal para me levar [...] que estava com prisão decretada, não podia receber o lote. [...] E o nosso companheiro Egídio Brunetto, que você conheceu, ele já tinha feito com que eu mudasse para cá. Era só duas estacas. Uma lá, outra aqui, e a lona em cima. Porque ele dizia, “se você entrar no lote, a gente pode defender você. Agora, se você estiver lá, no acampamento ainda...” Porque as pessoas que receberam ainda estavam lá, mas eu tive que vir para cá antes. [...] Para garantir. Se estiver no lote, do seu lote, [...] a gente pode defender. E a polícia estava lá, para me levar. E mesmo eu vendo eles, e mesmo sabendo que estava decretada minha prisão, eu continuei tranquilamente, o meu trabalho. Falando sobre a soberania... Eu tenho minha poesia, ainda, que eu mesmo fiz para os companheiros. Aquilo doía em mim. Que podia dar tudo errado, mas eu tinha uma confiança tão grande, porque o MST me deu essa garantia. Que acontecesse o que acontecesse eu não perderia, eu não deixaria de ganhar a minha terra. Meu filho não perderia a garantia de ser um filho assentado. Então eu continuei. E quando todo mundo ficou comendo seu churrasco eu segui com eles para Campo Grande. [...] E eu não quis entrar no carro da polícia federal. Eu falei, “eu não vou, eu não sou bandido, eu não roubei nada, eu não vou nesse carro”. Aí eu entrei no carro do INCRA. O que contra, com muito mau gosto me deixou entrar. “Eu vou aqui ou não vou”. Mas eu tinha que ir [risos]. E fomos lá no INCRA. E lá foi resolvido a situação. O Egídio arrumou um advogado muito, muito bacana, que com 15 minutos resolveu a situação daquele dia. Depois eu fiquei escondida lá em Campo Grande. Me esconderam por causa dos latifúndios, por causa dos capangas, das polícias que eles bancavam para cuidar a gente. Fiquei escondida uns dias, acho que uns 15 dias. Até sair realmente a legalização. Porque o processo que eu respondia, não dava direito de eu estar sendo procurada pela justiça. Era crime forjado, essas coisas toda e... Eu tenho esses papéis, eu tenho o que comprova que eu podia sim, ser assentada. Aí sim, eu voltei para o lote. Enquanto isso, meu filho estava aqui, sozinho. E meu filho lá em cima recitava “se plantando seremos milhões”, conhece essa poesia? [...] Eu vou te apresentar depois a... Eu não lembro ela toda, “se plantamos seremos milhões, mil motivos temos para plantar, planta-se uma semente para hoje, alimento se tem para amanhã...” uma coisa assim. Daí segue. Uma poesia muito bonita, te apresento depois. E meu filho olhava para eles assim e eu fazia sinal para ele continuar. Meu filho foi um grande companheiro. (Bruna; Entrevista com Bruna, março/2013).

Histórias de lutas, de resistências... E essa resistência implica na existência de uma relação de poder. É por meio dele que podemos modificar a dominação em determinadas condições e segundo uma estratégia precisa. (FOUCAULT, 2006).

Em sentido análogo, Perrot (1988, p. 167) lembra que o poder é um termo polissêmico, quando concebido no plural, denotando fragmentos múltiplos relacionados às influências difusas e periféricas, nas quais as mulheres têm sua grande parcela. São os poderes existentes para as mulheres, tanto na vida privada quanto na pública, permitindo-lhes traçar estratégias de lutas e de vidas face ao fenômeno das violências.

Ao escutar a entrevistada, enquanto pesquisadora, declaramos: “[...] Olha, vocês tem um a história que, gente... Não é para qualquer um.”. No mesmo instante, a entrevistada respondeu: “É, mas é a história do povo. Do povo. Então eu costumo dizer cada um de nós tem uma história. Eu componho a sua, você compõe a minha, e a gente faz um livro só. [...]” (Bruna; Entrevista com Bruna, março/2013). Isso nos fez refletir que há muitas histórias como a de Bruna, que vivenciou violências múltiplas, mas também foi e continua sendo protagonista, que converge para um processo de empoderamento.

O empoderamento é ponto importante para pensar os processos de resistência e emancipação feminina. Para Lisboa (2009, p. 300), o conceito de empoderamento, surgiu com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos, nos anos de 1970 – originalmente *empowerment*. Ele foi incorporado por feministas que discutiam gênero e desenvolvimento em nível internacional, e passou a ser discutido, no Brasil, no mesmo período.

Para a autora, o movimento de Mulheres tem utilizado o conceito no campo das relações de gênero e na luta contra a posição socialmente subordinada das mulheres em determinados contextos. Empoderamento remete ao conceito de poder como relação social, diferente do que normalmente se utiliza em ciência política, na relação com o Estado. Na leitura feminista, porém, deve ser fonte de emancipação, forma de resistência. (2009, p. 304). Processos que incidem para o enfrentamento das violências múltiplas às quais as mulheres estão submetidas.

Empoderamento na perspectiva feminista é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres; é pré-condição para obter a igualdade entre homens e mulheres; representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher como gênero; significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e às violações. (LISBOA, 2009, p. 304-305).

A autora acrescenta que, para os estudos feministas, o empoderamento das mulheres é condição para a equidade de gênero. O processo de empoderamento traz à tona uma nova concepção de poder, maior autonomia e emancipação feminina. (LISBOA, 2009).

No mesmo sentido, Deere e León (2002) referem-se ao empoderamento para a condição de afirmação de sujeitos de fato e de direito.

[...] noção de pessoas obtendo poder sobre as próprias vidas e definindo o próprio planejamento; é geralmente associado aos interesses dos desprovidos de poder, e pressupõe-se que seja uma expressão de mudança desejada, sem especificação de o que esta mudança implica. (DEERE; LEÓN, 2002, p. 53).

Quando as autoras afirmam que “[...] O empoderamento deve ser induzido primeiro pela criação de uma consciência da discriminação de gênero.” (2002, p. 55), pensamos nos mecanismos encontrados pelas mulheres em nossa pesquisa para romper e/ou coibir as violências vividas. Mesmo com limitações decorrentes da ação do Estado, do esvaziamento de significado dos movimentos sociais, sobretudo, quando expressaram as dificuldades de participação das mobilizações e ações dos Movimentos, as mulheres têm buscado enfrentar tais situações e articular outros mecanismos.

[...] Uma parcela das mulheres consegue romper com a relação dominada/dominante, saindo do estado de não-conhecimento para o do conhecimento. Sua consciência perde as características de dominada e passa a ter uma visão de conjunto das relações de gênero. Mais do que isto, muitas se lançam na luta pela ampliação da cidadania feminina, fazendo uma leitura dos direitos humanos a partir da óptica de gênero. Tais movimentos podem dar, e frequentemente o fazem, origem a políticas públicas compensatórias, visando a reduzir e até mesmo a eliminar as discriminações contra a mulher. (SAFFIOTI, 1994, p. 165).

O empoderamento também se expressa no rompimento da relação dominada/dominante, conforme menciona Saffioti, além de ampliar a cidadania feminina, sob a ótica dos direitos humanos e de gênero. Saffioti (1992) argumentou que a relação de dominação-exploração não presume o total esmagamento da personagem que figura no polo de dominada-explorada. A subalternidade não significa ausência absoluta de poder, pois há poder nos dois pólos da relação. (1992, p. 183-184).

[...] E, todas as sociedades conhecidas, as mulheres detêm parcelas de poder, que lhes permitem meter cunhas na supremacia masculina e, assim, cavar-gerar espaços nos interstícios da falocracia. [...]. (SAFFIOTI, 1992, p. 184).

Para Tedeschi (2012, p. 197), a relação de poder, assim como as relações de gênero no meio rural, pode ser observada em duplo sentido, a sua capacidade de afetar, que é o exercício de poder, propriamente dito, e a sua capacidade de ser afetado, o que provoca a resistência. Há uma relação dialética entre resistência e relações de poder.

Trata-se de um processo contraditório, dinâmico e contínuo. Se, por um lado, há violências que permeiam as trajetórias de luta e de vida das mulheres do campo; por outro, encontram estratégias para o enfrentamento delas, ainda que com poucos recursos e suporte Institucional. Os mecanismos ou as chamadas estratégias vivenciadas por essas mulheres são estruturados por novas relações de poder, pelos processos de autonomia e empoderamento que, paulatinamente, vão se constituindo.

Às vezes, esses mecanismos ocorrem no âmbito individual, em processos cotidianos, uma resistência que pode parecer mínima, mas que, certamente, contribui para a construção de novos valores sociais, com vistas às transformações das relações de gênero e poderes e, por conseguinte, romper com as amarras das discriminações e violências existentes.

Não são processos simples, visto que, conforme evidenciamos no desenvolvimento da pesquisa, há muitas lacunas em esferas importantes como o Estado e os movimentos sociais. Contudo, o enfrentamento e a superação das situações de violências para as mulheres do campo são possibilidades constituídas no decorrer de suas trajetórias de lutas e de vidas. As mulheres, de uma maneira ou de outra, paulatinamente, vivenciam experiências questionadoras da ordem patriarcal, de hierarquias de gênero e poderes, protestam contra as violências e desejam conquistar qualidade de vida e construir novas relações com equidade de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira vez que pensamos em discutir as violências contra as mulheres do campo, sabíamos que esse universo era bastante complexo e havia poucas referências e/ou estudos que retratassem o fenômeno. Contudo, o desejo de conhecer uma realidade social e, conseqüentemente, trazer contribuições nessa área do saber e também para as mulheres que vivenciam situações de violências, sempre desafiaram e impulsionaram a realização da pesquisa.

Conforme assinalamos na *parte introdutória*, se, por um lado, havia esse desejo motivado pela vivência pessoal, profissional e acadêmica, por outro, havia uma preocupação com a forma pela qual fosse possível estudar e refletir sobre a temática. Assim, dois pontos foram fundamentais. O primeiro, quanto às fontes históricas e o segundo, sobre o “campo de pesquisa” propriamente dito.

Com a naturalização e legitimação das situações de violências vividas pelas mulheres nas práticas cotidianas e, no caso, pelas mulheres do campo, há uma dificuldade de problematização, por conseguinte, de encontrar registros dessa realidade. O fato de termos localizado registros policiais ou boletins de ocorrências de uma realidade específica foi surpreendente e instigante. Abre caminho para novas pesquisas, perspectivas para utilização de novas metodologias e para inúmeras possibilidades de análises. Há a intenção de estender o estudo para toda a região do Estado de Mato Grosso do Sul, o que exige maior tempo e dedicação, e somente o período do mestrado não permitiu fazê-lo.

Quando nos propusemos a realizar a “pesquisa em campo”, no Assentamento Rural Geraldo Garcia, localizado em Sidrolândia/MS, preocupamo-nos também com a forma de abordagem para um assunto tão complexo e, principalmente, se esse grupo social poderia se sentir estigmatizado. Partir dessa realidade e demonstrar que as mulheres vivenciam violências em suas múltiplas expressões revela que, em inúmeros (senão todos) espaços sociais, essas violências existem, embora estejam invisibilizadas. Elas precisam ser questionadas e as pesquisas sociais podem contribuir nesse processo. Não se trata de uma constatação isolada, de um fenômeno comum em determinado lugar, apenas, mas que está presente em diferentes sociedades e contextos, independente de classe social, cor/raça/etnia, lugar, idade etc.

O espaço social rural tem especificidades e particularidades que revelam contradições, instabilidades, processos de idas e vindas, que desconstrói a visão romantizada

de um local “monótono”, sem conflitos sociais. São locais onde as relações de gênero e de poderes assumem configurações relacionadas com as formas de violências vividas pelas mulheres.

No *primeiro capítulo*, historicizamos essas violências que acompanham o Brasil desde a sua formação rural e patriarcal, e cujas marcas contribuíram para naturalizar as diversas formas de violências que acometeram e acometem segmentos em condições vulneráveis, como, crianças, indígenas, negros/as, idosos/as e mulheres. Essa foi a “base” para estabelecer relações assimétricas e de poderes entre os gêneros e, dessa forma, legitimar as violências.

Especialmente para as mulheres do campo, as violências podem ocorrer tanto nos espaços públicos, associadas ao capitalismo e ao agronegócio, quanto na vida privada, doméstica e familiar, cuja natureza também é indicadora de múltiplas expressões, de ordem física, psicológica, sexual, que envolve negligência, abandono ou privação de cuidados. Traz, portanto, consequências em todos os âmbitos da vida humana, tanto nas esferas sociais como individuais, uma violação aos direitos humanos. As violências contra as mulheres são, por vezes, invisibilizadas e naturalizadas.

Essas violências que acometem as mulheres do campo baseiam-se nas desigualdades entre os gêneros e nas relações de poder históricas, descritas, sociais e culturalmente. Também estão ancoradas nos elementos do patriarcado que se refere a uma forma de organização social centrada na figura do homem e é sinônimo de toda e qualquer estrutura social em que as mulheres ocupam posições subalternas, e de dominação masculina. Ele se transforma e ressignifica, estabelecendo as relações sociais assimétricas e as violências de gênero.

O conceito de gênero que indica as construções culturais ou a criação social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres, relacionado à existência e manutenção de relações de poderes, também possibilitou traçar o referencial analítico delineado no primeiro capítulo. As violências nas relações de gênero estão associadas às concepções cristalizadas e naturalizadas do feminino e do masculino, ou seja, das relações desiguais e hierárquicas entre os gêneros.

Evidenciam-se, assim, os denominados “retratos das violências vividas pelas mulheres”, ou seja, dados numéricos, divulgados por meio de estudos e pesquisas, além de chamar atenção para os que não são publicizados e são subnotificados. Juntos, revelaram a existência de violências múltiplas, sobretudo, a doméstica e familiar.

No município de Sidrolândia, localizado no Estado de Mato Grosso do Sul, *locus* da pesquisa, a realidade sobre os dados de violências vividas pelas mulheres do campo também demonstraram a existência do fenômeno elucidado. Com um recorte temporal, de 2006 a 2012, ao longo de seis anos, localizamos dados que podem ser considerados altos, quando pensamos no contexto das mulheres do campo e na realidade do município que apresenta dificuldades para afirmar mecanismos para o enfrentamento das violências. O universo de sessenta e um (61) registros policiais permitiu demonstrar e analisar os locais das ocorrências, os de maior incidência, os tipos de ocorrências (fato principal e outros fatos), relação com os autores, idade desses, idade das mulheres em situações de violências, sobre o uso de álcool, comunicante das ocorrências e número de ocorrências por ano.

Esse “retrato” traz dados inéditos quando se trata de mulheres do campo. No conjunto, tais elementos permitiram retratar a face, muitas vezes oculta, das opugnações perpetradas às mulheres do campo, a partir de um território específico, cujos dados convergiram, em muitos momentos, com pesquisas que têm procurado questionar o fenômeno. Associados aos aspectos qualitativos e às construções históricas, sociais e culturais formam o contexto dessa complexa realidade.

A partir disso, no *capítulo II*, nos debruçamos numa realidade mais específica, ou seja, o Assentamento Geraldo Garcia, *locus* da “pesquisa em campo”. Por intermédio das entrevistas e pautando-se em documentos administrativos institucionais e governamentais, descrevemos as trajetórias de lutas e de vidas no Assentamento Geraldo Garcia, em Sidrolândia/MS.

O predomínio de grandes propriedades rurais, especialmente com a pecuária extensiva, desde os primórdios do município, contribuiu para a concentração fundiária. Essa alta concentração de área para a reforma agrária é, na verdade, um dos fatores que explica o motivo pelo qual Sidrolândia tem o maior número de Assentamentos Rurais no Estado de Mato Grosso do Sul. Foi nesse contexto que surgiu o Assentamento Geraldo Garcia, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que tem onze anos de existência e é constituído por 181 famílias distribuídas e organizadas em 18 grupos. Sua produção concentra-se em atividades relacionadas à agricultura familiar, como, por exemplo, plantio de feijão, mandioca, milho; as que envolvem a criação de animais de grande e pequeno porte, como porcos, galinhas e gado; além das manuais e artesanais que também são realizadas pela população local.

Constatamos que as violências acompanharam a luta pela terra, atingindo crianças, homens, idosos/as e mulheres. Violências múltiplas presentes no processo de ocupação/desocupação/ocupação, oriundo da reforma agrária, prisões, mortes, insultos, preconceitos...

O cotidiano das pessoas, na luta para a constituição do Assentamento Geraldo Garcia, foi sempre marcado por relações contraditórias e complexas. Com tantos problemas considerados externos, que foram vivenciados e necessitavam ser enfrentados, tais como, o Estado, a polícia e outros, as relações sociais entre homens e mulheres, também se traduziam por representações, sobretudo, as decorrentes das relações de gênero e poderes, traduzidas de maneira expressiva nas relações cotidianas, de trabalho, tanto do Acampamento quanto do Assentamento.

As narrativas das mulheres e dos homens do Assentamento Geraldo Garcia evidenciaram que suas trajetórias foram marcadas pelas violências nos espaços públicos, mas também na esfera privada, doméstica e familiar, e se revestem, igualmente, de representações presentes no imaginário social. As relações de gênero e de poderes instituem tais representações, expressando-se por meio das violências como a psicológica, a física, a simbólica, a patrimonial, a opressão e a repressão. Elas são, na verdade, naturalizadas no cotidiano, no *habitus*. E quando são percebidas, o medo, a ausência de justiça, a falta de liberdade, as masculinidades, constituem alguns elementos que contribuem para perpetrar as desigualdades entre os gêneros e as relações de violências.

Diante dessa realidade, no *capítulo III*, buscamos evidenciar a (in)existência de políticas públicas, dos movimentos sociais de Mulheres, Feminista e dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e as demais estratégias para as mulheres do campo no que se refere aos mecanismos para coibir e/ou romper com ciclos de violências.

O Estado brasileiro passou a fomentar políticas públicas para o enfrentamento das violências contra as mulheres, fruto também (e, na maior parte) da luta dos Movimentos Feministas e de Mulheres, que trouxe, igualmente, visibilidade e possibilidades de intervenção pública ao que era tratado como problema da esfera privada. O Estado, atuando em questões que, até então, eram consideradas exclusivamente como familiares e privadas, traduz-se como uma ruptura de um paradigma, demonstrando que se trata de um problema mais complexo e que em “briga de marido e mulher mete-se a colher”.

Historicizamos as políticas públicas em tal perspectiva, evidenciando que, para as mulheres do campo, elas são muito recentes e há uma lacuna entre o que está posto no plano

teórico para a prática, sobretudo para os locais que não constituem os denominados grandes centros ou capitais de Estado. A narrativa de homens e mulheres “denunciaram” a limitação ou mesmo a inexistência concreta de políticas públicas.

Já os movimentos sociais avançaram na discussão sobre as violências acometidas às mulheres, em especial, com as lutas dos Movimentos Feministas. Contudo, quando se trata de mulheres do campo, também há dificuldades para estender essas conquistas e de discutir tais questões, face à cultura patriarcal e machista que permeia, igualmente, as estruturas organizacionais de movimentos sociais do campo, como o MST. Se por um lado, pouco se avançou na ótica de gênero, principalmente, em movimentos sociais ligados a terra, por outro, as pequenas conquistas não podem ser desconsideradas, diante da força dos movimentos sociais.

No mesmo capítulo, registramos que, embora haja um contexto de muitas vulnerabilidades, como as limitações das políticas públicas e dos movimentos sociais, as mulheres encontram mecanismos cotidianos para coibir e/ou romper as situações de violências. Outros caminhos são percorridos nas trajetórias de mulheres que vivenciam, direta ou indiretamente, situações de violências, devido às condições de sujeitos social, de autonomia, de protagonismo, de luta para o enfrentamento das violências.

Algumas situações podem denotar uma passividade feminina, mas podem, ainda, significar “estratégia de sobrevivência”, ainda que momentânea, para estabelecer novas relações. Os mecanismos também se apresentam a partir das próprias relações de violências já vivenciadas durante a infância, a adolescência e outras etapas da vida social dessas mulheres, associadas à sua experiência de vida.

Protagonismo, empoderamento e resistência permeiam as trajetórias dessas mulheres, num processo dinâmico, contínuo e contraditório. Demonstram a busca, senão a necessidade da afirmação de relações equitativas entre os gêneros, de repúdio a todas as formas de violências que acometem as mulheres, de mecanismos Institucionais e organizacionais, como os presentes nas políticas públicas e nos movimentos sociais, que possam contribuir de maneira efetiva para coibir e/ou romper com as situações de violências.

Certamente que esse trabalho apresenta lacunas, em especial, diante do tempo exigido para uma pesquisa acadêmica. Entretanto, as denúncias das agressões contra as mulheres do campo e a tentativa de problematizá-las indicam a validade de tratar a temática. Essa é apenas uma possibilidade de interpretação da realidade, dentre as inúmeras para se discutir as violências vivenciadas pelas mulheres do campo. Por isso, esperamos que a

pesquisa também tenha o efeito pedagógico e político de fomentar outras pesquisas e intervenções na referida área.

Convém frisar que a pesquisa não tem a pretensão de ser conclusiva, pois, se fosse, estaria contrariando os pressupostos que embasaram todo o processo de construção do conhecimento. Chegamos nesta etapa, ecoando um grito de socorro, levantando uma bandeira política, abrindo outras perspectivas acadêmicas e afirmando a busca pelo direito de viver numa sociedade livre do machismo, livre de violências, e que possibilite o exercício da cidadania feminina e de afirmação dos (nossos) direitos.

FONTES HISTÓRICAS UTILIZADAS

Fontes documentais

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. *Código penal*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 15 out. 2010.

_____. Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941. *Lei das contravenções penais*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm>. Acesso em: 15 out. 2010.

_____. *Convenção interamericana de direitos humanos*. Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. “Convenção de Belém do Pará”. Adotada em Belém do Pará, Brasil, em 09 de junho de 1994, no Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org>>. Acesso em: 15 out. 2002.

_____. *Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995*. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 21 abr. 2006.

_____. Lei nº 9.455, de 07 de Abril de 1997. *Define os crimes de tortura e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19455.htm>. Acesso em: 19 jan. 2013.

_____. Portaria MS/GM nº 737, de 16 de maio de 2001. *Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências*. Diário Oficial da União, Brasília, nº 96, 18 de maio de 2001.

_____. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. *Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.826.htm>. Acesso em: 01 fev. 2013.

_____. *Lei nº 11.340 promulgada em 07 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2007.

_____. Presidência da República. *Pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra a mulher*. Brasília: Secretaria especial de políticas públicas para as mulheres, 2007a. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br>>. Acesso em: 10 maio 2011.

_____. Presidência da República. *Portaria nº 42, de 23 de agosto de 2007*. Institui o Fórum de Elaboração de Políticas para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta. Brasília, 2007b.

_____. Presidência da República. *Diretrizes e ações de enfrentamento à violência contra a as mulheres do campo e da floresta*. Brasília: Secretaria especial de políticas públicas para as mulheres, 2008a. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br>>. Acesso em: 22 fev. 2011.

_____. Presidência da República. *Portaria nº 52 de 13 de agosto de 2008*. Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as mulheres do Campo e da Floresta. Brasília, 2008b.

_____. Presidência da República. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2008c.

_____. Presidência da República. *Portaria nº 85 de 10 de agosto de 2010*. Institui as Diretrizes de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta que se seguem, compreendidas no âmbito do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, da Política e do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, e referendadas pelo Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres do Campo e da Floresta. Brasília, 2010.

_____. Presidência da República. *Mulheres do campo e da floresta: Diretrizes e ações nacionais*. Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011. Coleção enfrentamento à violência contra as mulheres.

COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER (CEPPM). *Planejamento da Coordenadoria especial de políticas públicas para a mulher*. Efetivando e consolidando políticas para as mulheres. Campo Grande/MS: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, 2006.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (DOEMS). n. 7980. *Da criação da subsecretaria da mulher e promoção da cidadania*. 1 jul. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades*. Mato Grosso do Sul. Sidrolândia. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=500790>>. Acesso em: 01 fev. 2013.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (IDATERRA). *Projeto de desenvolvimento do Assentamento Geraldo Garcia – Sidrolândia/MS*. Sidrolândia/MS, outubro de 2002.

MATO GROSSO DO SUL. *I Plano Estadual de políticas públicas para as mulheres de Mato Grosso do Sul*. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Subsecretaria da mulher e da promoção da cidadania. Coordenadoria especial de políticas públicas para a mulher. Campo Grande/MS, 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Instituto nacional de colonização e reforma agrária. Diretoria de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento – DT. Coordenação geral de implantação – DTI – SIPRA. *Tipos de Projetos Criados e o Número de Famílias Assentadas nos Projetos de Reforma Agrária*. Superintendência regional do Estado de Mato Grosso do Sul – SR (16). Período da Criação do Projeto: 02/02/1984 até 02/02/2012.

SISTEMA INTEGRADO DE GERENCIAMENTO OPERACIONAL (SIGO). *Sessenta e um (61) registros policiais referente às violências contra as mulheres do campo em Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul de 2006 a 2012*. Polícia Civil e Militar do Estado de Mato Grosso do Sul.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. et. al. *Relatório analítico do Território da reforma*, 2012.

Fontes orais¹

ANTÔNIA. Entrevista concedida a Fabricia Santana de Oliveira Carissimi, realizada em janeiro de 2013. Assentamento Geraldo Garcia, na cidade de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul.

¹ Ressaltamos que os nomes dos/as entrevistados/as são fictícios. Não especificamos elementos sobre suas trajetórias e vidas, pessoal e social que, embora sejam importantes para o contexto, entendemos que eles poderiam identificar as pessoas, o que contradiz com a proposta de manter o sigilo e a ética.

ANTÔNIO CARLOS. Entrevista concedida a Fabricia Santana de Oliveira Carissimi, realizada em janeiro de 2013. Assentamento Geraldo Garcia, na cidade de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul.

BRUNA. Entrevista concedida a Fabricia Santana de Oliveira Carissimi, realizada em março de 2013. Assentamento Geraldo Garcia, na cidade de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul.

EUGÊNIA. Entrevista concedida a Fabricia Santana de Oliveira Carissimi, realizada em abril de 2013. Cidade de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul.

IVONETE. Entrevista concedida a Fabricia Santana de Oliveira Carissimi, realizada em abril de 2013. Assentamento Geraldo Garcia, na cidade de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul.

LUANA. Entrevista concedida a Fabricia Santana de Oliveira Carissimi, realizada em março de 2013. Assentamento Geraldo Garcia, na cidade de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul.

LUCIMARA. Entrevista concedida a Fabricia Santana de Oliveira Carissimi, realizada em janeiro de 2013. Assentamento Geraldo Garcia, na cidade de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul.

MANUEL e SANDRA. Entrevista concedida a Fabricia Santana de Oliveira Carissimi, realizada em março de 2013. Assentamento Geraldo Garcia, na cidade de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul.

MARILDA. Entrevista concedida a Fabricia Santana de Oliveira Carissimi, realizada em março de 2013. Assentamento Geraldo Garcia, na cidade de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul.

ROBERTO e ADRIANA. Entrevista concedida a Fabricia Santana de Oliveira Carissimi, realizada em março de 2013. Assentamento Geraldo Garcia, na cidade de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul.

RONALDO e ISADORA. Entrevista concedida a Fabricia Santana de Oliveira Carissimi, realizada em janeiro de 2013. Assentamento Geraldo Garcia, na cidade de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul.

VÂNIA. Entrevista concedida a Fabricia Santana de Oliveira Carissimi, realizada em março de 2013. Assentamento Geraldo Garcia, na cidade de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das G. *Companheiras de luta ou “coordenadoras de panela?”*. As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla B. (Org.) *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 155-202.

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Tradução Andréa Dore; revisão técnica José Jobson de Arruda. Bauru: Edusc, 2006.

ARRAZOLA, L. S. D. Mulheres e feminismo em Pernambuco: reflexões sobre uma trajetória. In: SALES, C. de M. V. et al. (Orgs.). *Feminismo: memória e história*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000. p. 77-96.

ASSIS, Simone G. et al. O uso de substâncias e violências. In: ASSIS, Simone G. et al. (Orgs.). *Impactos da violência na saúde*. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2013. p. 247-265.

ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA (AESCA/MS). *Conhecendo os direitos: pelo fim da violência dentro de casa*. S/D.

BACELLAR, Carlos. *Uso e mau uso dos arquivos*. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 23-79.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 5. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

BARROS, José D'Assunção. *Fontes históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos*. In: Revista Albuquerque, v. 03, n. 01, p. 01-40, 2010.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1970.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kuhner. 9. ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2010.

_____. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam*. Sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires; Barcelona; México: Paidós, 2002.

_____. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARGO, Márcia. Novas políticas públicas de combate à violência. In: BORBA, Ângela. et al. (Orgs.). *Mulher e política: gênero e feminismo no partido dos trabalhadores*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 121-135.

CANO, Ignácio. *Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das Ciências Sociais no Brasil*. Sociologias, v.14, n.31, Porto Alegre, p. 94-119. set./dez., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S15175222012000300005&lang=pt> Acesso em: 09 jul. 2013.

CARLOTO, Cássia M.; COELHO, Sandra M. P. de F. Violência doméstica, homens e masculinidades. In: *Revista Virtual Textos & contextos*. n. 08, ano VI, dez. 2007.

CAVALCANTI, Ludmila F. et al. Violência de gênero na vida adulta. In: NJAINE, Kathie. et al. (Orgs.) *Impactos da violência na saúde*. 2. ed. Rio de Janeiro. Fundação Oswaldo Cruz; Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2009. p. 149-181.

_____. Violência de gênero da vida adulta. In: ASSIS, Simone G. et al. (Orgs.). *Impactos da violência na saúde*. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2013. p. 149-185.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA (CFEMEA). *Dados sobre violência contra as mulheres no Brasil e no mundo*. S/D. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br>>. Acesso em: 01 abr. 2013.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certeza e inquietude*. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

_____. *A História cultural entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Col. Memória e sociedade.

_____. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, M.; AMADO, Janaina. (Orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. *Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)*. Cadernos Pagu (4). Campinas, Núcleo de estudos de gênero/UNICAMP, 1995.

CHAUI, Marilena. *Uma ideologia perversa*. In: Caderno Mais, Folha de São Paulo, 14 mar.1999.

D'OLIVEIRA, M. do C. S. *O silêncio: produto e produtor de violência contra as mulheres no Sertão*. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 08: Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008.

DALARUN, Jacques. Olhares dos clérigos. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Edições Afrontamento, 1998. Volume 05. p. 29-63.

DATA POPULAR; INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. *Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres*. Caderno Campanha Compromisso e Atitude, 2013.

Disponível em:

<http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2013/08/livro_pesquisa_violencia.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2013.

DEERE, Carmen D.; LEÓN, Magdalena. *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Tradução de Letícia Vasconcelos Abreu, Paulo Azambuja Rossato Antinolf, Sônia Terezinha Gehring. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DEL PRIORE, Mary. *A mulher na história do Brasil*. 3. ed. São Paulo, Contexto: 1992.

DESLANDES, Suely F.; MINAYO, Maria C. de Souza. *A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência*. Caderno Saúde Pública. Rio de Janeiro, 14 (1), p. 35-42, jan/mar, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v14n1/0123.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014.

FARAH, Marta F. S. *Gênero e políticas públicas*. Estudos feministas, Florianópolis, 12 (1). p. 41-71, Jan.-Abr./2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 31 mar. 2010.

FARIAS, Marisa de F. L. de. *As trilhas da pesquisa em Assentamentos de reforma agrária: continuidades e descontinuidades nas relações de gênero*. In: Espaço Plural (Unioeste), ano IX, n. 18, 2008.

_____. *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): o “movimento da vida” sob as perspectivas de gênero e pós-colonial*. In: Anais XXVIII Congresso Internacional das ALAS. Recife, 2011.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FERNANDES, Bernardo M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Estratégias, poder-saber*. Coleção Ditos e Escritos (IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 22. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

FRANK, G.; FUENTES, M. *Nove teses sobre os movimentos sociais*. Lua Nova, São Paulo, n. 17, p. 19-48, 1987.

FREYRE, GILBERTO. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001. Prefácio de Darcy Ribeiro.

GARRIDO, Joan del Alcàzar i. *As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate*. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.13, n. 25/26, set. 92/ago. 93.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das letras, 1989. p. 143-179.

GOHN, Maria da G. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. *Movimentos sociais em redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010.

GONÇALVES, Renata. *De companheira “acompanhante” à companheira de luta: as mulheres na luta pela terra do MST*. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 09: Diásporas, diversidades, deslocamentos. Florianópolis, 2010.

GROSSI, Miriam P. Masculinidades: uma revisão teórica. In: *Antropologia em primeira mão*. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, n. 1, Florianópolis: UFSC/ Programa de Pós Graduação em antropologia Social, 1995.

IZUMINO, Wânia P.; SANTOS, Cecília M. *Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil*. In: Revista Estudios Interdisciplinários de America Latina y El Caribe. Israel: Universidade de Tel Aviv, v.16, n. 01, p. 147-164, 2005. Disponível em: <<http://www1.tau.ac.il>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

KAWAGUTI, Luis. *Denúncias de violência contra a mulher sobem 600% em 6 anos*. BBC Brasil em São Paulo. Atualizado em 8 de março de 2013, 06:17 (Brasília), 2013. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk>>. Acesso em: 02 abr. 2013.

LAGE, Lana; NADER, Maria B. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 286-312.

LIMA, Cláudia A.; MINAYO, Maria C. de S. Processo de formulação e ética de ação da Política Nacional de Redução de Morbimortalidade por Acidentes e Violências. In: ASSIS, Simone G. de. et al. (Orgs.). *Impactos da violência na saúde*. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2013. p. 43-56.

LISBOA, Teresa K. O empoderamento como processo político de conquista da cidadania e de inclusão social. In: COELHO, Clair C. et al. *Leituras de resistência: Corpo, violência e poder*. Volume II. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009. p. 299-310.

MACHADO, Lia Z. *Perspectivas em confronto: Relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?* Serie Antropologia, 284. Brasília: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Brasília, 2000.

MELO, Mônica de; TELES, Maria A. de A. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2003. Coleção Primeiros Passos.

MELUCCI, Alberto. *Um objetivo para os movimentos sociais?* Lua Nova, 1989. p. 49-66.

MENEGAT, Alzira S. Mulheres assentadas e acadêmicas construindo novos pertencimentos sociais. In: MARSCHNER, Walter R. et al. (Orgs.). *Saberes da terra: teorias e vivências*. Dourados: Editora da UFGD, 2012. p. 223-247.

_____. *Mulheres de Assentamentos Rurais: identidades e trajetórias em construção*. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero: Corpo, Violência e Poder, 2008. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008.

_____. Mulheres na sociedade: um olhar sobre a condição das mulheres e as transformações sociais produzidas por elas. In: FARIAS, Marisa de F. L. de (Org.). *Relações de gênero: dilemas e perspectivas*. Dourados: Editora da UFGD, 2009. p. 15-36.

MINAYO, Maria C.S.; SANCHES, Odécio. *Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade?* Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, v.09, n.03, p. 239-262, jul/set, 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2013.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Prevenção do uso de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias*. Secretaria Nacional de políticas sobre drogas. 5. ed. Brasília: SENAD, 2013.

MIRIN, Liz A. L. *Balanço do Enfrentamento da Violência contra as mulheres na perspectiva da Saúde Mental*. Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra as mulheres (1980-2005) – alcances e limites. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006.

MOLINIER, Pascale; WELZER-LANG, Daniel. Feminilidade, masculinidade, virilidade. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 101-106.

MORO, Nataniel Dal. *De trabalhador rural para o operário urbano*. In: Anais do V Encontro Nacional sobre Migração. São Paulo: Unicamp, p. 1-26, 2007. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/public_tra_rur_ope.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2012.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC). *As camponesas e os camponeses da via campesina dizem basta: basta de violência contra as mulheres*. Campanha internacional da via campesina. Brasília, julho de 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

PEDRO, Joana M. *Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea*. Revista Topoi, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan-jun. 2011. Disponível em: <www.revistatopoi.org>. Acesso em: 05 fev. 2012.

PEREIRA, Potyara A. P. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. In: Capacitação em serviço social e política social. Módulo 04. *O trabalho do assistente social e as políticas sociais*. Brasília: CEAD/UNB, 2000. p. 215-224.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

_____. *Minha história das mulheres*. Tradução Angela M. S. Corrêa. 1. ed. 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINSK, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

PINTO, Céli R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 02, n. 03, p. 03-15, 1989.

RAGO, Margareth. *Os feminismos no Brasil: dos anos de chumbo à era global*. Labrys, Estudos Feministas, n. 3, jan./jul. 2003. Disponível em: <www.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/marg1.htm>. Acesso em: 17 set. 2009.

RAMOS, Marília P. *Métodos quantitativos e pesquisa em Ciências Sociais: lógica e utilidade do uso da quantificação nas explicações dos fenômenos sociais*. S/D. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/ifisp/ppgs/eics/dvd/documentos/gts_Illeics/gt20/g20mariliapattaramos.pdf>. Acesso em: 15 maio 2012.

REIS, Célia R. P. dos. *A concentração fundiária no Município de Sidrolândia/MS e a implantação dos primeiros Assentamentos Rurais*. S/D. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area06/6056_Celia_Celia_Regina_Pirolo_dos_Reis.pdf>. Acesso em: 14 maio 2012.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely S. de. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

_____. Violência de gênero no Brasil contemporâneo. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B.; VARGAS, Mônica M. (Org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; NIPAS; Brasília: UNICEF, 1994.

SANTOS, Boaventura de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Célia M. F. *Poderosa poção*. Experiências de “bruxas”, ativistas e militantes: o Movimento Popular de Mulheres de Mato Grosso do Sul, década de 1990. 2009. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

SANTOS, Ligia P. dos. *Mulher e violência: histórias do corpo negado*. Campina Grande: EDUEP, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*. Curitiba: Editora Apris, 2012.

SCHRAIBER, Lilia B. et al. *Violência dói e não é direito: A violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005. Saúde e Cidadania.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Revista educação & realidade. v.15, n.02, p. 71-99, jul./dez., 1995. Traduzido da versão em Francês, com consulta ao original em inglês.

SECRETARIA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (SEJUSP). *Manual do operador de segurança pública. Comissão Técnica*. Resolução SEJUSP nº 453/2009. Secretaria de justiça e segurança pública do Estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande/MS: Editora e impressão Agência estadual de imprensa oficial de Mato Grosso do Sul (AGIOSUL), 2009.

SECRETARIA NACIONAL DO MST – MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *MST: lutas e conquistas*. 2. ed. 2010. Disponível em: <www.mst.org.br>. Acesso em: 23 out. 2012.

SILVA, Claudia M. de O. G. *Violência contra as mulheres: A Lei Maria da Penha e suas implicações jurídicas e sociais em Dourados-MS*. 2010. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

_____. *Enfrentando a violência contra a mulher*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

SOIHET, Raquel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma. (Org.). *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos tempos, 1997. (Coleção Gênero, v. 05).

_____. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Violência simbólica sobre saberes masculinos e representações femininas*. In: Revista Estudos feministas. n. 01, p. 07-29, 1º semestre 1997.

SOUZA, M. R. *Violência contra as mulheres rurais no Mato Grosso do Sul: desvendando uma realidade oculta e fragmentada por utopias e ilusões*. Artigo disponível nos anais (CD ROOM), do III Simpósio Internacional sobre Religiosidades, Diálogos Culturais e Híbridos, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Anpuh, Brasil, 2009.

SUÁREZ, Ruby B. Del infierno patriarcal a la resistência activa: mi testimonio. In: JONAS, Eline (Org.). *Violências esculpidas: notas para reflexão, ação e políticas de gênero*. Goiânia: UCG, 2007.

TEDESCHI, Losandro A. Leituras do uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas no Mato Grosso do Sul. In: MARSCHNER, Walter R. et al. (Org.). *Saberes da terra: teorias e vivências*. Dourados: Editora da UFGD, 2012. p. 193-221.

_____. *Limites de gênero, limites do mundo: memórias de mulheres agricultoras e a luta por direitos sociais*. Revista da Associação Brasileira de História Oral. V.12, n. 1-2, p. 177-206, jan./dez. 2009.

TONELI, Maria J. F. et al. Por que pesquisar serviços destinados a homens autores de violência contra as mulheres? In: TONELI, Maria J. F. et al. (Orgs.) *Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latino americanas*. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010. p. 11-23.

VELHO, Gilberto. A dimensão cultural e política dos mundos das drogas. In: ZALUAR, A. (Org.) *Drogas e cidadania*. São Paulo, Brasiliense, 1999. p. 23-29.

VELOSO, M. P. Triunfo às ondas do mar: Linguagens e espaços urbanos no Rio de Janeiro. In: PESAVENTO, Sandra J. (Org.). *Escritas, Linguagem, objetos: leituras da História Cultural*. Bauru: EDUSC, 2004.

WASELFISZ, Julio J. (Org.). *Mapa da violência 2012. Atualização: homicídio de mulheres no Brasil*. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA). Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). Ago. 2012.

WHITAKER, Dulce. *Homem & mulher: O mito da desigualdade*. 4. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1988.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 25 de abril de 2014.

Fabricia Santana de Oliveira Carissimi